

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JANAINA LOPES SCHMITZ

**DO CURRÍCULO AOS EXAMES NACIONAIS: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA
DO CURRÍCULO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFSC ÀS
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, AO ENADE E AO EXAME DE
SUFICIÊNCIA DO CFC.**

**FLORIANÓPOLIS - SC
2008**

JANAINA LOPES SCHMITZ

**DO CURRÍCULO AOS EXAMES NACIONAIS: UMA ANÁLISE DA ADERÊNCIA
DO CURRÍCULO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFSC ÀS
DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, AO ENADE E AO EXAME DE
SUFICIÊNCIA DO CFC.**

**Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do grau de Mestre em Ciências
Contábeis, Curso de Mestrado Acadêmico em
Ciências Contábeis, Linha de Pesquisa:
Ensino e Pesquisa em Contabilidade.**

Orientadora: Prof^a. Bernadete Limongi, Dr^a.

**FLORIANÓPOLIS - SC
2008**

Ficha Catalográfica

Elaborada pela Bibliotecária Eleonora M. F. Vieira – CRB – 14/786

S348d Schmitz, Janaina Lopes

Do currículo aos exames nacionais: uma análise da aderência do currículo do curso de ciências contábeis da UFSC às diretrizes curriculares nacionais, ao ENADE e ao exame de suficiência do CFC / Janaina Lopes Schmitz. – Florianópolis, 2008.

258p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Contabilidade.

1. Avaliação. 2. Currículo. 3. Projeto Político-Pedagógico. 4. Resolução 10/04 CNE/CES. 5. ENADE. 6. Exame de Suficiência. I. Título.

CDU 371.214

JANAINA LOPES SCHMITZ

**DO CURRÍCULO AOS EXAMES NACIONAIS: UMA ANÁLISE DA
ADERÊNCIA DO CURRÍCULO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UFSC ÀS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, AO ENADE E AO
EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CFC.**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Contabilidade no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 4 de julho de 2008.

Prof^a. Sandra Rolim Ensslin, Dr^a.
Coordenadora do Mestrado

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos professores:

Prof^a. Bernadete Limongi, Dr^a.
Orientadora

Prof. Dilvo Ilvo Ristoff, Dr.
Membro Externo

Prof. Marcos Laffin, Dr.
Membro Interno

À minha família e amigos, que me deram força para que eu me dedicasse ao mestrado.

AGRADECIMENTOS

O mestrado foi um grande desafio e exigiu muita motivação, trabalho e dedicação. Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que me iluminou em todos os momentos de minha vida.

Reforço o agradecimento aos meus pais e familiares e incluo, de forma especial, meu esposo, Leandro, e os meus irmãos Grasiela e Wilson Junior. Obrigado por seu suporte, apoio e carinho. Dentre os familiares também gostaria de citar minhas tias, Claudete e Marta, minha sogra Sandra e meu sogro Moisés que sempre me confortaram com palavras de motivação e carinho.

Agradeço à orientadora deste estudo, Prof^a. Dr^a. Bernadete Limongi, por compartilhar comigo sua sabedoria e sua atenção especial. Além disso, agradeço aos professores do programa de Mestrado em Ciências Contábeis da UFSC, enfatizando a ajuda dos professores doutores Marcos Laffin e Eleonora Milano Falcão Vieira.

Para finalizar, não posso deixar de citar meus amigos e colegas, companheiros de caminhada, de forma muito especial Andréia Terezinha Faria, Deisy Cristina Corrêa Igarashi, Juliana Fernandes, Taís Mazzola e Vera Brotti.

Agradeço novamente a Deus, pelo privilégio de contar com tantas pessoas especiais em minha vida.

RESUMO

Os avanços e transformações que a sociedade atual vem sofrendo geraram a necessidade de pessoas cada vez mais qualificadas para o mercado de trabalho. Essa necessidade teve influência na educação fazendo com que surgissem muitas Instituições de Ensino Superior e, conseqüentemente, o aumento do número de cursos ofertados, proporcionando um número cada vez maior de profissionais com nível superior. Com esse novo cenário o Ministério da Educação teve que estabelecer fiscalizações que possam garantir a qualidade da educação proporcionada pelas Instituições de Ensino Superior. Os sistemas de avaliação desenvolvidos pelo Ministério da Educação procuram avaliar as Instituições de Ensino Superior de diversas formas, com o objetivo de normatizar essas Instituições e garantir a qualidade do ensino. As Instituições de Ensino Superior sofrem dois tipos de avaliação propostos pelo MEC, a avaliação interna e a avaliação externa. Esta pesquisa deteve-se nas avaliações externas que são aplicadas aos alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFSC, sendo elas o ENADE, aplicado pelo INEP e o Exame de Suficiência, aplicado pelo CFC. Esses exames buscam verificar os conhecimentos, capacidades e habilidades desenvolvidos pelos alunos no curso de graduação em Ciências Contábeis. Entendendo-se que o currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis determina aquilo que é necessário estudar para desenvolver as aptidões necessárias para o exercício da profissão contábil com competência e ética, objetivou-se verificar a aderência do currículo do CCN-UFSC às exigências da Resolução 10/04 CNE/CES, por meio da sua análise/correlação com as questões das provas do ENADE e CFC. Para atingir esse objetivo, apresentaram-se inicialmente elementos teóricos, da literatura pertinente, para agregar conhecimentos necessários ao desenvolvimento do trabalho. O referencial teórico apresenta o surgimento e a evolução dos sistemas de avaliação da educação superior; fornece também informações sobre currículo e as diretrizes para a elaboração dos currículos de graduação dos cursos de Ciências Contábeis bem como a legislação pertinente a esse tema. Constituiu-se então uma verificação dos requisitos dos Exames de Suficiência, ENADE, do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC e do Currículo do CCN-UFSC. A seguir foi feita uma análise comparativa entre os conteúdos do ENADE e os conteúdos dos Exames de Suficiência, seguida de uma análise comparativa do ENADE com os conteúdos contemplados no currículo CCN-UFSC e, por fim, a análise comparativa dos conteúdos dos Exames de Suficiência com o currículo CCN-UFSC. Quanto aos objetivos que pretende alcançar, o presente trabalho é realizado através de uma pesquisa exploratória e descritiva. E quanto à abordagem é qualitativo e quantitativo. Com base na análise pode-se concluir que o Currículo CCN-UFSC atende às exigências legais e também às exigências dos Exames de Suficiência e do ENADE, contemplando conhecimentos necessários para que o aluno possa desenvolver-se tanto na área acadêmica quanto profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Currículo; Projeto Político-Pedagógico; Resolução 10/04 CNE/CES; ENADE; Exame de Suficiência.

ABSTRACT

The increasing transformations and advances of society led to the necessity of more qualified people in the job market. Such necessity influenced education and increased the number of colleges, universities and courses. In this new scenario the Ministry of Education had to adopt measures to guarantee the good quality of undergraduate education in Brazil. The evaluation systems developed by the Ministry of Education (MEC) aim at evaluating undergraduate schools in different ways, so as to impose certain rules and guarantee the quality of their teaching. The undergraduate institutions have to submit to two types of evaluation proposed by MEC, one internal and another external. The present research approaches two external forms of evaluation applied to the accounting undergraduate course students of the Federal University of Santa Catarina- UFSC. One of them is ENADE, applied by INEP (MEC), and the other is the Ability Exam (Exame de Suficiência) applied by CFC (Federal Council of Accounting). The two exams aim at verifying the knowledge, abilities and capacity developed by the undergraduate accounting course students. Keeping in mind that the undergraduate accounting course curriculum should dictate what is necessary to study and develop in order to be a competent and ethical accountant, the aim of the present work was to verify the adherence of the CCN-UFSC curriculum to the demands specified by the Resolution 10/04 CNE/ CES, through the analysis/correlation with the questions of ENADE and CFC examinations. In order to attain the objective proposed, first a theoretical panorama concerned with the beginning and evolution of undergraduate courses evaluation is presented, together with some information on curriculum and legal resolutions related to it. Then an instrument was built in order to verify the requirements demanded by the Ability Exam, ENADE, the Political-Pedagogical CCN-UFSC Project and CCN-UFSC curriculum. A comparative analysis of the above mentioned requirements was undertaken, first between the contents of ENADE and those of the Ability Exam, then between the contents of ENADE and of CCN-UFSC curriculum, and finally, between the contents of the Ability Exams and CCN-UFSC curriculum. In what concerns methodology, the present work followed an exploratory and descriptive type of research which was both qualitative and quantitative. Based upon the analyses undertaken the conclusion was that CCN-UFSC curriculum is in accordance with the legal demands as well as with the demands of ENADE and of the Ability Exams, offering the students the possibility of acquiring the necessary knowledge to develop themselves both academically and professionally.

Key-words: Evaluation. Curriculum. Political-Pedagogical Project. Resolution 10/04 CNE/CES. ENADE. Ability Exam.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O processo científico e sistêmico da avaliação.....	26
Figura 2 – Matriz orientadora	43
Figura 3 – Currículo CCN-UFSC – Disciplinas Obrigatórias	58
Figura 4 – Currículo 1994.1 CCN-UFSC – Disciplinas Optativas.....	59
Figura 5 – Currículo 2006.1 CCN-UFSC – Disciplinas Optativas.....	60
Figura 6 – ENADE/2006.....	81
Figura 7 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2002/I.....	85
Figura 8 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2002/II.....	86
Figura 9 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2003/I.....	87
Figura 10 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2003/II....	88
Figura 11 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2004/I.....	89
Figura 12 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2004/II....	90
Figura 13 – Comparação da distribuição das questões dos Exames de Suficiência, do ENADE e as disciplinas obrigatórias do currículo CCN-UFSC.....	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição das questões do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.....	80
Tabela 2 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência.....	83
Tabela 3 – Comparação entre a distribuição das questões do ENADE e a média dos Exames de Suficiência.	93
Tabela 4 – Comparação entre a distribuição das questões do ENADE com as médias dos Exames de Suficiência e as Disciplinas Obrigatórias do Currículo CCN-UFSC.....	98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Funções da Avaliação	28
Quadro 2 – Roteiro para o processo de avaliação institucional	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUEM – Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais

ACG – Avaliação dos Cursos de Graduação

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCN – Departamento de Ciências Contábeis

CEA – Comissão Especial de Avaliação

CES – Câmara de Educação Superior

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

ENADE – Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes

ENC – Exame Nacional de Cursos

Funpesquisa – Fundo de Incentivo à Pesquisa

IES – Instituição de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PET – Programa de Educação Tutorial

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PNE – Plano Nacional de Educação

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PREG – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

QSE – Questionário Socioeconômico

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SESu – Secretaria de Ensino Superior

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 TEMA.....	18
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.3.1 Objetivo geral	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
1.4 HIPÓTESES	19
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	19
1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	20
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 AVALIAÇÃO	23
2.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	36
2.3 AVALIAÇÃO EXTERNA	41
2.3.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.....	45
2.3.2 Exame de Suficiência	49
2.4 CURRÍCULO	51
2.4.1 Resolução nº 10/04 – CNE/CES	54
2.4.2 O Currículo CCN-UFSC.....	56
3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	63
3.1 O PROJETO-POLÍTICO PEDAGÓGICO CCN-UFSC	65
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	75
5.1 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO ENADE	75
5.2 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO EXAME DE SUFICIÊNCIA - CFC	82
5.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS DO ENADE E OS EXAMES DE SUFICIÊNCIA – CFC	92
5.4 COMPARAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO ENADE COM O CURRÍCULO CCN-UFSC	95
5.5 COMPARAÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS EXAMES DE SUFICIÊNCIA – CFC COM O CURRÍCULO CCN-UFSC.....	96
5.6 RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA	100

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	103
6.1 RECOMENDAÇÕES	104
REFERÊNCIAS	106
ANEXO 1: ENADE 2006.....	110
ANEXO 2: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2002/I.....	111
ANEXO 3: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2002/II.....	112
ANEXO 4: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2003/I.....	113
ANEXO 5: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2003/II.....	114
ANEXO 6: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2004/I.....	115
ANEXO 7: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2004/II.....	116

1 INTRODUÇÃO

As avaliações surgiram com o objetivo de qualificar. Dias Sobrinho (2003, p. 15) afirma que “há mais de 2 mil anos a China já fazia exames de seleção para serviços públicos e a velha Grécia praticava a docimasia, que consistia numa verificação das aptidões morais daqueles que se candidatavam a funções públicas”. Nesta citação Dias Sobrinho evidencia que as avaliações eram, já naquela época, utilizadas por órgãos públicos para a seleção de funcionários.

Na academia, de acordo com Limongi (2006), “o processo de avaliação está intimamente relacionado com o processo de aprendizagem”. Ou seja, é através da avaliação que se pode obter informações quanto ao desempenho, aprendizagem e habilidades do aprendiz.

De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 13),

Nos últimos quarenta anos, na esteira dos programas de bem-estar em larga escala aplicados, sobretudo nos países centrais e, em seguida, em grande parte em função das graves restrições econômicas no Norte e no Sul, a avaliação adquiriu dimensões de enorme importância na agenda política dos governos, organismos e agências dedicadas à estruturação e à gestão do setor público e particularmente da educação.

A avaliação institucional da educação superior tornou-se mais premente quando começaram a surgir muitas ofertas de cursos superiores e a sociedade precisou assegurar-se de que o Estado estava cumprindo um de seus deveres fundamentais que é garantir educação superior de qualidade à população.

O papel essencial da avaliação institucional, segundo Tyler (apud Dias Sobrinho 2003, p. 19), “é averiguar até que ponto os objetivos educacionais traçados estão sendo alcançados pelo currículo e pelas práticas pedagógicas, ou seja, a determinação do grau em que mudanças comportamentais estão ocorrendo”.

Assim, tanto as escolas de ensino superior públicas como as particulares e comunitárias passaram a ser avaliadas para garantir um mínimo de qualificação aos que por elas são formados.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) veio atender tal necessidade. A proposta do SINAES (2004, p. 84) “busca assegurar, entre outras coisas, a integração das dimensões internas e externas, particular e global, somativa e formativa, quantitativa e qualitativa e os diversos objetos e objetivos da avaliação”.

De acordo com Polidori (2006, p. 6), “o SINAES busca avaliar três

componentes como forma de atingir as instituições de ensino superior em sua totalidade: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes”.

A avaliação institucional é uma avaliação que fornece informações relevantes que podem auxiliar a instituição a satisfazer diversas necessidades. De acordo com o SINAES (2004, p. 102), “a avaliação institucional poderá ajudar a instituição a identificar seus aspectos mais fortes, suas carências setoriais e necessidades gerais, definir as prioridades institucionais mais importantes, e elaborar as ações para efetivo desenvolvimento institucional”.

A avaliação institucional tanto pode ser interna como externa e Dias Sobrinho acredita que elas se completam. Para o referido autor (2002, p. 91), “a avaliação interna comporta a auto-avaliação (os sujeitos se avaliam) e a hetero-avaliação (os sujeitos avaliam os outros, pares ou não, as estruturas e relações)”.

Além da avaliação feita pelo SINAES, denominada Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), os estudantes de Ciências Contábeis realizam outro exame que busca avaliar a competência técnica adquirida no curso. Essa avaliação é realizada pelo órgão de classe, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio do Exame de Suficiência.¹

As instituições de ensino superior que oferecem o curso de Ciências Contábeis, bem como outros cursos, devem estabelecer e organizar seus currículos observando conteúdos que sejam relevantes para a formação do estudante. E a avaliação, segundo Tyler (1978, p. 97), “é também uma operação importante no desenvolvimento do currículo”, pois ela contribui para a sua elaboração e aperfeiçoamento, evidenciando pontos que devem ser melhorados e outros que são satisfatórios.

Ristoff (1999, p. 35) acredita que a “qualidade da universidade brasileira depende de um programa de avaliação teoricamente consistente e democraticamente construído...”.

Pode-se observar que existe uma relevante preocupação quanto à qualidade do ensino superior e à importância de se estruturar um sistema de avaliação que

¹ Embora suspenso atualmente, este exame deverá ser restabelecido, existindo já projeto de lei neste sentido.

possa garantir essa qualidade.

1.1 TEMA

O tema desta pesquisa está centralizado na avaliação do currículo do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina (CCN-UFSC) frente ao ENADE e ao Exame de Suficiência do CFC.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O problema do presente trabalho pode ser resumido na seguinte questão: de que modo o currículo do Curso de Graduação em Ciências Contábeis da UFSC atende aos parâmetros estabelecidos pelo ENADE e pelo CFC?

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

A pesquisa apresenta um objetivo geral que se procura atingir através de objetivos específicos.

1.3.1 Objetivo geral

Comparar a prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes relativa ao curso de Ciências Contábeis (ENADE) com a prova do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e verificar a aderência do currículo do curso de Ciências Contábeis da UFSC às exigências da Resolução 10/2004 CNE/CES por meio da sua análise e correlação com as questões das provas do ENADE e do CFC.

1.3.2 Objetivos específicos

Dentro do escopo definido para este trabalho, apresentam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar o referencial teórico em relação à avaliação e temas pertinentes tais como: SINAES, ENADE, Avaliação CFC, Currículo, parâmetros curriculares do curso de Ciências Contábeis estabelecidos pela Resolução 10/2004 CNE/CES;

- b) Apresentar, discutir e comparar o ferramental (prova do ENADE relativa ao curso de Ciências Contábeis e Exames de Suficiência do CFC);
- c) Verificar se o currículo do CCN – UFSC atende aos requisitos de avaliação propostos pelo ENADE e CFC (avaliações acadêmica e profissional).

1.4 HIPÓTESES

h1 - o ENADE atendeu aos parâmetros curriculares estabelecidos pela Resolução 10/2004 CNE/CES;

h2 - O currículo do CCN – UFSC atende aos requisitos de avaliação propostos pelo ENADE;

h3 - O currículo do CCN – UFSC atende aos requisitos de avaliação propostos pelo CFC;

h4 - Há semelhanças e diferenças entre os requisitos das duas avaliações (CFC e ENADE).

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa limitar-se-á aos seguintes itens:

- a) O referencial teórico apresentando limitou-se a atender aos objetivos propostos, organizado de forma a esclarecer e aprofundar conhecimentos sobre os temas que o trabalho envolve;
- b) O referencial teórico, no que tange aos sistemas de avaliação, deu atenção às normas mais recentes publicadas, não apresentando uma revisão exaustiva do tema;
- c) Escolheram-se para análise os Exames de Suficiência realizados em 2002/I, 2002/II, 2003/I, 2003/II, 2004/I e 2004/II;
- d) É analisado apenas um exame do ENADE, por ter sido aplicado apenas um no curso de graduação em Ciências Contábeis;
- e) A análise do currículo CCN-UFSC é feita para averiguar se o mesmo está de acordo com a Resolução nº 10/04 - CNE/CES;
- f) A análise comparativa é feita somente entre o ENADE, Exames de Suficiência e currículo CCN-UFSC.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Vista a atual situação em que se encontra a educação superior, com o constante surgimento de novas instituições de ensino e, conseqüentemente, o crescente número de pessoas formadas em nível superior, surgiu a necessidade de avaliar a qualidade e o desempenho dessas instituições e das pessoas que estão se graduando. Tal necessidade surgiu tanto no âmbito acadêmico quanto no âmbito profissional.

O Ministério da Educação, com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), aplica atualmente a avaliação denominada Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que é uma das avaliações externas. O SINAES tem como objetivo, de acordo com o artigo 1º da lei nº. 10.861/04, “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”.

Já no âmbito profissional o Conselho Federal de Contabilidade desenvolveu o Exame de Suficiência. O Exame de Suficiência visa ao atendimento de um nível mínimo de conhecimentos necessários ao bom desempenho das atribuições do Contabilista. De acordo com o artigo 2º da resolução do CFC nº. 853/99, o “Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade”.

Ambas as avaliações buscam assegurar a qualidade da educação e do profissional que se forma na educação superior.

Pode-se inferir que a relevância e a atualidade desta pesquisa são destacadas por Dias Sobrinho (2002, p. 99) quando afirma que “a avaliação institucional é, hoje, em grande parte pelo impulso do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), uma das áreas de conhecimento e de produção teórica mais férteis no âmbito da educação superior”.

A presente pesquisa procurará verificar se o ENADE atendeu aos parâmetros curriculares estabelecidos pela Resolução 10/2004 CNE/CES, se o currículo do CCN – UFSC atende aos requisitos de avaliação propostos pelo ENADE, se o currículo do

CCN – UFSC atende aos requisitos de avaliação propostos pelo CFC e, também, se há semelhanças e diferenças entre os requisitos das duas avaliações (CFC e ENADE).

A presente pesquisa deverá contribuir também para o aprimoramento pedagógico do Departamento de Ciência Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como referencial documental e bibliográfico, e satisfazer o interesse pessoal da pesquisadora.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para atender aos objetivos da pesquisa, a estrutura do trabalho apresenta, após esta introdução, quatro capítulos: fundamentação teórica, projeto político-pedagógico, método e técnicas da pesquisa, e descrição e análise do estudo, seguidos das considerações finais e referências.

Na introdução são apresentados: tema, problema, objetivos, justificativa e metodologia da pesquisa.

A fundamentação teórica apresenta um relato sobre a conceituação de avaliação, abordando enfoques internos e externos. Em seguida, ainda no mesmo capítulo, fala-se sobre o Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sobre avaliação externa e, dentro dela, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. O capítulo encerra discorrendo sobre a Resolução nº. 10/04 – CNE/CES e também sobre o currículo do CCN – UFSC.

No capítulo seguinte são abordados temas relativos ao projeto político-pedagógico.

O quarto capítulo apresenta a metodologia e as técnicas de pesquisa que nortearam o levantamento e a análise de dados.

Em seguida, no quinto capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa, de acordo com os objetivos propostos. Inicia-se pela análise das provas do ENADE e do CFC quanto à sua forma e conteúdos, para depois compará-las entre si e em relação às diretrizes curriculares estabelecidas pela Resolução nº. 10/04 – CNE/CES. Por fim são os dois exames comparados com o currículo CCN – UFSC, encerrando-se o capítulo com recomendações de possíveis melhorias.

Encerra-se o trabalho com a apresentação das considerações finais e recomendações para trabalhos futuros.

Por fim, são relacionadas as referências utilizadas no trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AVALIAÇÃO

Provavelmente desde o surgimento do homem existe a avaliação, pois a utilizamos para fazer escolhas, para tomar decisões, para atribuir valor a alguma coisa e até mesmo para aquilatar o valor do intangível. A avaliação pode ser utilizada para diversas finalidades, áreas e entidades.

Para mostrar há quanto tempo a avaliação vem sendo utilizada pelo homem Dias Sobrinho (2002, p. 124) relata que “já muito antes da era cristã a avaliação servia a propósitos de seleção de indivíduos de determinadas corporações para ocupação de lugares e exercício de funções específicas no sistema de serviços público”.

Inicialmente, quando surgiu, a avaliação era utilizada para se fazer escolhas. Mesmo no nosso dia-a-dia fazemos uso da avaliação para classificar, escolher e tomar decisões, como por exemplo, ao pesquisar preços ou produtos quando vamos ao supermercado, ou então escolher que roupa vestir para ir ao trabalho ou a uma entrevista.

A utilização da avaliação pelos sistemas educacionais é recente. De acordo com Dias Sobrinho (200, p. 124),

Não é muita antiga a prática de testes e exames escritos com a finalidade de averiguação de conhecimentos. As primeiras práticas avaliativas promovidas pelas universidades medievais eram feitas apenas como exercícios orais, e não escritos. A pedagogia jesuíta posteriormente desenvolveu bastante esse tipo de competição oral, de caráter emulativo e qualitativo, como privilegiada técnica psicológica. O sistema de exames e sua representação através de notas, a notação, é uma prática que surge com a institucionalização das escolas modernas.

Após a revolução industrial, a avaliação começou a ser utilizada pelos sistemas educacionais para avaliação de seus alunos. No começo, o processo era basicamente o de “correção dos deveres dos alunos e atribuição de notas” (Dias Sobrinho 2002, p. 125). Surgiu assim a avaliação que mede o conhecimento do aluno e atribui a ele uma nota ou conceito.

Com relação à evolução e ao novo papel da avaliação, Dias Sobrinho (2002, p. 126) aponta que

Nestes últimos cem anos, a avaliação se institucionaliza como uma complexa área de práticas, instrumentos, teorias e de profissionais,

cumprindo funções educacionais, mas também sociais e políticas de grande alcance. É precisamente nessa relação entre os diversos níveis de ensino institucionalizado a partir do século XVIII e a vida social e econômica cada vez mais complexa que a avaliação vai exercer um papel de grande peso e importância.

A avaliação é um tema muito discutido e ela vem apresentando uma evolução constante ao passar dos anos por ter muitas funções e por atender à necessidade de diversos públicos.

A avaliação pode ser conceituada de forma simples, como a análise de uma determinada coisa (informações, indivíduos, ações, entre outros) para alcançar um objetivo específico, que irá suprir uma necessidade do avaliador. A avaliação leva o avaliador a ter um diagnóstico, ou seja, evidencia a situação de alguma coisa.

Hadji (2001, p. 11) ensina que “a avaliação é sempre algo diferente de uma pura e simples medida científica; o ato de avaliar é um ato de confronto, de correlação que, em grande parte, implica “arranjos” e é o fruto de “negociações””.

O pensamento de Hadji expõe o sentido mais profundo de avaliação, ou seja, a avaliação não é apenas uma simples medição, vai além quando assume o papel de produzir e fornecer informações que levam os envolvidos a ter a possibilidade de tomar decisões.

Ristoff (1999, p. 44) acredita que “o processo de avaliação precisa, e isto é óbvio, perseguir sempre a exatidão. Precisa ser absolutamente claro nas perguntas que propõe e livre de ambigüidade nos resultados que apresenta”. Caso a avaliação não seja clara podem surgir distorções nos resultados que apresentar tornando-a sem utilidade para alcançar o objetivo estabelecido.

Na educação, particularmente, a avaliação foi e é muito utilizada para verificar o desempenho dos estudantes possibilitando, através do resultado, a formulação de estratégias de ações, atividades, exercícios, metodologias etc., para se alcançar aquilo que foi proposto no plano de ensino.

Hadji (2001, p. 15) aponta que “a avaliação, em um contexto de ensino, tem o objetivo legítimo de contribuir para o êxito do ensino, isto é, para a construção desses saberes e competências pelo aluno”.

Por meio das avaliações é que o professor pode medir o grau de conhecimento do aluno, sua evolução ou não dentro do curso ou disciplina, os assuntos que mais domina e aqueles que não domina tanto, entre outros pontos. Também através da avaliação o professor pode se auto-avaliar. Observando e

analisando, o desempenho da turma nas avaliações ele pode verificar se o conteúdo foi assimilado devidamente e, se não o foi, refletir sobre o que fazer para que os alunos tenham um melhor desempenho.

Dias Sobrinho (2003, p. 15) afirma que “é na educação que a avaliação encontrou seu lugar privilegiado, não só como prática política e pedagógica, produzindo efeitos dentro e fora do âmbito propriamente educacional, mas também como importante campo de estudo”.

Pode-se observar que a avaliação, como campo de estudo, torna-se cada vez mais um assunto importante e muito discutido por inúmeras áreas do conhecimento.

Igarashi (2007, p. 2), através de uma pesquisa realizada junto ao *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), a partir da categoria *artigo*, por meio do índice de assuntos no qual pesquisou o termo “avaliação”, encontrou 973 artigos científicos publicados até dois de abril de 2007, evidenciando a relevância do tema.

Além de se constituir em um tema para estudo e pesquisa a avaliação trouxe também novos campos de trabalho, pois para elaborar leis, diretrizes, sistemas, houve a necessidade de pessoas habilitadas.

A avaliação, para Tyler (1978, p. 98), torna-se “um processo cuja finalidade é verificar até que ponto as experiências de aprendizagem, tais como foram desenvolvidas e organizadas, estão realmente produzindo os resultados desejados, e o processo de avaliação compreenderá a identificação dos pontos fracos e fortes dos planos”.

Como pode-se observar a partir do que foi exposto até agora, existem muitos conceitos para a palavra avaliação e ela é utilizada de diversas formas, para atingir inúmeros objetivos.

Dentro do campo educacional a avaliação tem um sentido particular, pois terá a finalidade de avaliar instituições de ensino, seus cursos e estudantes. Neste trabalho será estudada a questão da avaliação da educação superior. Mas antes disso é necessário que se apresente a diferença entre avaliação da aprendizagem e avaliação institucional.

A avaliação da aprendizagem é aquela que tem como objeto de estudo a aprendizagem. Já a avaliação institucional é aquela que tem como objeto de estudo a organização ou instituição e tudo aquilo que nela se insere.

Romão (apud Berbel et al. 2001, p. 19) traz o seguinte conceito de avaliação

da aprendizagem:

A avaliação da aprendizagem é um tipo de investigação e é, também, um processo de conscientização sobre a “cultura primeira” do educando com suas potencialidades, seus limites, seus traços, e seus ritmos específicos. Ao mesmo tempo, ela propicia ao educador a revisão de seus procedimentos e até mesmo o questionamento de sua própria maneira de analisar a ciência e encarar o mundo. Ocorre, nesse caso, um processo de mútua educação.

Pode-se dizer então que a avaliação da aprendizagem busca revelar o desempenho dos alunos, dos professores e do plano de ensino traçado para a disciplina ou curso.

Cimadon (1998, p. 165) vem complementar o conceito de avaliação da aprendizagem fornecido por Romão quando ensina que:

No nosso entender, a avaliação da aprendizagem é um processo metodológico que consiste em verificar se o aluno tem habilidades necessárias a sua formação profissional. Utiliza-se de critérios que permitem identificar progressos e problemas, no sentido de tomar decisões. Permite uma classificação através de instrumentos próprios, ponderações e seleção de técnicas.

A avaliação da aprendizagem é tida pela maioria dos alunos como algo ruim. Em geral os alunos não gostam de realizar avaliações. Porém essa é a forma mais antiga e mais utilizada de comprovar se os alunos de fato compreenderam aquilo que foi visto e, para o professor, permite verificar, através dos resultados, se os objetivos foram alcançados.

Cimadon (1998, p. 165) explica que a avaliação é um processo científico e sistêmico, conforme é apresentado na figura 01.

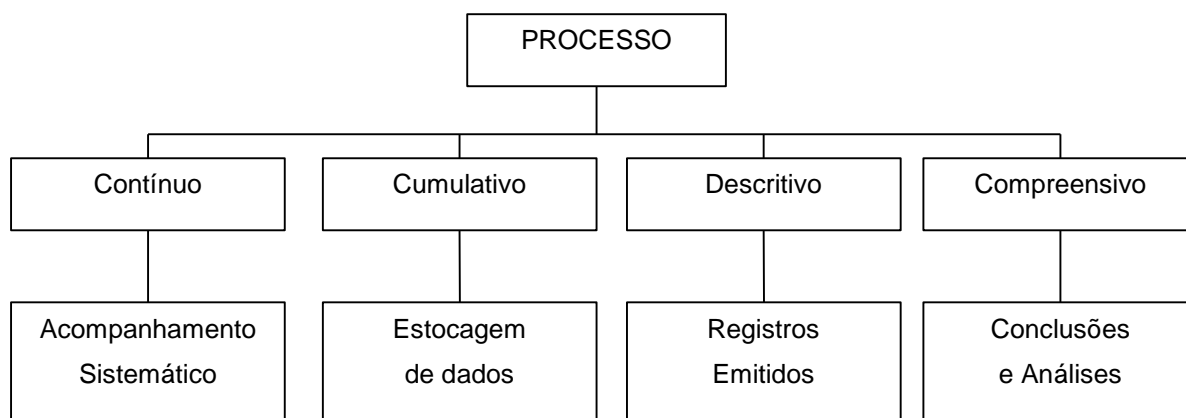


Figura 1 – O processo científico e sistêmico da avaliação
Fonte: Cimadon (1998, p. 165)

Pelo fato de a avaliação ser um processo científico e sistêmico ela então é um processo contínuo, cumulativo, descritivo e compreensivo. Cimadon (1998, p. 165) explica cada característica da avaliação, a seguir:

A avaliação é processo contínuo, porque visa um comportamento permanente, organizado e que é evidenciado pelo aluno. É cumulativo, porque acompanha o aluno nas diferentes etapas através de uma visão diferenciada, global e com observações específicas. [...]. A avaliação é um processo descritivo porque o desempenho do aluno é medido e simbolizado em notas e conceitos. [...]. É processo compreensivo, porque visa acompanhamento sistemático de aprendizagem evidenciada pelo estudante em termos de habilidade, de conhecimento, de pensamento, de atitude, de avaliação, de síntese, de solução de problemas, etc.

A avaliação da aprendizagem é um processo complexo, pois além de ter que observar todas as bases para sua preparação, ela terá o objetivo de fornecer informações que deverão auxiliar o processo de ensino e aprendizagem, ainda levando em consideração o fato de estar sendo utilizada para o processo de formação de indivíduos.

O propósito que levou ao aprimoramento das avaliações, para Tyler (1978, p. 98), foi verificar se “os planos de experiência de aprendizagem realmente funcionam como guias do professor na obtenção de resultados desejados”.

Sendo assim, o processo de avaliação também pode funcionar como agente fiscalizador dos alunos e dos professores, pois sabe-se que muitos professores não cumprem aquilo que é proposto no plano, deixando os alunos despreparados quanto ao conteúdo que deveria ser abordado.

Dentro de sua concepção de avaliação da aprendizagem, Cimadon (1998, p. 167) apresenta um quadro, quadro 01, onde são colocadas as principais funções da avaliação.

ELEMENTOS	DIAGNÓSTICO	CONTROLE	CLASSIFICAÇÃO
PROPÓSITO	Identificar presença ou ausência de habilidades	Deficiências	Classificar alunos no final do semestre ou para...
OBJETO	Comportamento cognitivo e habilidades afetivas motoras	Conhecimento e Pensamento	Cognitivo
ÉPOCA	No início do semestre, final de unidade etc...	Durante o ensino	Ao final do curso, semestre ou ano
INSTRUMENTOS TÉCNICOS	Testes padronizados, ficha de observação, diagnósticos	Instrumentos elaborados para esse fim	Exame, prova, etc.

Quadro 1 – Funções da Avaliação
Fonte: Cimadon (1998, p. 167)

O quadro 01 evidencia que a avaliação tem, além da função de ser um processo seletivo e classificatório, a função de fornecer elementos para o planejamento pedagógico, elaboração ou melhoramento do currículo e criação de estratégias.

A avaliação é utilizada para verificar até que ponto o processo de ensino e aprendizagem alcança os objetivos propostos, ou seja, por meio do processo de avaliação, dado determinado plano ou currículo, pode-se observar quais pontos foram atingidos e quais não foram.

Cimadon (1998, p. 171) diz que as avaliações devem seguir um caminho, que ele denomina “etapas de avaliação”:

- a) Determinar o que vai ser avaliado;
- b) Estabelecer os critérios e as condições de avaliação;
- c) Selecionar os procedimentos e os instrumentos;
- d) Quantificar as atividades em unidades de grau.

Essas etapas são necessárias para que o avaliador possa elaborar uma avaliação que verifique se seus objetivos, aqueles traçados no plano de ensino, foram alcançados.

São muitos os tópicos que se pode estudar sobre avaliação, tais como: o

histórico, as funções, os objetivos, as finalidades, os tipos e níveis, a regulamentação, as modalidades, entre outros. Com relação às modalidades de avaliação, Cimadon (1998, p. 168) explica que elas podem ser entendidas como se fossem a forma de “organização da avaliação”. Sendo assim, quanto à modalidade as avaliações classificam-se da seguinte forma: “diagnóstica, somativa e formativa”, de acordo com suas finalidades.

A avaliação somativa é conhecida também como classificatória ou tradicional. Procura traduzir de forma quantitativa o desempenho do aluno em um momento específico que poderá ser ao final do curso, semestre, trimestre etc. O instrumento mais conhecido dessa modalidade é a prova, cujos resultados são expressos em notas ou conceitos (Cimadon 1998).

A avaliação formativa tem por finalidade verificar e apontar a falta de conhecimentos e habilidades iniciais necessários para o aprendizado de outros conhecimentos e habilidades. Pode-se citar como exemplo os testes de nivelamento que têm por objetivo direcionar o aluno à classe adequada às suas capacidades (Cimadon 1998).

A avaliação diagnóstica é uma avaliação mais abrangente, que busca conhecer as competências do estudante e sua condição de forma geral, classificando o aluno num determinado estágio do processo de aprendizagem. De acordo com Cimadon (1998, p. 168), a avaliação diagnóstica é “de grande valia quando aplicada no início do curso ou da unidade, distingue-se das outras modalidades por se fundamentar na Metodologia Científica”.

Outra modalidade de avaliação que não foi observada por Cimadon, mas que é praticada é a emancipatória, que utiliza a auto-avaliação do aluno para que o professor possa emitir um relatório sobre o processo evolutivo do aluno.

Donatoni e Lemes assim conceituam avaliação emancipatória, conforme informações publicadas no sítio da Revista Profissão Docente Online:

A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua "própria história" e gerem as suas próprias alternativas de ação.

(Acesso em 21 de setembro de 2007).

Tanto no caso de avaliação de programas educacionais ou sociais quanto no caso de avaliação de alunos, a avaliação emancipatória exige o uso da auto-crítica, ficando refém da honestidade daquele que estiver respondendo aos questionamentos. E esse é um aspecto que deve ser levado em consideração, pois caso a avaliação não tenha sido respondida de forma verdadeira, o levantamento e a análise dos dados de nada servirá para aprimorar as condições do aluno e da instituição.

Por outro lado, admitindo-se a hipótese de que a avaliação seja respondida com honestidade, este tipo de avaliação será útil pois o próprio indivíduo apontará seus pontos fortes e fracos e não ficará sujeito ao efeito de outros fatores como no caso de outras avaliações, quando doente ou com problemas familiares etc., ou ainda, quando seu desempenho é melhor em provas de múltipla escolha em vez de questões discursivas e assim por diante.

Integrar a avaliação ao processo de ensino e aprendizagem é necessário para a orientação do processo. A avaliação é parte constitutiva do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, integra-se ao processo como parte permanente das atividades que visam ao desenvolvimento do indivíduo e das instituições.

No caso da educação superior não é diferente, ou seja, na educação superior a avaliação teve sua evolução e vem suprir as necessidades de “medição” de aprendizagem.

De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 14),

A educação superior, como também a de qualquer outro nível, está intimamente articulada com os grandes movimentos da sociedade. Não há nenhuma transformação educacional que não implique simultaneamente alguma mudança social, pois são dimensões do mesmo fenômeno. Também não há nenhuma transformação importante na educação que não se valha da avaliação.

À medida que vão surgindo mudanças sociais, vão surgindo também sistemas de avaliação que buscam classificar, regulamentar e coordenar tais mudanças, com a finalidade de lhes assegurar qualidade e confiabilidade, entre outros aspectos.

Com relação à avaliação institucional, pode-se observar que ela tem como objeto de estudo uma instituição, entidade ou organização. No caso das instituições de ensino superior (IES) a avaliação institucional pode se processar de duas formas: avaliação interna e avaliação externa. Ambas têm o objetivo de avaliar o trabalho pedagógico e científico, em seu sentido técnico e formativo, como também as

atividades mais diretamente vinculadas aos compromissos sociais da instituição, às relações sociais e às condições de trabalho, bem como à eficiência administrativa e à eficácia dos processos interpessoais que se desenvolvem nas distintas instâncias. É também importante analisar as condições de sustentabilidade e continuidade, a infra-estrutura, os fluxos de informação e o funcionamento das estruturas colegiadas da instituição. (SINAES 2004, p. 96)

A avaliação interna ou auto-avaliação é realizada pelos próprios integrantes da universidade. Já a avaliação externa ou heteroavaliação é realizada pelo governo. A avaliação institucional irá apontar as eficiências e deficiências da IES.

As avaliações internas e externas devem ser elaboradas para que as informações obtidas por ambas se completem buscando avaliar a IES por inteiro.

A avaliação institucional começou a ser discutida, de acordo com Ristoff (1999, p. 49), “pelo menos desde 1982, quando a bandeira da avaliação foi desfraldada pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – ANDES”. A partir daí começaram a ocorrer mais discussões sobre o assunto.

Para Ristoff (1999, p. 49-50), houve um momento histórico no tocante à avaliação, os anos de 1993 e 1994, quando as iniciativas da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e dos Fóruns de Pró-Reitores de Graduação e Planejamento “encontraram eco na equipe, ideologicamente plural do MEC”. Segundo Ristoff (1999, p. 50), o MEC passou a exercer um papel de “articulador, viabilizador e de financiador” do processo. Cabe ressaltar que “setenta e uma universidades submeteram projetos de avaliação à Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC para participarem do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB)”.

Para Ristoff (1999, p. 51), os programas de avaliação visam aumentar a qualidade do ensino público e isto deve ser compreendido e abraçado por três frentes de luta que são: frente política, frente acadêmica e frente administrativa, para a “construção do projeto pedagógico e administrativo capaz de sustentar a resistência a favor da universidade pública”.

Segundo as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, a avaliação institucional “é compreendida como grande impulsionadora de mudanças no processo acadêmico de produção e disseminação de conhecimento, que se concretiza na formação de cidadãos e profissionais e no desenvolvimento de

atividades de pesquisa e de extensão”. Sendo assim, a avaliação institucional contribui para o desenvolvimento e melhoria das instituições de ensino superior.

Segundo o SINAES (2004, p. 94-96), a avaliação institucional compreende três aspectos:

- a) O objeto de análise é o conjunto de dimensões, estruturas, relações, atividades, funções e finalidades de uma IES; dentre outros aspectos, ensino-pesquisa-extensão, administração, responsabilidade e compromissos sociais, formação, etc.;
- b) Os sujeitos da avaliação são os conjuntos de professores, estudantes, funcionários e membros da comunidade externa especialmente convidados e designados; e
- c) Os processos avaliativos seguem os procedimentos institucionais e se utilizam da infra-estrutura da própria instituição.

Os resultados obtidos pela avaliação institucional, tanto interna quanto externa, não são analisados individualmente. O SINAES (2004) explica que essas avaliações incorporam informações e resultados de outros instrumentos como, por exemplo, o Censo da Educação Superior, entre outros, que os colocam numa perspectiva de globalidade, fazendo com que adquiram um significado de conjunto.

A preocupação com a educação e com os sistemas de avaliação da educação existe principalmente pelo fato de lidar com a formação de indivíduos. Leite, Tutikian e Holz (2000, p. 11) assim se manifestam:

Sem dúvida, sempre houve grandes expectativas sobre a instituição universidade, tendo em vista sua vinculação direta com a produção, disseminação e conservação da cultura e do conhecimento. Para responder a esse perfil, dela se exige uma nova educação capaz de responder às demandas; uma nova educação que se reveja constantemente. Esse é o principal objetivo de um processo avaliativo [...].

Para regulamentar os sistemas de avaliação, tendo como objetivo fiscalizar a qualidade da educação superior, o Ministério da Educação (MEC) criou o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileira (Paiub), que foi elaborado por uma comissão de especialistas.

Ristoff (1999, p. 44) chama atenção para o fato de os elaboradores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras – Paiub terem estabelecido princípios, que foram muito discutidos e “deixaram implícita igualmente uma concepção de ser humano e de educação superior”. Pois, ainda de acordo com

Ristoff, o compromisso da universidade “é o de contribuir para a formação do homem, do ser humano, em sua totalidade. [...] A profissão é tão-somente um aspecto do ser humano. Ajuda a completá-lo e é, por isso mesmo, necessária”. Ou seja, a universidade tem como uma de suas finalidades contribuir para a construção de uma sociedade melhor, por meio da formação dos seres humanos.

A proposta inicial do Programa de Avaliação Nacional das Universidades Brasileiras – Paiub partiu dos seguintes princípios, descritos por Ristoff (1999, p. 52):

- a) Globalidade: a avaliação deve procurar abordar todos os elementos que compõem a vida universitária;
- b) Comparabilidade: este princípio visa à uniformidade da metodologia de indicadores; assim, todas as universidades deverão falar a mesma “língua”, isto é, usar os mesmo termos quando quiserem se referir a alguma questão, permitindo que todos possam entender aquilo que está sendo falado e, desta forma, não distorcendo os resultados da avaliação;
- c) Respeito à identidade institucional: a avaliação deve contemplar todas as instituições de ensino superior, ou seja, todas as instituições de ensino superior deverão ter condições de responder à avaliação independente de seu tamanho, funções, atividades etc;
- d) Não premiação ou punição: a avaliação não terá como objetivo a premiação daquelas que se saírem bem e muito menos a punição daquelas que não alcançarem um conceito bom;
- e) Adesão voluntária: esse princípio coloca que as instituições devem aderir ao programa de avaliação voluntariamente. Desta forma estarão reconhecendo a importância da avaliação para a evolução da educação superior;
- f) Legitimidade: a avaliação precisa refletir a realidade da instituição e gerar informações úteis e fidedignas sobre ela;
- g) Continuidade: o processo avaliativo deve ser contínuo, revelando o grau de crescimento e desenvolvimento das instituições.

Ristoff (1999) chamava atenção para o fato de não existir um sistema de avaliação pronto, ideal e único para o país, e que ele devia ser construído por nós. Segundo o autor, o Paiub foi o primeiro passo para a construção desse sistema de avaliação, pois delineava as dimensões do ensino de graduação a serem avaliadas.

Os sistemas de avaliação estarão constantemente em construção e desenvolvimento, pois com o passar do tempo novos campos irão surgindo dentro

das instituições e com eles novos sistemas de ensino e aprendizagem, novas pesquisas com técnicas novas e profissionais que deverão se capacitar adequadamente para trabalhar nessas áreas. E conseqüentemente os sistemas de avaliação terão que evoluir e se preparar para avaliar essas novas áreas, atividades, pesquisas, profissionais, laboratórios, estudantes e assim por diante.

De acordo com o SINAES (2004, p. 25), o Paiub foi criado a partir da “Constituição de 1988, que teve sucessivas Medidas Provisórias, passando pela nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pelo Plano Nacional de Educação (PNE) e por vários Decretos”.

A partir dessas discussões foi reconhecida a importância da avaliação e o efeito que ela provoca sobre a melhoria da qualidade da educação superior. Sua origem teve início com o Paiub e foi modificada, conforme alega o SINAES (2004, p. 26), para uma “nova orientação avaliativa do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, passando a ser relegado a um processo de avaliação interna das universidades”.

Vale mencionar que a evolução desse modelo pode ser atestada “considerando os sucessivos diplomas legais focalizados na avaliação e na regulação da educação superior”. (SINAES, 2004, p. 26).

Para organizar e executar a avaliação de cursos de graduação o Ministério da Educação (MEC) resolveu utilizar o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que funcionaria como uma “agência reguladora” (SINAES, 2004, p. 26).

Após várias discussões sobre as atribuições do INEP, ficou definido o seguinte, conforme informações constantes do seu sítio (2007):

Com base na Portaria nº. 2.255, de 25 de agosto de 2003, Art. 1, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), criado pela Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, é transformado em autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, nos termos da Lei nº. 9.448, de 14 de março de 1997, alterada pela Lei nº. 10.269, de 29 de agosto de 2001.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a ter entre outras funções, conforme informações fornecidas pelo seu sítio (2007):

Promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis

aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

Desta forma foi o INEP transformado em autarquia que, dentre outras atribuições, possui a de ser responsável pelo sistema de avaliação das instituições de ensino superior. De acordo com informações existentes no seu sítio (2007), o INEP passou a ter as seguintes finalidades:

- I. organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- II. planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- III. planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- IV. desenvolver e implementar, na área educacional, sistemas de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- V. subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- VI. coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- VII. definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- VIII. promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior; e
- IX. articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral.

(acesso em 18 de setembro de 2007).

O INEP, como se depreende por meio de suas finalidades, possui condições de evidenciar pontos fortes e fracos na educação brasileira, contribuindo, com os dados que obtém, para o estabelecimento de metas que precisam ser cumpridas através de projetos e planejamento que o Sistema Educacional Brasileiro necessita elaborar para alcançar uma educação de qualidade.

Para gerar as informações sobre o Sistema Educacional Brasileiro o INEP realiza levantamentos estatísticos e avaliativos em todos os níveis e modalidades de ensino. São eles:

- a) Censo Escolar;
- b) Censo Superior;
- c) Avaliação dos Cursos de Graduação;
- d) Avaliação Institucional;
- e) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- f) Exame Nacional do Ensino Médio; e

g) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Dentre os tipos de levantamentos estatísticos e avaliativos expostos anteriormente, esta pesquisa irá abordar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com enfoque em um de seus componentes, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

2.2 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O SINAES é um sistema de avaliação que tem como foco central, a dimensão do conhecimento e as funções da educação superior.

O SINAES foi construído a partir do trabalho da Comissão Especial de Avaliação (CEA), designada por portaria da SESu em 28 de abril de 2003, com finalidade construtiva e formativa, abrangendo todas as instituições de ensino superior.

As Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (2004, p.7) dizem que “as características fundamentais da nova proposta de avaliação são: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais”. Acrescentam ainda que o novo sistema abrange todas as instituições de educação superior, ocorrendo em processo permanente, comprometido com a melhoria da qualidade de cada uma e do conjunto das instituições educacionais.

Outro ponto importante exposto pelas Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior (2004, p. 8) é que o SINAES “por sua característica global, por sua abrangência nacional e seu objetivo de aperfeiçoamento das atividades acadêmicas recupera as finalidades essenciais da avaliação”: buscar significados mais amplos da formação profissional; evidenciar a responsabilidade social da educação superior; destacar os significados das atividades institucionais e da responsabilidade social; e valorizar a coletividade.

Em decorrência dessas finalidades essenciais da avaliação o SINAES recupera alguns princípios fundamentais, que em outro momento guiaram a ANDIFES e a elaboração do Paiub, já interpretados anteriormente por Ristoff: a responsabilidade social com a qualidade da educação superior; o reconhecimento da diversidade do sistema; o respeito à identidade institucional; a globalidade; e a

continuidade.

O SINAES “fundamenta-se em princípios e objetivos francamente vinculados aos interesses sociais da Educação Superior. Sua operacionalização deve, pois, envolver em ampla participação a comunidade educativa e os membros da administração central do País”. (SINAES, 2004, p. 94)

O SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES é o órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES.

O SINAES envolve três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) buscará avaliar o que estiver ligado a esses três componentes, como por exemplo, os docentes, a produção científica, os estudantes, as instalações. As informações obtidas dessa avaliação servirão inicialmente para a instituição como instrumento de orientação e gestão e para o governo, para controle, como instrumento de fiscalização.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui, no seu artigo 1º,

o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9º, VI, VIII e IX, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O artigo 9º da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, indica, no seu inciso VI, que é de responsabilidade da União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e melhoria da qualidade do ensino”.

A Lei nº 10.861/04 veio conduzir e regulamentar o processo de avaliação das instituições de educação superior, tanto de forma interna quanto externa, tendo por finalidades, conforme o parágrafo 1º, do artigo 1º,

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES tem o propósito de realizar a avaliação de instituições, cursos e desempenho estudantil, para conduzi-los ao aperfeiçoamento por meio dos dados e informações obtidos, servindo também para a regulação e supervisão da educação superior.

O artigo 2º da Lei 10.861 estabelece o que a avaliação aplicada pelo SINAES deve assegurar:

- I – avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- II - o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III - o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- IV - a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

O artigo 3º da mesma Lei estabelece as dimensões que deverão ser objeto da avaliação institucional, assim resumidas:

- a) a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- b) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica: as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- c) a responsabilidade social da instituição;
- d) a comunicação com a sociedade;
- e) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) organização e gestão da instituição;
- g) infra-estrutura física;
- h) planejamento e avaliação;
- i) atendimento aos estudantes;
- j) sustentabilidade financeira.

Pode-se observar que essas dimensões serviram de base para a confecção de um roteiro básico para a avaliação institucional, estabelecido pelo SINAES (2004, p. 118 – 125) e apresentado no quadro 02. Tal roteiro contempla as unidades básicas de avaliação, que são indicadores qualitativos, e deverá ser utilizado por

todas as instituições em seus processos de auto-avaliação e pelas comissões externas, observado o princípio do respeito à identidade institucional.

1. Missão
2. Corpo de professores/pesquisadores
3. Corpo discente
4. Corpo de servidores técnico-administrativos
5. Currículos e Programas
6. Produção acadêmico-científica
7. Atividades de extensão e ações de intervenção social – vinculação com a sociedade
8. Infra-estrutura
9. Gestão
10. Outros

Quadro 2 – Roteiro para o processo de avaliação institucional
Fonte: SINAES (2004, p. 118 – 125).

Ainda de acordo com o SINAES (2004, p. 118), esse roteiro e os indicadores que lhe correspondem “serão constantemente aperfeiçoados e precisados, a partir das recomendações e de estudos da comunidade acadêmica e do MEC”.

Os indicadores irão descrever a instituição e o estado em que se encontra a partir daquilo que foi proposto por ela como seus deveres e obrigações, descrevendo e analisando todos os elementos que a compõem, resultando numa “pintura” ou “quadro da instituição”.

O SINAES desenvolveu e é responsável por quatro instrumentos de avaliação das universidades, conforme consta nas Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior:

- A auto-avaliação institucional, realizada pelas Comissões Próprias de Avaliação;
- A avaliação institucional externa, realizada *in loco* por uma comissão externa de avaliadores designadas pelo INEP;
- Avaliação dos Cursos de Graduação - ACG;
- Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

Esses quatro instrumentos de avaliação irão fornecer, através dos resultados, informações relevantes sobre todos os aspectos avaliados, informando a sociedade sobre as condições das instituições de ensino superior de todo o país.

Neste trabalho será priorizado o estudo do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE e também o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, que são tipos de avaliação externa. Porém é necessário que antes se fale da avaliação institucional interna e externa, pois são processos avaliativos que devem ser realizados de forma combinada e complementar.

O SINAES (2004, p. 103) declara que cada Instituição de Ensino Superior - IES é responsável pelo processo de auto-avaliação, que será realizado pela comunidade interna com a colaboração da comunidade externa. Nessa avaliação será dada ênfase aos processos de ensino, pesquisa e extensão, à gestão e à infraestrutura, tendo caráter educativo, de melhoria e de auto-regulamentação.

A auto-avaliação constitui, de acordo com as Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente suas pretensões e suas realizações, reunindo informações que serão analisadas e interpretadas, que ajudarão a gerir a instituição, pois “permitirão compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades e potencialidades”.

Segundo consta nas referidas diretrizes, a auto-avaliação tem “caráter diagnóstico e formativo de auto-conhecimento que deve permitir a reanálise das prioridades estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas”.

Além das contribuições que a auto-avaliação traz, já mencionadas, outra contribuição que poderá trazer é vir a tornar-se um instrumento de “construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com o qual a comunidade interna se identifique e comprometa”.

2.3 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa poderá ser qualquer avaliação, realizada por membros externos à instituição. Dentro da concepção de avaliação institucional, refere-se à avaliação elaborada por membros externos à instituição que, segundo o SINAES (2004, p. 106), são “pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias nacionais e internacionais, designados pelo CONAES”.

Os pontos que deverão ser apreciados pelo sistema de avaliação externa (SINAES 2004, p. 107) são “o conjunto de análises, estudos, pesquisas, discussões, informações, instalações, recursos humanos e materiais, elementos quantitativos e qualitativos de cada área, faculdade, departamento e curso em seus aspectos particulares e específicos, porém sempre relacionados com as estruturas acadêmico-científicas e administrativas mais amplas da IES”.

A avaliação institucional externa, coerente com a dimensão interna, é um importante instrumento cognitivo, crítico e organizador. Irá avaliar aspectos internos da IES, fornecendo informações que, unidas às informações obtidas pela avaliação interna, servirão de base para reflexões, estruturação de metas e políticas de ação objetivando sempre a qualidade da IES.

A avaliação externa é, de acordo com Dias Sobrinho (2002, p. 153), “promovida por autoridades governamentais, [...] objetivista e quantitativista – para efeitos de comparações e classificações úteis ao mercado – e controladora e fiscalizadora, com a finalidade de ajustar as instituições e o sistema às normas e ao conjunto de determinantes burocráticos e políticos”.

A caracterização de Dias Sobrinho resume os propósitos da avaliação institucional externa em: classificação, controle e regulamentação. Os usuários das informações obtidas com essa avaliação seriam o mercado e o governo. Porém, a própria comunidade acadêmica poderá fazer uso dessas informações para a sua gestão.

A avaliação externa objetiva, segundo Morales (2001, p. 68), “validar o processo de avaliação interna, e será feita por avaliadores externos, pares acadêmico-científicos, com alta titulação e/ou experiência relevante. Os avaliadores externos não deverão ter vínculos afetivos com a Instituição, assegurando a lisura e

a imparcialidade do processo”.

A avaliação interna é encaminhada para o Ministério da Educação. Lá será avaliada por uma comissão avaliadora, que irá emitir um relatório. Esse relatório servirá de referência para analisar os resultados obtidos pela avaliação externa. Assim, serão avaliados os aspectos mencionados pela avaliação interna, respeitando-se as especificidades de cada instituição. Cabe neste momento um exemplo: uma instituição que criou um novo curso cuja primeira turma está na quarta fase, e participou do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes. Já é de se esperar que nas questões de nível mais avançado os alunos não se saiam bem pois, de acordo com o que foi descrito na avaliação interna, esse curso ainda está nas fases iniciais. Fica assim evidenciada a importância da análise das avaliações interna e externa concomitantemente.

De acordo com o SINAES (2005, p. 3), a avaliação institucional externa foi instituída com o compromisso de credenciar novas instituições ou recredenciar aquelas que estão com prazo de credenciamento vencido. E contará com três instrumentos distintos: um para as universidades, um para centros universitários e um para faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores.

A avaliação institucional externa é realizada por meio de visita *in loco* de uma comissão designada pelo INEP e será composta por uma matriz cujo eixo estrutural é capaz de gerar instrumentos de avaliação que buscam contemplar o conjunto de dez dimensões a serem abordadas, que são aquelas indicadas no artigo 3º da Lei 10.861/2004, já comentadas anteriormente².

Essas dimensões formam um roteiro, que será utilizado pela comissão externa avaliadora para a verificação das condições de funcionamento da instituição. Alguns documentos também deverão ser examinados.

Conforme mostrado na figura 2, a matriz orientadora representa o esquema do roteiro de avaliação. Nesse esquema a matriz orientadora se desdobra em três grandes dimensões que irão englobar as dez dimensões citadas pelo artigo 3º da Lei 10.861/04. As três dimensões são: organização institucional, corpo social, e infraestrutura física e logística do instrumento de avaliação. Essa matriz contém as **dimensões** de avaliação, suas **categorias**, os **grupos de indicadores**, os

² Vide página 38 do presente trabalho.

respectivos **indicadores** de qualidade e os critérios de avaliação. (SINAES 2005, p. 8).

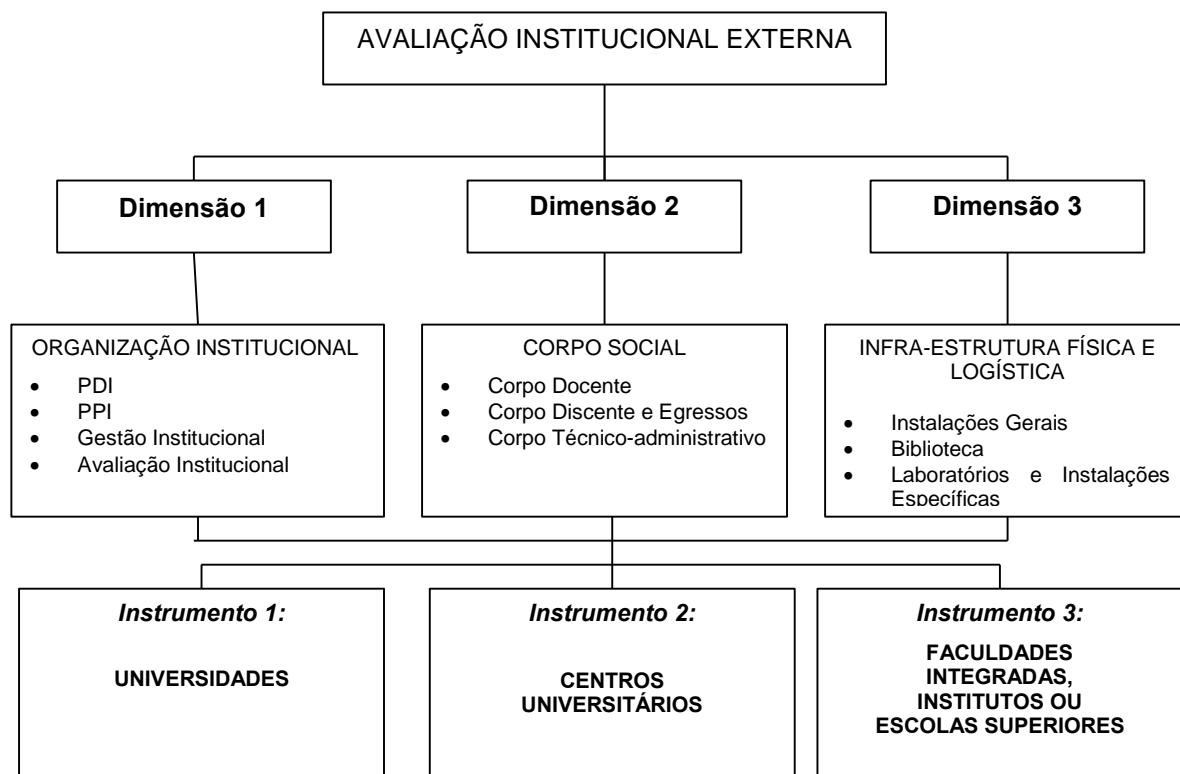


Figura 2 – Matriz orientadora
Fonte: SINAES 2005, p. 8

De acordo com o SINAES (2005, p. 9), o significado dos termos utilizados na matriz e apresentados em negrito é:

Dimensões: são agrupamentos de características gerais de toda a instituição sobre os quais se emite juízo de valor.

Categorias: são aspectos específicos da instituição com relação a cada dimensão. As categorias são organizadas de forma a relacionar-se com a respectiva dimensão de avaliação.

Grupo de indicadores: é o grupo de medidas e/ou evidências usadas para caracterizar o estado da categoria. São informações que caracterizam os indicadores de qualidade.

Indicadores: são evidências concretas relativas a cada grupo de indicadores e podem ser quantitativas ou qualitativas, retratando a realidade dos múltiplos aspectos institucionais. São utilizados para compor o juízo de valor.

Critérios: são os atributos ou qualidades dos indicadores que permitem avaliar uma categoria, retratando coerentemente as características da organização acadêmica de cada instituição.

Desta forma pode-se concluir que a avaliação institucional externa, realizada por meio de visita *in loco*, por uma comissão de avaliação, para credenciamento e credenciamento das instituições, tem como base de análise um roteiro que está organizado em níveis hierárquicos.

O roteiro contém uma matriz orientadora do processo avaliativo; essa matriz abrange três dimensões que, juntas, irão estabelecer todas as características da instituição. Essas dimensões estão presentes nos três instrumentos de avaliação: universidades, centros universitários, e faculdades integradas, faculdades e institutos ou escolas superiores.

Os avaliadores irão atribuir conceitos a todos os indicadores e categorias que forem avaliados, gerando um conceito para cada dimensão e, por fim, um conceito final de avaliação.

Outra verificação feita pela Comissão Externa de Avaliação das Instituições compreenderá o exame das seguintes informações e documentos, de acordo com o artigo 15 da portaria nº 2.051 de 09 de julho de 2004:

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- b) Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- c) Relatórios parciais e finais do processo de auto-avaliação, produzidos pela IES segundo orientações gerais disponibilizadas pelo INEP;
- d) Dados gerais e específicos da IES constantes do Censo da Educação Superior e do Cadastro de Instituições de Educação Superior;
- e) Dados sobre o Exame de Desempenho dos Estudantes e dados do questionário socioeconômico dos estudantes produzidos pelo ENADE;
- f) Relatório de avaliação institucional produzido na última avaliação realizada por Comissão Externa de Avaliação Institucional;
- g) Relatório da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Compromisso, quando for o caso;
- h) Relatório e conceitos da CAPES para os cursos de pós-graduação da IES;
- i) Documentos sobre o credenciamento e o último credenciamento da IES;
- j) Outros documentos julgados pertinentes.

No processo de avaliação das instituições, a avaliação é entendida pelo SINAES (2005, p. 7)

como uma atividade estruturada que permite a verificação da qualidade institucional, no sentido de sua responsabilização com o social e no redimensionamento das ações da própria instituição. Os resultados favoráveis da avaliação, enquanto prática de uma realidade essencialmente complexa e múltipla, só se concretizam se, democraticamente, a avaliação for assumida por todos os seus integrantes de forma rigorosa, isenta e autônoma.

Tyler (1978, p. 99) chamava atenção para os três aspectos da avaliação que ele considerava importantes. O primeiro diz que a avaliação deve apreciar o comportamento dos estudantes. O segundo adverte que é necessário fazer pelo menos duas avaliações para identificar mudanças que talvez estejam se processando. Ou seja, essa colocação de Tyler se enquadra no objetivo do ENADE de avaliar o desenvolvimento dos alunos dentro do curso. Por isso são avaliados os alunos do início do curso, para se ter idéia de como chegaram na universidade, e são avaliados os concluintes para saber como estão saindo. Desta forma serão obtidos resultados e assim obtendo informações sobre os resultados que evidenciarão se a universidade contribuiu para o desenvolvimento dos alunos, se não contribuiu em nada ou se os tornou piores.

O terceiro aspecto mencionado por Tyler diz que é necessário realizar uma avaliação após a conclusão do ensino, para obter-se uma estimativa da permanência da aprendizagem. Nesse caso pode-se utilizar a avaliação realizada pelo Conselho Federal de Contabilidade, o Exame de Suficiência, que avalia o profissional, o ex-aluno, classificando-o como apto ou não para o mercado de trabalho.

2.3.1 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Como o próprio nome dessa avaliação diz, esse exame visa expor o desempenho dos estudantes, sua evolução na vida universitária; por isso é realizado com turmas iniciantes e com concluintes.

O ENADE originou-se do Exame Nacional de Cursos – ENC, conhecido como provão. Esse exame era aplicado aos concluintes para avaliar seus conhecimentos e habilidades.

O Exame Nacional de Cursos começou a adquirir corpo a partir da Lei 4.024

de 20 de dezembro de 1961 que, em seu artigo 9º, letra e do § 2º estabelece “deliberar sobre as normas a serem seguidas pelo Poder Executivo para o credenciamento, o recredenciamento periódico e o descredenciamento de instituições de ensino superior integrantes do Sistema Federal de Ensino, bem assim a suspensão de prerrogativas de autonomia das instituições que dessas gozem, no caso de desempenho insuficiente de seus cursos no Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações conduzidas pelo Ministério da Educação”.

Essa letra e do § 2º do artigo 9º da Lei 4.024/61 foi incluída no artigo 3º da Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, que estabeleceu que o “Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de ensino superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Esse artigo 3º da Lei 9.131, de 24 de novembro de 1995, foi revogado pela Lei nº 10.861/04, no seu artigo 16.

A Lei 10.861 de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES que terá, entre outros objetivos, o de assegurar o processo nacional de avaliação da educação superior, autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Conforme o sítio do INEP (2007), o Exame Nacional de Cursos (ENC-Provão) “foi um exame aplicado aos formandos, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar os cursos de graduação da Educação Superior, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem”.

Dias Sobrinho (2002, p. 78) relata que os resultados obtidos no ENC “pelos alunos são globalizados e dessa operação resulta inicialmente o enquadramento dos cursos em uma das cinco categorias: A (12% superiores), B (18%) seguintes, C (40% médios), D (outros 18%) e E (os últimos 12%)”. O Exame Nacional de Cursos era um exame classificatório, que definia em que conceito os alunos de um determinado curso de uma instituição se enquadravam.

Segundo apresentado no resumo técnico do ENC – 2003, divulgado no sítio do INEP (2007) sobre a última edição do ENC,

Participaram do Exame Nacional de Cursos de 2003, aplicado em 8 de junho último, um total de 423.946 alunos, oriundos de 5.897 cursos, das seguintes 26 áreas do conhecimento: Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia

Química, Farmácia, Física, Fonoaudiologia, Geografia, História, Jornalismo, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Química. As duas novas áreas participantes em 2003 foram Fonoaudiologia e Geografia.

Após muitas discussões e modificações das leis que regulamentam os sistemas de avaliação do ensino superior, o Exame Nacional de Cursos, realizado pela última vez em 2003, foi extinto e surgiu então o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE.

A partir de uma pesquisa realizada por Verhine, Dantas e Soares (2006), foram observadas diferenças entre o ENC e o ENADE, sendo que o ENADE:

- a) ao realizar duas avaliações evidencia noção de "valor agregado";
- b) avalia cada curso trienalmente, em lugar da frequência anual do Provão;
- c) promete ser referenciado a critérios, baseando seus testes em padrões mínimos pré-determinados;
- d) propõe-se a englobar várias dimensões em seu teste, de modo a cobrir a aprendizagem durante o curso (em lugar de apenas medir o desempenho dos alunos ao final do curso) e dar um peso maior às competências profissionais e à formação geral, com ênfase nos temas transversais;
- e) visa reduzir custos através da administração dos testes a uma amostra representativa;
- f) divulga seus resultados de forma discreta, com pouco alarde da mídia;
- g) atribui-se um uso diagnóstico na medida em que se diz capaz de identificar as competências não desenvolvidas pelos alunos ao longo de 3 anos de escolarização superior; e
- h) parte da premissa de que as instituições e cursos utilizarão seus resultados como ingrediente em um processo avaliativo institucional mais abrangente.

(Acesso em 27 de setembro de 2007).

A partir dessas diferenças os pesquisadores emitiram críticas ao ENC e apontaram a capacidade do ENADE para solucionar seus problemas.

De acordo com os pesquisadores mencionados, o ENC não era interligado com os demais componentes de avaliação de educação superior; o ENC não contava com a auto-avaliação institucional, que permite criar um paralelo entre a documentação apresentada e a realidade encontrada na avaliação externa. E outro defeito apontado é que o ENC só se preocupava com a condição final do aluno, sem

ter avaliado seu desenvolvimento dentro da instituição.

A proposta do ENADE, que integra o sistema de avaliação da educação superior, é:

Aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

(Lei 10.861/04, artigo 5º § 1º).

O ENADE foi aplicado pela primeira vez, conforme informa o resumo técnico de 2004, disponível no sítio do INEP (2007), em “07 de novembro de 2004, com a aplicação do Exame a treze áreas do conhecimento: Agronomia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional e Zootecnia”.

Em 2005 foi aplicado nas seguintes áreas do conhecimento: “Arquitetura e Urbanismo, Biologia, Ciências Sociais, Computação, Engenharia (em 8 grupos), Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia e Química”.

E em 2006 foi aplicado nas seguintes áreas do conhecimento: Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Formação de Professores (Normal Superior), Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.

As áreas que foram avaliadas em 2007, especificamente no dia 11 de novembro de 2007, foram as seguintes: Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Tecnologia de Radiologia, Tecnologia em Agroindústria, Terapia Ocupacional e Zootecnia, conforme o artigo 1º da Portaria Normativa nº 5, de 20/03/2007.

O ENADE, segundo consta nos artigos 24 e 25 da Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, foi realizado pelo INEP, sob orientação da CONAES, e deve ser aplicado periodicamente a grupos de estudantes dos referidos cursos, selecionados por amostragem, os quais se encontrarão em momentos distintos de sua graduação: um grupo de estudantes do final do primeiro ano; e outro grupo, no último ano.

De acordo com os parágrafos 4º, 5º, 8º e 11 do artigo 5º da Lei 10.861/04, o

ENADE tem a finalidade de levantar o perfil do estudante e é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação. A avaliação será expressa por meio de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento e sua implantação será efetuada gradativamente, cabendo ao Ministro de Estado da Educação determinar anualmente os cursos de graduação a cujos estudantes será aplicado.

O ENADE é operacionalizado por meio de quatro instrumentos, assim listados no sítio do INEP (2007): “a prova, o questionário de impressões dos estudantes sobre a prova, o questionário socioeconômico e o questionário do coordenador do(a) curso/habilitação”.

A prova tem o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes conforme o que foi previsto no currículo do curso. O questionário de impressões da prova tem o objetivo de colher informações referentes à opinião dos estudantes sobre a prova (clareza, formato, tamanho, nível de dificuldade das questões, etc.). O questionário socioeconômico tem a finalidade de traçar o perfil dos estudantes e, por fim, o questionário do coordenador tem o objetivo de conhecer a posição do coordenador sobre a prova, projeto pedagógico e as condições de ensino do seu curso (INEP 27 setembro de 2007).

Os resultados do ENADE são expressos mediante sete relatórios distintos, conforme apresentado no sítio do INEP (2007): “relatório do aluno, relatório do curso, relatório da área, relatório da instituição, resumo técnico, relatório de conceitos e relatório técnico-científico”. Esses relatórios apresentam os resultados obtidos no ENADE e deverão contribuir para o aperfeiçoamento dos processos de ensino-aprendizagem e das condições de ensino e do próprio sistema de avaliação dos cursos de graduação.

2.3.2 Exame de Suficiência

O curso de Ciências Contábeis foi estabelecido legalmente pelo Decreto-Lei nº. 7.988 de 22 de setembro de 1945, que dispunha sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais. Porém só em 1946, com o Decreto-Lei nº 9.295/46, é que a profissão contábil começou a tomar corpo, pois esse decreto criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do

contador e do guarda-livros. E o § 2º do referido Decreto-Lei estabeleceu a necessidade de fiscalização do exercício da profissão do contabilista pelo conselho então criado.

Os contabilistas, que são os contadores e técnicos em contabilidade, para poderem exercer sua profissão legalmente, precisam obter o registro profissional no conselho de contabilidade. Para isso era necessário aprovação, perfazendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) de acertos, no exame de suficiência promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Resolução CFC nº 853/99 instituiu, no seu artigo 1º, “o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC”.

O exame de suficiência objetivava verificar o conhecimento mínimo para a prática da profissão, agindo como instrumento de fiscalização do exercício profissional.

O artigo 2º da referida Resolução traz o conceito do exame de suficiência: “prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade”.

No artigo 3º da mesma Resolução é apresentada a forma e o conteúdo do exame de suficiência:

O Exame de Suficiência será composto de uma prova para os Técnicos em Contabilidade e uma para os bacharéis em Ciências Contábeis, a serem aplicadas na mesma data e hora em todo o território nacional, ajustando-se para isso as diferenças de fuso horário, e se dividirá em:

a) Prova para os Técnicos em Contabilidade, abrangendo as seguintes áreas:

- Contabilidade Geral;
- Contabilidade de Custos;
- Noções de Direito Público e Privado;
- Matemática;
- Legislação e Ética Profissional;
- Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- Português.

B) Prova para os Bacharéis em Ciências Contábeis, abrangendo as seguintes áreas:

- Contabilidade Geral;
- Contabilidade de Custos;
- Contabilidade Pública;
- Contabilidade Gerencial;
- Noções de Direito Público e Privado;

- Matemática Financeira;
- Teoria de Contabilidade;
- Legislação e Ética Profissional;
- Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade;
- Auditoria Contábil;
- Perícia Contábil;
- Português;
- Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País.

De acordo com o sítio do Conselho Federal de Contabilidade (2007), o exame de suficiência começou a ser realizado no ano de 2001 e sua última realização foi em 2004. Atualmente o exame de suficiência está suspenso, mas deverá ser restabelecido, já existindo projeto de lei neste sentido.

Muitos questionamentos e discussões foram levantados acerca da realização desse exame, pois de certa forma ele parece ser inconstitucional, por ir de encontro ao princípio constitucional do livre exercício profissional (artigo 170 CF).

Os assuntos descritos anteriormente, constantes do artigo 3º da Resolução CFC nº 853/99, que compõem o exame de suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, conforme o artigo 2º da referida Resolução deveriam estar de acordo com os conteúdos programáticos desenvolvidos nos cursos tanto de graduação quanto técnico. Sendo assim, o exame de suficiência deveria estar de acordo com o currículo do curso, que é normatizado.

A partir dos conceitos apresentados anteriormente sobre avaliação, pode-se classificar o exame de suficiência como uma avaliação externa, pois visa verificar se o indivíduo tem os conhecimentos necessários para o desempenho da profissão, que foram englobados pelo currículo do curso. E a avaliação também poderá identificar se o currículo do curso contempla os conteúdos necessários ao bom desempenho da profissão.

2.4 CURRÍCULO

O papel essencial da avaliação, segundo Tyler (1978, p. 98), “consiste em determinar em que medida os objetivos educacionais estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo e do ensino”.

A avaliação do currículo tem, entre outras, a finalidade de garantir que a educação, aplicada por determinadas instituições, esteja suprimindo as necessidades dos indivíduos e da sociedade.

Lewy (1979, p. 4) explica que:

A expansão das atividades de desenvolvimento de currículo acentuou a necessidade de avaliar os programas educacionais. Tanto as agências financiadoras quanto os consumidores desejavam evidências de que os novos programas produziam resultados satisfatórios.

De acordo com as idéias de Tyler e Lewy, pode-se observar que a avaliação do currículo possui diversas finalidades, sendo ele de grande valia para diversos usuários.

O currículo pode ser entendido como um resumo, estruturado de forma organizada (por assunto, ou grau de evolução), com informações sobre determinada coisa, como se fosse um roteiro.

Em educação, o currículo contempla matérias referentes ao curso. As matérias se distribuem em disciplinas que são organizadas em seqüência, em grau crescente de dificuldade, separadas por períodos (trimestres, semestres, ano, entre outros), com o número de horas-aula necessárias para o seu cumprimento.

Cada docente é responsável por uma disciplina devendo ter consciência de que a disciplina assumida por ele é parte de um todo, que deverá se integrar com as demais. Isto é, o docente deverá ligar sua disciplina com as demais disciplinas do curso, apontando a ligação e sua importância para o aluno, e não tratar a disciplina como algo isolado do contexto, sem se preocupar com as demais disciplinas que serão vistas no curso.

Para Ochs (*apud* Lewy 1979, p. 6) o termo currículo

é freqüentemente usado para designar igualmente o programa de uma determinada matéria e de uma determinada série, o programa de uma determinada matéria para um ciclo inteiro de estudos ou o programa total de diferentes matérias para um ciclo inteiro ou mesmo para todos os ciclos. Além disso, o termo "currículo" é algumas vezes usado num sentido mais amplo para abranger as várias atividades educacionais por meio das quais o conteúdo é transmitido, assim como os materiais usados e os métodos empregados.

Neste trabalho o termo **currículo** será utilizado para designar o programa total de diferentes matérias para todos os ciclos e será observado o currículo atual do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFSC.

A organização do currículo é um ponto importante, pois as experiências de aprendizagem precisam ser distribuídas de forma a garantir um bom desempenho do aluno. A falta de organização poderá causar desarticulação entre as disciplinas do curso, o que poderá acarretar transtornos, como dificuldade dos alunos para

acompanhar o curso e também do professor para ministrar suas aulas. Também a estafa ou o desinteresse causados pela quantidade excessiva de disciplinas reunidas em um único período poderá comprometer de igual forma o desempenho dos professores e dos alunos.

De acordo com o artigo 53, inciso II da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases, as universidades, no exercício de sua autonomia, têm a atribuição de “fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes”.

Anastasiou (2003, p. 43) vem reforçar o que foi exposto acima sobre a importância da organização do currículo:

A organização acadêmica é feita por faculdades, por objetos de estudo, dos quais decorrem os conjuntos de disciplinas rigidamente determinados. Os cursos se organizam com período básico e outro profissionalizante, separando a teoria – que necessariamente vem antes – da prática. Assim, os estágios ficam alocados no final do currículo escolar de cada curso.

A organização do currículo contribui também para assegurar que ele alcance os objetivos estabelecidos pelo Projeto Político-Pedagógico do curso.

Sacristán (2000, p. 35) também enfatiza a importância da organização do currículo ao afirmar que:

A aprendizagem dos alunos nas instituições escolares está organizada em função de um projeto cultural para a escola, para um nível escolar ou modalidade; isto é, o currículo é, antes de tudo, uma seleção de conteúdos culturais peculiarmente organizados, que estão codificados de forma singular.

Masetto (2003) levanta um questionamento relevante sobre a elaboração de um currículo: que aspectos se devem levar em consideração para se construir um currículo?

O autor (2003, p. 68) chega à conclusão de que “se deve levar em consideração, em primeiro lugar, as necessidades da sociedade em que vivemos e na qual os alunos vão exercer sua profissão. [...] Um segundo ponto a considerar é a questão do progresso científico e tecnológico”.

Observando o que foi exposto por Masetto pode-se chegar à conclusão de que a elaboração de um currículo envolve uma série de debates e reflexões que o corpo docente junto com a coordenação deverão fazer para que o currículo atinja o objetivo a que se propõe e esteja de acordo com a legislação que o regulamenta.

No caso dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, as Instituições de

Ensino Superior devem observar a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, resolução que regulamenta o currículo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

2.4.1 Resolução nº 10/04 – CNE/CES

A Resolução nº 10/04 – CNE/CES no seu artigo 1º institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior.

A referida Resolução estabelece os aspectos que a organização curricular dos cursos de Ciências Contábeis deverá contemplar:

- a) Perfil do egresso: os artigos 3º e 4º descrevem as capacidades, competências e habilidades que o curso deverá desenvolver no futuro contabilista, tais como: ter domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias; utilizar adequadamente a terminologia Contábil; saber elaborar pareceres e relatórios; aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis; exercer todas as suas atribuições com ética e proficiência;
- b) Conteúdos: o artigo 5º exhibe os conteúdos que o currículo deverá contemplar, observando o perfil do egresso, que atendam aos campos interligados à formação Básica (administração, economia, matemática, direito, entre outros), Profissional (estudos específicos das Teorias da Contabilidade) e Teórico-Prática (estágios, atividades complementares, laboratórios, etc.);
- c) Condições para conclusão e integralização curricular: o artigo 6º rege que a organização curricular deverá estabelecer o regime que adotará: anual, semestral, sistema de créditos, com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos;
- d) Estágio curricular supervisionado: no artigo 7º são apresentadas informações sobre o estágio supervisionado, que é tratado como um componente curricular não obrigatório, direcionado para a consolidação do desempenho profissional desejado;
- e) Atividades complementares: o artigo 8º trata das atividades complementares como componente curricular que possibilite o enriquecimento do conhecimento intelectual do aluno, podendo ser atividades independentes,

transversais, opcionais etc.

- f) Trabalho de conclusão de curso (TCC): no artigo 9º podem-se encontrar as abordagens sobre o TCC, que é opcional para a instituição, sendo uma monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade;
- g) Duração e carga horária: o artigo 10 explica que os cursos de graduação, bacharelado, terão suas cargas horárias e duração estabelecidas por Resolução da Câmara de Educação Superior do CNE.

A Resolução 10/04 tem o objetivo de regulamentar os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, buscando assegurar que todos os alunos tenham o conhecimento imprescindível, uma base específica para desenvolver as capacidades e competências necessárias para o exercício da profissão, independente da instituição em que estudem.

Os egressos deverão ter condições de exercer a profissão contábil, com ética e responsabilidade, na sociedade em que se inserem, familiarizados com as tecnologias existentes, sabendo interagir e utilizar as outras ciências que estejam ligadas à Ciência Contábil para enriquecer o seu trabalho, gerando informações que viabilizem, aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional, a tomada de decisões, e adotando atitudes e valores orientados para a cidadania.

O artigo 11, da referida Resolução 10/04 estabelece que suas Diretrizes Curriculares Nacionais deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da data de sua publicação, que foi 28 de dezembro de 2004. Desta forma, as IES tinham prazo até o dia 28 de dezembro de 2006 para iniciarem a sua implantação.

No dia 31 de janeiro de 2007 foi aprovado e publicado o Parecer CNE/CES nº 8/2007 que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial. No item nº 7 do referido Parecer ficou estabelecido o número de 3.000 horas/relógio como carga horária mínima para os cursos de graduação, bacharelado, em Ciências Contábeis, na modalidade presencial.

2.4.2 O Currículo CCN-UFSC

De acordo com informações publicadas no sítio do Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, o referido curso foi criado em 08 de fevereiro de 1965 e aprovado pelo Parecer 39/SESU/MEC/65. O curso foi reconhecido pelo Decreto 75590/75, de 11 de abril de 1975.

O currículo do curso de Ciências Contábeis da UFSC tem o período mínimo de conclusão de 8 semestres e prazo máximo de 16 semestres.

O currículo que será apresentado a seguir, figura 3, foi elaborado pela coordenação juntamente com o corpo docente e comunidade acadêmica do curso de graduação em Ciências Contábeis e iniciou sua implantação gradativa a partir do primeiro semestre do ano de 2006.

A Portaria nº 163/PREG/2005 resolve, no seu artigo 1º, “aprovar o currículo 2006.1 do curso de Graduação em Ciências Contábeis, diurno e noturno”.

O currículo proposto se compõe de 3.000 horas/relógio, equivalentes a 3.600 horas/aula.

Observando o currículo, pode-se chegar à conclusão que para a sua elaboração foi observada a Resolução 10/04 CNE/CES, pois o currículo CCN-UFSC foi elaborado por meio de um Projeto-Pedagógico e esse cumpre os aspectos mencionados no artigo 2º da referida Resolução. E ele também contempla as exigências expostas nos artigos 3º, 4º e 5º, que tratam respectivamente das capacidades, competências, habilidades e conteúdos que o currículo deverá abranger.

Ao longo do curso, em cada fase a ser cursada, existem disciplinas de contabilidade juntamente com disciplinas das áreas afins que estão interligadas, gerando harmonia e proporcionando ao aluno um suporte para o desenvolvimento dos estudos. São exemplos de disciplinas das áreas afins: Matemática, Métodos Estatísticos, Informática, Direito, entre outras.

O currículo inicia com disciplinas básicas como Contabilidade I, Matemática I, entre outras, em sua primeira fase, seguindo evolutivamente para disciplinas que exigem maior aprofundamento que é adquirido ao longo do curso, chegando às disciplinas que exigem um conhecimento mais específico, como as disciplinas de sétima e oitava fases como, por exemplo: Auditoria, Contabilidade Avançada, Perícia e Controladoria.

Observa-se também que houve uma preocupação em organizar as disciplinas em ordem crescente de dificuldade e conhecimento progressivo, necessários para cursá-las. Outra preocupação que fica evidente foi a distribuição igual das cargas horárias por fase, cada fase contendo 360 horas/aula, com exceção da 1ª fase.

No projeto original, o currículo apresentava 3.048 horas/aula. Com a publicação do Parecer CNE/CES 8/2007, aprovado em 31/01/2007, que estabeleceu o mínimo de 3.000 horas/relógio para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, o colegiado do Departamento sugeriu e o colegiado do curso acatou as seguintes modificações, conforme apresentado pela Portaria nº 326/PREG/2007: acréscimo de 4 disciplinas a partir da 7ª fase, de 72 horas/aula cada uma, a saber: Teoria da Contabilidade, Auditoria Contábil II, Controladoria e Planejamento Tributário. Procurou-se, desta forma, reforçar as principais áreas da Contabilidade: a societária, a pública, a gerencial e a tributária. Foi também aumentada a carga horária atribuída à Monografia (TCC), que passou para 180 horas/aula, e acrescentaram-se 120 horas às atividades de extensão. O currículo “definitivo” ficou assim estabelecido:

1ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5115	CONTABILIDADE I	72	-	
DIR 5966	LEGISLAÇÃO COMERCIAL E SOCIETÁRIA	72	-	
CAD 5151	TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES	72	-	
LLV 5603	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA I	60	-	
MTM 5134	MATEMÁTICA I	60	-	
TOTAL		336 horas/aula		

2ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5116	CONTABILIDADE II	72	CCN 5115	
CNM 5145	TEORIA ECONÔMICA	72	-	
INE 5125	MÉTODOS ESTATÍSTICOS I	72	-	
MTM 5151	MATEMÁTICA FINANCEIRA I	72	-	
DIR 5972	LEGISLAÇÃO SOCIAL E PREVIDENCIÁRIA	72	-	
TOTAL		360 horas/aula		

3ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5117	CONTABILIDADE III	72	CCN 5116	
MTM 5152	MATEMÁTICA FINANCEIRA II	72	MTM 5151	
CCN 5124	LABORATÓRIO DE PRÁTICA CONTÁBIL	72	CCN 5116	
FIL 5109	ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA	72	-	
INE 5126	MÉTODOS ESTATÍSTICOS II	72	INE 5125	
TOTAL		360 horas/aula		

4ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5137	CONTABILIDADE DE CUSTOS	72	CCN 5117	
EPS 5119	PESQUISA OPERACIONAL APLICADA À CONTABILIDADE	72	INE 5125	
DIR 5991	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	72	-	
CCN 5119	CONTABILIDADE SUPERIOR	72	CCN 5117	
CCN	DISCIPLINA(S) OPTATIVA(S)	72	-	
TOTAL		360 horas/aula		

5ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5171	CONTABILIDADE PÚBLICA I	72	-	
CCN 5321	CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA I	72	DIR 5991	
CNM 5305	MERCADO DE CAPITAIS	72	MTM 5152	
CCN 5303	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	72	CCN 5119	
CCN 5139	ANÁLISE DE CUSTOS	72	CCN 5137	
TOTAL		360 horas/aula		

6ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5172	CONTABILIDADE PÚBLICA II	72	CCN 5171	
CCN 5322	CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA II	72	DIR 5991	
CCN 5141	TÉCNICAS DE PESQUISA EM CONTABILIDADE	72	CCN 5119	
CCN 5180	CONTABILIDADE E FINANÇAS	72	MTM 5152	
CCN 5140	CONTABILIDADE GERENCIAL	72	CCN 5139	
TOTAL		360 horas/aula		

7ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5318	AUDITORIA CONTÁBIL	72	CCN 5303	
CCN 5184	CONTABILIDADE AVANÇADA	72	CCN 5119	
CCN 5185	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL	72	CCN 5124	
CCN 5183	CONTABILIDADE ATUARIAL	36	CCN 5180	
CCN 5181	SIMULAÇÃO GERENCIAL I	36	CCN 5140	
CCN 5186	TEORIA DA CONTABILIDADE	72	CCN 5119	
TOTAL		360 horas/aula		

8ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN 5147	PERÍCIA CONTÁBIL	72	CCN 5318	
CCN 5182	SIMULAÇÃO GERENCIAL II	36	CCN 5181	
CCN 5320	AUDITORIA CONTÁBIL II	72	CCN 5318	
CCN 5323	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO	72	CCN 5321 E CCN 5322	
CCN 5325	CONTROLADORIA	72	CCN 5140	
CCN	DISCIPLINA OPTATIVA	36		
TOTAL		360 horas/aula		

9ª FASE				
Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito	
CCN	DISCIPLINA(S) OPTATIVA(S)	72		
CCN 5401	MONOGRAFIA	180	CCN 5141	
CCN	DISCIPLINA(S) OPTATIVA(S)	72		
CCN	DISCIPLINA OPTATIVA	36		
TOTAL		360 horas/aula		

Figura 3 – Currículo CCN-UFSC – Disciplinas Obrigatórias

Fonte: Sítio Departamento CCN-UFSC

O currículo exige ainda mais 288 horas/aula de disciplinas optativas, das quais 144 horas/aula devem ser do rol de disciplinas optativas do currículo 1994/1, expostas na figura 4, ou do currículo 2006/1, expostas na figura 5. Ou seja, os alunos podem optar por cursar tanto as disciplinas optativas do currículo de 1994/1, quanto do currículo 2006/1; algumas disciplinas diferem em horas-aula, outras são totalmente novas, mas a idéia é que atendam aos alunos dos dois currículos que, por enquanto, correm paralelos.

E as demais 144 horas/aula podem ser de livre escolha dentre as disciplinas oferecidas pela UFSC, obedecidos os pré-requisitos.

As disciplinas optativas proporcionam ao aluno a escolha de disciplinas de seu interesse maior, ligadas à área sobre a qual ele pretende adquirir mais conhecimentos, mas de qualquer maneira são intimamente ligadas à Ciência Contábil.

Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito
ANT 5203	CULTURA BRASILEIRA	72	
CCN 5107	CONTABILIDADE HOSPITALAR	54	CCN 5137
CCN 5142	CONTABILIDADE DE EMPRESAS IMOBILIÁRIAS	54	CCN 5137
CCN 5155	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL	54	
CCN 5156	SISTEMAS CONTÁBEIS	54	CCN 5140
CCN 5157	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE	54	
CCN 5158	CONTABILIDADE INDUSTRIAL	54	CCN 5137
CCN 5159	CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	54	CCN 5137 e CNM 5145
CCN 5160	CONTABILIDADE RURAL	54	CCN 5137
CCN 5162	CONTABILIDADE DE EMPRESAS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA SOCIAL	54	CCN 5137 e CNM 5145
CCN 5163	CONTABILIDADE DE HOTELARIA E TURISMO	54	CCN 537
CCN 5164	CONTABILIDADE DE COOPERATIVAS	54	CCN 5137
CCN 5165	CONTABILIDADE SINDICAL	54	CCN 5137
CCN 5402	PESQUISA EM CONTABILIDADE	54	CCN 5141
CCN5403	MONITORIA EM CONTABILIDADE	54	
HST 5142	HISTÓRIA ECONOMICA GERAL I	54	HST 1142

Figura 4 – Currículo 1994.1 CCN-UFSC – Disciplinas Optativas

Fonte: Sítio Departamento CCN-UFSC

Código	Disciplina	Horas/aula	Pré-requisito
CCN 5166	CONTABILIDADE RURAL	72	CCN 5137
CCN 5167	CONTABILIDADE DE HOTELARIA E TURISMO	36	CCN 5137
CCN 5231	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE I	36	CCN 5117
CCN 5232	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE II	36	CCN 5117
CCN 5233	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE III	72	CCN 5117
CCN 5241	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL I	36	CCN 5140
CCN 5242	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL II	36	CCN 5140
CCN 5243	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE GERENCIAL III	72	CCN 5140
CCN 5251	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA I	36	CCN 5171
CCN 5252	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA II	36	CCN 5171
CCN 5253	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA III	72	CCN 5171
CCN 5246	TÓPICOS ESPECIAIS DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA	36	CCN 5117
CCN 5247	CONTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL	72	CCN 5117
CCN 5248	CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	72	CCN 5171
CCN 5249	CONTABILIDADE DE ATIVOS INTANGÍVEIS	72	CCN 5140
CCN 5250	CONTABILIDADE E AVALIAÇÃO MULTICRITERIAL	72	CCN 5140
CCN 5255	PERÍCIA SOCIETÁRIA	72	CCN 5318
CCN 5257	CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	72	CCN 5303
CCN 5254	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	72	CCN 5117
CCN 5257	NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	72	CCN 5119
CCN 5261	CONTABILIDADE DE EMPRESAS IMOBILIÁRIAS	36	CCN 5137
CCN 5262	CONTABILIDADE DE COOPERATIVAS	36	CCN 5117
CCN 5263	FINANÇAS PESSOAIS	72	-

Figura 5 – Currículo 2006.1 CCN-UFSC – Disciplinas Optativas

Fonte: Sítio Departamento CCN-UFSC

O currículo aponta ainda que devem ser validadas até 200 horas de atividades complementares e mais 120 horas de atividades de extensão.

De acordo com informações expostas no sítio do Departamento de Contabilidade CCN-UFSC, existem cinco grupos de atividades complementares, abordadas a seguir. O aluno poderá validar as atividades na carga horária solicitada, 200 horas, de acordo com o permitido pelo currículo. Tais atividades deverão ter sido realizadas nos últimos 5 anos a contar da data da comprovação, podendo ser:

Grupo I - no grupo I estão as atividades de iniciação à docência e pesquisa:

- a) Exercício de monitoria – até 60 horas (01 semestre);
- b) Participação em pesquisas e projetos institucionais (PET/PIBIC/Funpesquisa), outros projetos de pesquisa, trabalho técnico, sob supervisão de professores e/ou alunos do mestrado em Contabilidade – até 60 horas (01 semestre) por atividade, até o máximo de 120 horas.

Grupo II – Congressos, seminários, conferências e outras atividades assistidas:

- a) Congressos, seminários, conferências e palestras assistidas: mínimo de 01 hora por evento, atingindo o máximo de 60 horas;
- b) Defesas de dissertação de mestrado e tese de doutorado assistidas: 02 horas por defesa, até o máximo de 10 horas;
- c) Apresentação de monografias de final de curso (TCC) de Ciências Contábeis

e/ou área afim: 01 hora por apresentação, até o máximo de 10 horas.

Grupo III – Publicações e apresentação de trabalhos em eventos científicos:

- d) Artigos publicados em revistas com 'referee', de forma individual ou coletiva (máximo de 3 autores): 30 pontos por artigo, correspondentes a 30 horas cada um, até o máximo de 150 horas;
- e) Artigos publicados em revistas sem 'referee', de forma individual ou coletiva (máximo de 3 autores): até 20 pontos por artigo, correspondentes a 20 horas cada um, até o máximo de 60 horas;
- f) Apresentação de trabalhos em eventos científicos ou publicação em Anais de Congressos, de forma individual ou coletiva (máximo de 3 autores): 30 pontos por trabalho, correspondentes a 30 horas cada um, até o máximo de 90 horas;
- g) Participação em concursos, exposições e mostras: 10 pontos por participação, até o máximo de 50 horas (pontos);
- h) Premiação em concursos de caráter nacional/internacional – 100 pontos.

Grupo IV – Vivência profissional complementar:

- i) Realização de estágio não-curricular, conforme normas já vigentes no CCN: 60 horas, correspondentes a estágio de 20 horas semanais, no mínimo, por um período mínimo de 04 meses, podendo atingir o máximo de 120 horas (2 semestres nas condições mínimas mencionadas);
- j) Realização de estágio em Empresa Júnior/Incubadora de Empresa: máximo de 60 horas, correspondentes a estágio de 20 horas semanais, no mínimo, por um período mínimo de 04 meses;
- k) Participação em projetos sociais: 01 semestre de participação equivale a 30 horas, podendo o aluno computar o máximo de dois projetos.
- l) Atividade profissional específica comprovada, por um período mínimo de 04 meses, correspondente a 50 pontos (horas), pontuação máxima a ser obtida no item;
- m) Participação em entidade de representação estudantil específica (Centro Acadêmico de Ciências Contábeis), por período mínimo de 06 meses, correspondente a 10 horas, por um período máximo de 2 anos (40 pontos), não cumulativos;
- n) Outras atividades não contempladas, a critério do Coordenador do Curso, até o máximo de 90 horas.

A atividade complementar, como o próprio nome indica, complementa o currículo, agregando conhecimentos que são de escolha do aluno, isto é, de acordo com seu interesse, curiosidade e possivelmente com o intuito de esclarecer e reforçar pontos que ajudarão na sua vida profissional.

As diversas atividades complementares, como assistir a defesas, participar de congressos e eventos, realizar estágios, publicar artigos, entre outras, geram conhecimento e instigam o aluno a se aprofundar em determinadas áreas do conhecimento contábil.

As atividades de extensão determinadas pelo currículo CCN-UFSC permitem a validação das seguintes atividades, conforme é apresentado no sítio do Departamento de Contabilidade CCN-UFSC. Serão aceitas atividades realizadas, nos últimos 05 anos, a contar da data de registro na coordenação do curso:

- a) Cursos à distância: até 60 horas por curso, a critério do coordenador do curso, atingindo o máximo de 60 horas;
- b) Cursos de curta duração e/ou disciplinas cursadas em programas de extensão: até o máximo de 60 horas;
- c) Outras atividades de extensão, a critério do coordenador do Curso, até o máximo de 90 horas.

As atividades de extensão são destinadas para atividades que enriqueçam a cultura do aluno tais como cursos de idiomas, de informática, de artesanato entre outros.

3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Antes de abordar o Projeto Pedagógico faz-se necessária uma breve explanação sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Segundo Masetto (2003, p. 61), o PDI

corresponde ao plano estratégico da Instituição. O PDI, além de definir os objetivos de uma Instituição e princípios educacionais orientadores de suas atividades, deverá demonstrar que possui os meios e recursos necessários tanto para cumprir as atuais metas, em um cronograma estipulado, como prever possível desdobramento de suas atividades, os meios e recursos necessários.

Para Masetto o PDI, além de se constituir num planejamento, deve evidenciar como será possível executar aquilo que foi proposto levando em conta as condições, meios e recursos disponíveis. As Diretrizes para Elaboração do PDI (2002) evidenciam a preocupação com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional, como se pode verificar:

O MEC constatou a necessidade de introduzir, como parte integrante de um projeto institucional das Instituições de Ensino Superior - IES, o seu planejamento estratégico, sintetizado no que convencionou-se denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional PDI.

O Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, artigo 15, inciso II, alínea b, revela que esse documento é exigido pelo MEC, compondo o rol de documentos obrigatórios para o credenciamento de instituições de ensino superior.

As Diretrizes para Elaboração do PDI (2002) orientam que:

O PDI deverá ser elaborado para um período de cinco anos; é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior – IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

O PDI deverá conter determinadas dimensões que serão analisadas pela SESu/MEC que, de acordo com as Diretrizes para Elaboração do PDI (2002), são:

- a) Perfil Institucional – deverá conter informações relativas à missão, objetivos gerais e metas para alcançar esses objetivos;
- b) Planejamento e Gestão Institucional – este campo deverá ser preenchido com informações relativas a objetivos e metas específicos para o planejamento e gestão institucional, organização acadêmica e administrativa, planejamento e organização didático-pedagógicos, oferta de cursos e programas, infraestrutura física e acadêmica e aspectos financeiros e orçamentários (para as

IES privadas);

- c) Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional – serão expostos neste item os objetivos e metas específicos para a avaliação e acompanhamento do desempenho institucional e também o projeto de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional;
- d) Cronograma de Implementação do PDI – deverão ser elaboradas as etapas e um cronograma de implementação do PDI.

Essas dimensões servem como referencial e medidas de apoio da Secretaria de Educação Superior para as instituições do sistema federal de ensino e deverão ser respeitadas quando da elaboração do PDI.

Após ser entendido o Plano de Desenvolvimento Institucional, pode-se abordar o Projeto Político-Pedagógico - PPP que, na visão de Masetto (2003, p. 60),

é o subconjunto mais importante do PDI na medida em que organiza e consolida a programação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, dos cursos de graduação, especialização e pós-graduação, bem como orienta a política de contratação de docentes e funcionários, o aperfeiçoamento e desenvolvimento deles, o processo de seleção dos candidatos e a infra-estrutura acadêmica, administrativa e pedagógica.

O Projeto Político-Pedagógico – PPP é um documento obrigatório que deverá ser elaborado pelas instituições de ensino. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases, no inciso I, do artigo 12, os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de “elaborar e executar sua proposta pedagógica”. A elaboração do PPP poderá ter a participação dos docentes, profissionais da educação e também as comunidades escolares.

Masetto (2003, p. 60) revela que o PPP é:

um projeto político porque estabelece e dá sentido ao compromisso social que a Instituição de ensino superior assume com a formação de profissionais e de pesquisadores cidadãos que, na sociedade em que vivem, trabalhando como profissionais ou pesquisadores ou cientistas, desenvolvem sua participação e seu compromisso com a transformação da qualidade de vida dessa sociedade.

Ainda de acordo com Masetto (2003, p. 61), o Projeto Político-Pedagógico tem o objetivo de organizar e definir aspectos da instituição, abrangendo todos os elementos envolvidos nela tais como: professores, alunos, disciplinas espaço e recursos da instituição, desenvolvimento humano dos colaboradores, e desenvolvimento da instituição como um todo.

A participação desses elementos da instituição deverá observar sempre os

objetivos e metas propostos.

A elaboração e implantação do Projeto Político-Pedagógico envolve várias figuras da instituição, como já foi dito anteriormente, exigindo uma série de discussões. Sua implantação deverá ser gradativa e, inevitavelmente, surgirão necessidades de ajustes ao longo da sua implantação. Novas discussões deverão ocorrer e os acertos deverão ser realizados para que o PPP seja bem sucedido.

3.1 O PROJETO-POLÍTICO PEDAGÓGICO CCN-UFSC

O atual Projeto Político Pedagógico - PPP do curso de Ciências Contábeis da UFSC foi elaborado entre agosto de 2002 e maio de 2005 pela coordenação do curso, professores e comunidade acadêmica.

O Projeto Político Pedagógico CCN-UFSC foi estruturado da seguinte forma: 1) Introdução; 2) Contextualização institucional, geográfica e social; 3) Situação do curso de Ciências Contábeis da UFSC e novas perspectivas; 4) Legislação; 5) Perfil do ingressante; 6) Objetivos do curso; 7) Procedimentos metodológicos; 8) Formas de avaliação; 9) Perfil do egresso; 10) Organização curricular; 11) Ementas e programas; 12) Equivalências; 13) Regulamento de monografia; 14) Regulamento do estágio não obrigatório; 15) Condições de implantação do programa político-pedagógico; 16) Referências; 17) Anexo 1: Resolução CNE/CES 10/04; 18) Anexo 2: Ementas e Programas; 19) Anexo 3: Regulamento da monografia; e 20) Anexo 4: Regulamento do Estágio.

Na introdução do Projeto Político-Pedagógico fica evidente a preocupação com o currículo e com os conteúdos contemplados por ele. E outra preocupação evidente é com a boa preparação dos alunos.

A revisão do currículo CCN-UFSC deu-se, primeiramente, pelo fato do currículo antigo contemplar apenas 40% da grade curricular com disciplinas de Contabilidade, e essa era uma queixa constante dos alunos. Paralelamente a esse fato foi elaborada e publicada a Resolução nº 10/04 CNE/CES, que instituiu Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, obrigando as IES a se enquadrar na nova regulamentação. A Resolução, no entanto, não previa um número mínimo de horas para o curso nem os prazos mínimo e máximo para a sua conclusão.

Somente em 31 de janeiro de 2007 foi publicado o Parecer CNE/CES nº

8/2007 que modificava a carga horária mínima para os cursos de graduação, estabelecendo para o bacharelado em Ciências Contábeis 3.000 horas/relógio, o que, conforme já exposto, refletiu diretamente no PPP e gerou novas modificações.

De acordo com o Projeto-Político Pedagógico do CCN-UFSC, as disciplinas optativas livres (144 horas) e as atividades complementares e de extensão serão destinadas à formação humanística e profissional de forma bastante independente, deixando para as disciplinas obrigatórias e optativas específicas a ênfase na Contabilidade integrada aos campos com os quais mais se relaciona, como Economia, Administração, Direito e Matemática. O currículo salienta o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, investigação, análise e julgamento assim como a conscientização da importância da informação no mundo atual, informação esta que deverá estar integrada a uma estrutura conceitual e que deve gerar novas informações.

Outra preocupação exposta no Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC diz respeito às inovações tecnológicas e ao contexto social, econômico e financeiro em âmbito nacional e internacional.

Após a introdução, o Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC faz uma explanação sobre a contextualização institucional, geográfica e social, abordando aspectos quanto à região e à UFSC, colocando informações referentes à localização da UFSC, dados sobre sua fundação, número de cursos, seus integrantes, infraestrutura, missão, objetivo, entre outros, além de uma breve explanação sobre o município de Florianópolis.

O item número 3 do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC contém informações a respeito da situação então vigente no curso de Ciências Contábeis da UFSC e novas perspectivas. Nesse item é informado que o curso é ofertado em dois turnos (matutino e noturno), sendo ofertadas 80 vagas no primeiro semestre e outras 80, no segundo. O curso matutino estava previsto para 8 semestres e o noturno, para 10. O tempo médio para a formação dos acadêmicos, nos últimos 10 anos, gira em torno de 5 anos.

O atual Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC foi aprovado pelo colegiado do departamento de Ciências Contábeis em reunião realizada no dia 04 de maio de 2005. Ele prevê a manutenção dos dois turnos e a uniformização da seqüência curricular, de forma que não haja diferenças entre a oferta de disciplinas dos turnos matutino e noturno. Todas as fases terão 4 horas/aula diárias previstas, com

exceção da última fase, quando os alunos deverão cursar apenas as disciplinas optativas que faltarem para que possam se dedicar à redação da monografia, exigência do curso. Outra informação no item 3 é relacionada ao quadro de professores.

O item 4 do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC dedica-se à legislação pertinente. Este item começa com informações sobre o surgimento e deliberações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dando ênfase às diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o item 4 do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC aborda o parecer nº 776/97-CNE/CES que trata justamente das orientações para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Entre os princípios a serem observados quando da formulação das diretrizes curriculares, de acordo com o referido parecer, o Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC salienta alguns que considera importantes, relativos à liberdade na composição da carga horária e especificação das unidades de estudos a serem ministradas, assim como na indicação dos tópicos que comporão o currículo, entre outros.

O Projeto Político-Pedagógico, no item 4, lista e resume a seguinte legislação:

- a) Edital nº 4 de 10 de dezembro de 1997, da SESu/MEC (convoca as IES a apresentar propostas para as ditas Diretrizes a serem elaboradas pelas Comissões de Especialistas daquela Secretaria);
- b) Lei nº 10.172, que “aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências”;
- c) Portaria nº 3.018/01 – MEC, que estabelece as Diretrizes para o Exame Nacional de Cursos/2002;
- d) Parecer nº 146/02 – CNE/CES, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais comuns e específicas aos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design;
- e) Resolução nº 6/04 – CNE/CES, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências;
- f) Resolução nº 10/04 – CNE/CES, que altera e revoga a Resolução nº 6/04 – CNE/CES.

No item 5 do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC, são tecidos comentários sobre o perfil do ingressante com o objetivo de elencar as expectativas

do aluno em relação ao curso e fornecer informações sobre eles que pudessem embasar algumas decisões a serem tomadas quanto ao currículo, mínimo de horas/aula diárias e semanais, tempo mínimo e máximo para conclusão, metodologias a serem adotadas, etc.

No item 6 são expostos os objetivos do curso, objetivo geral e objetivos específicos. Segundo o Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC, o objetivo geral é: “proporcionar uma visão ampla e interdisciplinar da Contabilidade e do Mercado, formar profissionais capazes de atuar com competência e ética, cômnicos de sua cidadania, e estimular a pesquisa na área contábil”.

Logo a seguir são apresentados os objetivos específicos, que são:

- a) Capacitar o aluno a mensurar, avaliar, registrar e controlar o patrimônio das organizações, tanto públicas como privadas, e suas alterações;
- b) Capacitar o aluno a relatar, de forma correta e analítica, os eventos patrimoniais;
- c) Estimular o aluno à produção científica;
- d) Estimular o aluno a participar da vida social através de atividades complementares e de extensão.

Na seqüência do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC encontra-se o item 7, que traça os procedimentos metodológicos. De acordo com o referido projeto, os procedimentos metodológicos têm o objetivo comum de integrar as disciplinas de forma vertical e horizontal, visando ampliar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e desenvolver alternativas pedagógicas para a aquisição de novos conhecimentos.

No item 8 apresentam-se as formas de avaliação adotadas pelo Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC. O item 9 traça o perfil desejado do egresso e o item 10, que se apresenta na seqüência, expõe a organização curricular .

O item 10 do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC chama atenção para o fato de ter havido muito cuidado na elaboração da grade curricular, colocando as disciplinas numa seqüência lógica, em termos de conteúdo e grau de complexidade.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC (200, p. 28),

As disciplinas de formação básica, como seria esperado, estão colocadas nas primeiras quatro fases do curso, pois dão suporte às demais. A partir da 5ª fase começam as disciplinas de caráter mais prático, em grau ascendente de dificuldade: Laboratório de Prática Contábil, com ênfase na prática manual de lançamentos, Sistemas de Informação Contábil, com ênfase em softwares da Contabilidade, e Simulação Gerencial I e II, em que

os alunos são solicitados a gerir uma empresa virtual.

Observa-se que na estrutura definitiva do currículo, a disciplina Laboratório de Prática Contábil permaneceu na 3ª fase, por motivos operacionais.

Ainda dentro do item 10, são feitos comentários a respeito dos pré-requisitos que, segundo o Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC, têm o objetivo de orientar o aluno. Por fim são feitas colocações a respeito da monografia, atividades complementares e estágio.

O item 11 refere-se às ementas e programas que foram colocadas em anexo no Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC.

O item 12 dedica-se às equivalências, o item 13, ao regulamento de monografia, que também se encontra em anexo. E o item 14 fala sobre o regulamento do estágio não-curricular, colocado em anexo no Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC.

No item 15 são colocadas as condições de implantação do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC. E por último, no item 16, aparecem as referências utilizadas para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC.

Analisando o Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC como um todo observa-se que em todos os itens houve a preocupação de explicar e descrever todos os aspectos e elementos componentes do projeto, ficando evidente a preocupação em atender à legislação pertinente e zelar pela construção de um currículo com qualidade, que atenda às necessidades dos alunos, da sociedade e, dentro dela, das organizações, preparando os discentes para desenvolverem suas atividades profissionais com ética e competência.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para se desenvolver um trabalho científico, segundo Salvador e Severino (*apud* Zapelini 1997, p. 39),

“seja ele um projeto, uma resenha, uma monografia, é preciso seguir um “caminho”, isto é, utilizar um método. O método é a orientação técnica da investigação, é o procedimento ordenado de investigação que garante a obtenção de resultados válidos para o trabalho científico”.

Richardson (1999, p. 22) explica que “o método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo, distinguindo-se assim do conceito de metodologia, [...] que são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método”.

Para se realizar uma pesquisa é necessário que se escolha o caminho que se vai tomar para alcançar o objetivo final do trabalho, utilizando regras para a sua realização.

Richardson (1999, p. 70) ensina que “o trabalho de pesquisa deve ser planejado e executado de acordo com normas requeridas por cada método de investigação. Adotando uma classificação bastante ampla, podemos dizer que há dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo”.

Richardson (1999, p. 70) coloca que: “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas...”. Enquanto (1999, p. 79)

... O método qualitativo não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas... os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais,... possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Quanto à abordagem, o presente trabalho será qualitativo/quantitativo:

- a) Qualitativo: realizará comparações entre as provas do ENADE e do CFC e das mesmas em relação ao currículo e aos parâmetros curriculares do CNE.
- b) Quantitativo: fará uso de procedimentos sistemáticos (estatísticos) para a descrição e explicação dos itens apresentados nas provas do ENADE e CFC.

Quando aos objetivos que pretende alcançar, o presente trabalho será

realizado através de uma pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória, pois, envolve levantamento bibliográfico para aprofundar os conhecimentos sobre o problema pesquisado.

De acordo com Settiz et al. (*apud* Gil, 2002, p. 41), as pesquisas exploratórias

têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

A presente pesquisa também se classifica como exploratória por assumir a forma de levantamento. Sell et al. (*apud* Gil 2002, p. 41) ensinam que as pesquisas exploratórias envolvem: “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão””. E este trabalho também é descritivo, pois descreve as características dos objetos de estudo: Resolução 10/04, Projeto Político-Pedagógico e o Currículo do Curso de Ciências Contábeis, ENADE/2006 e Exames de Suficiência (2002/I, 2002/II, 2003/I, 2003/II, 2004/I e 2004/II), estabelecendo relações entre os requisitos do ENADE e CFC e também destes com o currículo CCN-UFSC. Pretende ainda gerar conhecimento para o CCN-UFSC e seus professores, no sentido de verificar se o currículo atende aos requisitos para a formação acadêmica e para a formação profissional, a partir da análise dos exames.

Já as pesquisas descritivas, segundo Gil (2002, p. 42), “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Neste trabalho são estabelecidos relações entre as provas CFC e ENADE e também dessas com o currículo CCN-UFSC, por isso a sua classificação também como pesquisa descritiva.

Quanto aos procedimentos técnicos a pesquisa é bibliográfica, documental e utiliza também o levantamento. É pesquisa bibliográfica porque é centrada na análise da literatura sobre representação bibliográfica. É pesquisa documental porque manipula documentos selecionados do universo identificado através da análise. Para a análise dos exames, selecionaram-se duas provas direcionadas aos cursos de graduação em Ciências Contábeis, ENADE e Exame de Suficiência. E também se realizaram mais duas análises de dados, uma junto à Coordenação do curso de graduação da UFSC sobre o Projeto Político-Pedagógico, e outra da Resolução 10/04.

Gil (2002, p. 43) explica que

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. [...] A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para Gil (2002, p. 50), o levantamento “caracteriza-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. [...] Na maioria dos levantamentos, não são pesquisados todos os integrantes da população estudada”.

A pesquisa não realizou um estudo profundo e exaustivo dos objetivos propostos, permitindo amplo e detalhado conhecimento. Por essa razão deixa de ser um estudo de caso, reforçando a forma de levantamento.

A população da pesquisa são os Exames de Suficiência, O ENADE, as Diretrizes Curriculares, e o currículo do curso de graduação de Ciências Contábeis da UFSC.

As amostras selecionadas não foram aleatórias, foram intencionais, tendo sido escolhidos os Exames de Suficiência (2002/I, 2002/II, 2003/I, 2003/II, 2004/II e 2004/II), para que a comparação leve em consideração a legislação vigente e a nova conjuntura da educação superior.

A amostra é composta: pelos Exames de Suficiência (2002/I, 2002/II, 2003/I, 2003/II e 2004/I); pelo ENADE, tendo sido selecionado o único aplicado aos cursos de Graduação em Ciências Contábeis; pela Resolução 10/04 CNE/CES, pois é esta que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, e, por fim, selecionou-se o currículo do curso de graduação em Ciências Contábeis da UFSC.

A análise de conteúdo desenvolveu-se em três fases, sugeridas por Bardin (apud Gil 2002, p. 89). A primeira é a pré-análise, quando se procedeu à escolha dos documentos (exames, currículo, PPP e Resolução 10/04), à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolveu a escolha das unidades, sua enumeração e classificação: ENADE realizado no ano de 2006, para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, os Exames de Suficiência realizados em 2002/I, 2002/II, 2003/I, 2003/II e 2004/I, o Currículo e o PPP do CCN-UFSC e a Resolução 10/04 CNE/CES, que

regulamenta os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Na etapa final, a terceira, que é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados, foram realizadas as análises dos exames e do currículo, estabelecendo-se relações entre eles e buscando verificar se o Currículo CCN-UFSC atende aos requisitos estabelecidos pelo ENADE e pelo CFC.

O instrumental foi elaborado da seguinte forma: para a análise das provas (ENADE e CFC) e do currículo CCN-UFSC, os conteúdos foram divididos por áreas e subáreas. O termo área refere-se à distribuição dos conteúdos em áreas do conhecimento. As áreas definidas foram: Conhecimentos Contábeis, Contabilidade Avançada, Conhecimentos Gerais, Conhecimentos de Língua Portuguesa, Conhecimentos Matemáticos e Outras. Essas áreas foram divididas em subáreas formadas por disciplinas como, por exemplo: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Teoria da Contabilidade, Direito, Economia, Matemática, entre outras. As áreas ficaram assim distribuídas:

1) Conhecimentos Contábeis: esta área refere-se a disciplinas de Contabilidade Societária ou Geral, que envolvem os conhecimentos contábeis básicos que todos os contadores devem possuir; são conhecimentos fundamentais para o desempenho da profissão, distribuídas nas disciplinas de Contabilidade (I, II, III, IV, Avançada, Superior etc.). Inclui esta área também a subárea de Contabilidade de Custos, que engloba os conteúdos das disciplinas de Custos e Análise de Custos. Outra subárea incluída é a Contabilidade Tributária cujos conteúdos estão distribuídos nas disciplinas de Contabilidade Tributária, englobando os conteúdos exigidos pela Legislação Tributária mas, diferentemente do Direito Tributário, onde os alunos aprendem a interpretar as leis, os cálculos, seu resultado e sua interpretação é que são objeto de estudos das disciplinas de Contabilidade Tributária. Outra subárea desta área que se denomina Conhecimentos Contábeis é a Contabilidade Pública, cujos conteúdos fazem parte das disciplinas de Contabilidade Pública e Orçamento Público.

2) Contabilidade Avançada: nesta área concentram-se os conhecimentos referentes às ramificações da Ciência Contábil. São conhecimentos mais específicos da Ciência Contábil, que surgiram após a Contabilidade Geral, quando os usuários das informações Contábeis tiveram necessidade de estudar determinado assunto com mais ênfase, e podem ser: Perícia Contábil, Auditoria Contábil, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade Gerencial e Teoria da Contabilidade, entre

outras.

3) Conhecimentos Gerais: esta área foi incluída para concentrar as disciplinas que contêm conteúdos de áreas afins à Ciência Contábil, necessários para o desenvolvimento do acadêmico, para lidar com as situações do dia-a-dia da profissão contábil. Essas disciplinas podem ser: Direito, Administração, Economia, Ética, Atualidades, Informática, etc.

4) Conhecimentos de Língua Portuguesa: contempla as disciplinas que fornecem aos acadêmicos conteúdos que desenvolvem as habilidades de escrita e interpretação de textos, necessários à profissão para que o acadêmico possa interpretar as leis, textos, documentos, etc. e também desenvolva habilidades para a elaboração de relatórios e pareceres.

5) Conhecimentos Matemáticos: contempla as disciplinas de Matemática e Matemática Financeira, propiciando ao acadêmico o desenvolvimento do raciocínio lógico e também a solução de questões financeiras ligados à Contabilidade.

6) Outras: esta área foi criada para agrupar as disciplinas que são obrigatórias no currículo CCN-UFSC porém não foram cobradas diretamente nas provas do CFC nem no ENADE, como por exemplo, Métodos Estatísticos, Técnicas de Pesquisa, Pesquisa Operacional, entre outras.

Aqui se faz necessário explicar que para a classificação da questão em uma subárea o que foi levado em consideração foi o cerne da questão e não os outros conhecimentos nela envolvidos. Por exemplo: se há uma pergunta que sobre um texto cujo tema é “Contabilidade Tributária” e é solicitado que o aluno responda a uma questão gramatical, essa questão será computada na área de Língua Portuguesa e não de Contabilidade Tributária.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Os documentos que foram analisados são os cinco últimos Exames de Suficiência aplicados em 2004/II, 2004/I, 2003/I, 2003/II, 2002/I e 2002/II, e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, aplicado no ano de 2006.

Após a análise dos documentos foram realizadas comparações visando verificar se os conhecimentos exigidos para responder aos Exames de Suficiência e ENADE são similares ou não e se o currículo CCN-UFSC atende aos requisitos de avaliação propostos pelo ENADE e pelo Exame de Suficiência.

5.1 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO ENADE

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) foi aplicado pela primeira vez ao curso de graduação, bacharelado em Ciências Contábeis da UFSC, no ano de 2006. Participaram do ENADE alunos ingressantes e concluintes.

De acordo com o artigo 5º, § 2º da Lei 10.861/04, “o ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso”.

De acordo com o Relatório Síntese de Ciências Contábeis, (2006, p. 1) elaborado pelo INEP, disponível no seu sítio, referente ao ENADE, aplicado no ano de 2006, o exame era dirigido aos estudantes dos cursos selecionados para o ano de 2006, que foram: Administração, Arqueologia, Biblioteconomia, Biomedicina, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Design, Direito, Formação de Professores, Música, Psicologia, Secretariado Executivo, Teatro e Turismo.

O ENADE 2006 abrangeu dois grupos de estudantes dos cursos citados anteriormente, selecionados por amostragem, que se submeteram à mesma prova: o grupo dos ingressantes, formado pelos alunos que estavam no final do primeiro ano do curso e o grupo dos concluintes, que estavam no final do último ano do curso, conforme exposto no Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 1).

Ainda de acordo com o Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 1), a esses estudantes foi aplicado também um questionário (Questionário Socioeconômico - QSE) que teve a função de compor o perfil dos estudantes, integrando informações do seu contexto às suas percepções e vivências. Investigou,

ainda, a percepção dos estudantes frente à sua trajetória no curso e na IES, por meio de questões objetivas que exploraram a função social da profissão e os aspectos fundamentais da formação profissional.

O Questionário Socioeconômico - QSE deve ser um instrumento importante para muitos usuários das informações provenientes dele, mas serve principalmente para a IES verificar o perfil dos estudantes e observar se o que foi planejado no Projeto Político-Pedagógico, com relação à função social e aos aspectos da formação profissional do curso, está de acordo com a situação e os ideais dos alunos, subsidiando redefinições dos Planos Político-Pedagógicos, caso necessário.

Com relação à abrangência da prova, o ENADE se caracterizou, segundo consta no Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 2), por "abranger amplamente o currículo, além de investigar temas contextualizados e atuais, problematizados em forma de estudo de caso, situações-problemas e outros, não tendo, portanto, ênfase exclusiva no conteúdo".

O objetivo geral do ENADE, exposto pelo Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 05), foi:

Avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades escolares e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira e a mundial e sobre outras áreas do conhecimento, considerando as definições estabelecidas pela Comissão Assessora de Avaliação da Área de Ciências Contábeis e pela Comissão Assessora de Avaliação da Formação Geral do ENADE.

A prova do ENADE 2006 teve o seguinte formato, de acordo com o Relatório Sintético de Ciências Contábeis (2006, p. 9): duas partes, a primeira comum a todos os cursos, composta por 8 questões objetivas de múltipla escolha e 2 discursivas, objetivando investigar a aquisição de competências, habilidades e conhecimentos considerados essenciais a formação de qualquer estudante, de qualquer área da Educação Superior. As 8 questões objetivas abordaram situações-problema, estudos de caso, simulações e interpretações de textos, imagens, gráficos e tabelas.

As 2 questões discursivas buscaram investigar também, aspectos como clareza, coerência, coesão, estratégias argumentativas, utilização de vocabulário adequado e correção gramatical do texto.

A parte de formação geral do ENADE procurou contemplar alguns dos vários temas propostos na legislação relativa ao Exame; dentre eles, sócio-diversidade, políticas públicas, redes sociais e responsabilidade. Esses assuntos deveriam ser

contemplados no currículo do curso, nas disciplinas das áreas afins à área de Ciências Contábeis. São conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento das capacidades, competências e habilidades do futuro Contador.

O Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 02) explica que a segunda parte, denominada Componente Específico, como o próprio nome indica contemplava os conhecimentos e habilidades esperadas do profissional de cada área.

A parte específica do ENADE 2006 foi elaborada, conforme afirma o Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 08), a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos que, no caso da prova específica para os cursos de Ciências Contábeis, é a Resolução CNE/CES 10/04. Pode-se observar que não só as questões da prova, mas também seus objetivos e finalidades estão intimamente ligados às Diretrizes Curriculares Nacionais.

A segunda parte, pois, composta por questões específicas de Ciências Contábeis, apresentou 26 questões de múltipla escolha e 4 questões discursivas, totalizando 30 questões. Essas questões buscavam provar o domínio dos conhecimentos e habilidades esperadas do futuro Contador.

O Relatório Síntese de Ciências Contábeis 2006 (2006, p. 7) traz uma Matriz de Avaliação que procura explicar os quesitos que foram avaliados nos alunos.

Com relação aos componentes de avaliação da formação geral, o ENADE buscou investigar a formação de um profissional ético, competente e comprometido com a sociedade em que vive. As questões objetivavam obter indícios relativos à capacidade do estudante para analisar, sintetizar, criticar, deduzir, construir hipóteses, estabelecer relações, fazer comparações, detectar contradições, decidir e organizar, trabalhar em equipe e administrar conflitos.

Quanto à parte específica, o Relatório Síntese de Ciência Contábeis (2006, p. 7) revela que o ENADE teve como objetivos aferir:

- a) Nível de compreensão em relação às questões sociais, econômicas e financeiras;
- b) Grau de domínio de elaboração das demonstrações contábeis e de análise e interpretação das suas informações, e consecutiva utilização no processo decisório;
- c) Os conhecimentos das funções de prestações de contas, auditorias, perícias e arbitragem;

- d) Conhecimento de análise quantitativa e qualitativa de dados e informações;
- e) A capacidade de reconhecer, de avaliar e de utilizar tecnologias de informação.

O Relatório Síntese (2006, p. 08) revela que a prova do ENADE/2006 tomou como referência o seguinte perfil do profissional:

- a) Domínio da Ciência Contábil;
- b) Capacidade de abstração;
- c) Habilidade numérica;
- d) Visão sistêmica;
- e) Habilidade de comunicação oral e escrita;
- f) Capacidade de assumir responsabilidades;
- g) Conduta ética;
- h) Capacidade de conviver em ambientes de conflitos.

O Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 8-9) diz que, com relação a capacidades e competências específicas da área de Ciências Contábeis, o ENADE avaliou os pontos a seguir:

- a) Utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis;
- b) Demonstrar visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil;
- c) Elaborar pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- d) Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- e) Desenvolver, com motivação e através de permanente articulação, a liderança entre equipes multidisciplinares para a captação de insumos necessários aos controles técnicos, à geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- f) Exercer suas responsabilidades com domínio das funções contábeis, incluindo atividades de quantificação de informações financeiras, físicas, econômicas e de outra natureza, que viabilizem ao agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e às prestações de contas de sua gestão perante a sociedade, gerando também informações para a tomada de decisão, julgamento, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania;

- g) Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais da tecnologia da informação;
- h) Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

Quanto aos conteúdos cobrados no ENADE/2006, segundo o Relatório Síntese (2006, p. 9), foram eles:

- a) Teoria contábil e características qualitativas da informação contábil;
- b) Ética geral e profissional;
- c) Escrituração contábil e elaboração de demonstrações contábeis;
- d) Análise e interpretação das demonstrações contábeis;
- e) Contabilidade e análise de custos;
- f) Controladoria;
- g) Orçamento e demonstração financeira;
- h) Contabilidade e orçamento governamental;
- i) Noções de auditoria externa e interna;
- j) Noções de perícia e arbitragem;
- k) Noções de legislação societária, trabalhista e tributária;
- l) Noções de estatística descritiva e inferência (especialmente, probabilidade);
- m) Noções de sistemas e tecnologia de informações.

Com relação às 9 questões sobre as impressões que os estudantes tiveram sobre a prova do ENADE/2006, o Relatório Síntese de Ciências Contábeis (2006, p. 03) explica que visaram avaliar desde o grau de dificuldade da prova até o tempo gasto para resolver as questões.

A tabela 1 traz o resumo da distribuição das questões do ENADE realizado no ano de 2006 para os cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Distribuição das questões do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE

Áreas	ENADE	
	Nº de Questões	Percentual
1. Conhecimentos Contábeis	20	50,0%
1.1. Contabilidade Geral	10	25,0%
1.2. Contabilidade de Custos	6	15,0%
1.3. Contabilidade Tributária	1	2,5%
1.4. Contabilidade Pública	1	2,5%
1.5. Contabilidade e Finanças	2	5,0%
2. Contabilidade Avançada	6	15,0%
2.1. Contabilidade Gerencial	0	0,0%
2.2. Auditoria	1	2,5%
2.3. Perícia	0	0,0%
2.4. Teoria da Contabilidade	0	0,0%
2.5. Análise das Demonstrações Contábeis	5	12,5%
3. Conhecimentos Gerais	3	7,5%
3.1. Direito	0	0,0%
3.2. Ética	0	0,0%
3.3. Economia	0	0,0%
3.4. Atualidades	2	5,0%
3.5. Informática	1	2,50%
4. Conhecimentos de Língua Portuguesa	6	15,0%
4.1. Interpretação de Texto	5	12,5%
4.2. Gramática	1	2,5%
5. Conhecimentos Matemáticos	5	12,5%
5.1. Matemática Financeira	3	7,5%
5.2. Métodos Quantitativos	2	5,0%
Total de Questões	40	100,0%

Tabela 1 – Distribuição das questões do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE
Fonte: Elaborado pela autora (2008).

A análise realizada e exposta na tabela 1 respeitou a mesma distribuição das questões por áreas de formação, explicada no capítulo 4.

Nas questões relativas à área de Conhecimentos Contábeis, a matéria que teve o maior número de questões foi Contabilidade Geral, com um total de 10, correspondendo a 25% do total da prova.

Contabilidade de Custos ficou em segundo lugar, com 6 questões, o que representou 15% da prova. Os demais assuntos evidenciados nesta área apresentavam entre 1 e 2 questões para cada. Porém juntos totalizaram 10% da prova.

Outro assunto que mereceu destaque, porém na área de Contabilidade Avançada, foi Análise das Demonstrações Contábeis, com 5 questões, que correspondiam a 12,5% do exame. E depois nesta área só foi cobrada um questão de Auditoria.

Na área de Conhecimentos Gerais, que representava 7,5% da prova, foram

elaboradas duas questões para Atualidades e uma questão para informática.

Na parte relativa a Conhecimentos de Língua Portuguesa, o maior número de questões destinava-se à Interpretação de Texto; somaram 5 questões, correspondendo a 12,5% da prova.

Para a área de Conhecimentos Matemáticos foram colocadas 5 questões, correspondendo a 12,5% da prova, sendo 3 de Matemática Financeira e 2 de Métodos Quantitativos. A distribuição das questões pode ser também visualizada na figura a seguir:

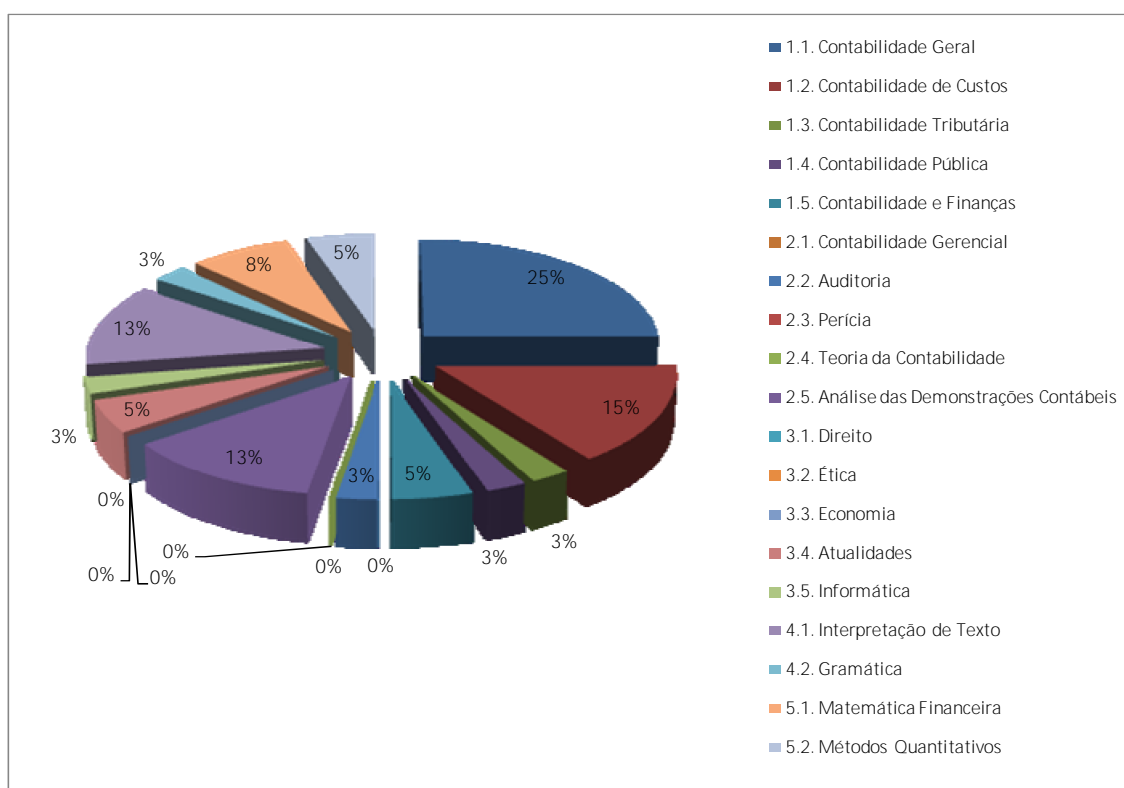


Figura 6 – ENADE/2006
Fonte: Elaborada pela autora (2008).

A partir do gráfico exibido pela figura 6, verifica-se que a maior parte das questões destina-se à parte específica da prova, ou seja, questões que cobram conhecimentos contábeis, com mais questões para a área de Conhecimentos Contábeis, que representa 50% da prova. Depois vêm Contabilidade Avançada e Conhecimentos de Língua Portuguesa, que ficam empatadas com 15% das questões da prova, cada uma.

Em terceiro lugar vem Conhecimentos Matemáticos, com 12,5% das questões da prova. E por último, com 7,5% das questões da prova, apenas 3 questões de

conhecimentos Gerais. Um número pequeno, comparado ao número de áreas afins com as quais a Ciência Contábil mantém um relacionamento próximo, que são: Administração, Direito e Economia. E nenhuma foi cobrada na prova.

Analisando as questões do ENADE/2006 e buscando compará-las com a Resolução CNE/CES nº 10/04, pode-se perceber que na parte de formação específica o ENADE pouco observou as áreas que possuem interdisciplinaridade com a Ciência Contábil. Foi elaborada uma única questão de informática, por exemplo. Já na área das ciências exatas, no entanto, como matemática ou estatística, as questões não eram exclusivas, e os conhecimentos que demandavam deviam ser utilizados para responder questões de Contabilidade, numa clara demonstração de interdisciplinaridade.

No exame não foram encontradas questões que solicitassem conhecimentos de Administração, Economia ou Direito que, de acordo com o inciso I do artigo 5º da Resolução CNE/CES nº 10/04, são áreas do conhecimento que devem ser contempladas pelos projetos pedagógicos dos cursos de Ciências Contábeis, juntamente com Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística. Outro ponto não abordado no exame está relacionado a questões de âmbito internacional, apresentadas no inciso I do artigo 3º da Resolução CNE/CES nº 10/04; isto talvez pelo fato de ser um assunto muito recente no âmbito da Contabilidade, normalmente ligado à Contabilidade Internacional, muitas vezes incluído em Teoria da Contabilidade.

Na parte de formação geral o exame apresentou questões tanto de Interpretação de Texto quanto de Gramática e Matemática, além de focalizar nas questões, temas relativos à atualidade, sociologia, política e ética, sumarizadas na tabela e gráfico na subárea “Atualidades”.

5.2 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO EXAME DE SUFICIÊNCIA - CFC

Foram analisados seis exames de suficiência, para contador, relativos aos anos de 2004/II, 2004/I, 2003I, 2003II, 2002/II e 2002/I, conforme se verifica na tabela 2.

Distribuição das Questões do Exame de Suficiência

Áreas	2002/I		2002/II		2003/I		2003/II		2004/I		2004/II	
	Nº de Questões	Percentual	Nº de Questões	Percentual	Nº de Questões	Percentual	Nº de Questões	Percentual	Nº de Questões	Percentual	Nº de Questões	Percentual
1. Conhecimentos Contábeis	16	32,0%	18	36,0%	18	36,0%	18	36,0%	18	36,0%	22	44,0%
1.1. Contabilidade Geral	9	18,0%	12	24,0%	9	18,0%	10	20,0%	10	20,0%	14	28,0%
1.2. Contabilidade de Custos	3	6,0%	2	4,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%
1.3. Contabilidade Tributária	0	0,0%	0	0,0%	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
1.4. Contabilidade Pública	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%
2. Contabilidade Avançada	16	32,0%	15	30,0%	15	30,0%	15	30,0%	15	30,0%	16	32,0%
2.1. Contabilidade Gerencial	4	8,0%	4	8,0%	0	0,0%	4	8,0%	0	0,0%	4	8,0%
2.2. Auditoria	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%
2.3. Perícia	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%	4	8,0%
2.4. Teoria da Contabilidade	4	8,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	4	8,0%
2.5. Análise das Demonstrações Contábeis	0	0,0%	0	0,0%	4	8,0%	0	0,0%	4	8,0%	0	0,0%
3. Conhecimentos Gerais	12	24,0%	11	22,0%	11	22,0%	11	22,0%	11	22,0%	6	12,0%
3.1. Direito	9	18,0%	8	16,0%	5	10,0%	6	12,0%	8	16,0%	2	4,0%
3.2. Ética	3	6,0%	3	6,0%	4	8,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%
3.3. Economia	0	0,0%	0	0,0%	1	2,0%	2	4,0%	0	0,0%	1	2,0%
3.4. Atualidades	0	0,0%	0	0,0%	1	2,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
4. Conhecimentos de Língua Portuguesa	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%
4.1. Interpretação de Texto	1	2,0%	1	2,0%	1	2,0%	1	2,0%	1	2,0%	2	4,0%
4.2. Gramática	2	4,0%	2	4,0%	2	4,0%	2	4,0%	2	4,0%	1	2,0%
5. Conhecimentos Matemáticos	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%
5.1. Matemática Financeira	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%	3	6,0%
5.2. Métodos Quantitativos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total de Questões	50	100,0%	50	100,0%	50	100,0%	50	100,0%	50	100,0%	50	100,0%

Tabela 2 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

Todos os exames tinham um total de cinquenta questões objetivas, numeradas de 1 a 50, distribuídas entre as áreas de: Conhecimentos Contábeis, Contabilidade Avançada, Conhecimentos Gerais, Conhecimentos de Língua Portuguesa e Conhecimentos Matemáticos.

Nas questões da área de Conhecimentos Contábeis havia perguntas sobre Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública e Contabilidade Tributária.

As questões da área de Contabilidade Avançada abordavam as matérias: Contabilidade Gerencial, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Teoria da Contabilidade e Análise das Demonstrações Contábeis.

As questões elaboradas para a área de Conhecimentos Gerais incluíram: Direito, Ética Profissional, e Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do país.

Por fim, as duas últimas áreas que compunham o Exame eram referentes a Conhecimentos de Língua Portuguesa, com questões de interpretação de texto e gramática, e Conhecimentos Matemáticos, com questões sobre matemática financeira.

O Exame de Suficiência referente ao primeiro semestre de 2002 foi constituído de 16 questões de Conhecimentos Contábeis, que representaram 32% da prova; essas questões foram compostas por 9 perguntas de Contabilidade Geral, 3 de Contabilidade de Custos e 4 de Contabilidade Pública.

A área de Contabilidade Avançada respondeu também por 32% das questões totais do Exame. As 16 questões desta área foram distribuídas da seguinte forma: 4 questões de Contabilidade Gerencial, 4 de Auditoria Contábil, 4 de Perícia Contábil e 4 de Teoria da Contabilidade.

A área de Conhecimentos Gerais foi composta por 9 questões de Direito e 3 de Ética, somando 12 questões no total, resultando em 12% das questões totais da prova.

Nas áreas de Conhecimentos de Língua Portuguesa e Conhecimentos Matemáticos foram apresentadas 3 questões por área, cada área correspondendo a 6% da prova. As questões de Conhecimentos de Língua Portuguesa se dividiram da seguinte forma: 1 questão de interpretação de texto e 2 questões de gramática. Já na área de Conhecimentos Matemáticos todas as questões se limitaram à Matemática Financeira.

Na figura 7 pode-se observar a distribuição das questões por assunto: o maior

percentual corresponde às questões de Contabilidade Geral e Direito, 18% para cada assunto.

Nas demais matérias as questões foram distribuídas uniformemente: de 8% a 6% para cada uma.

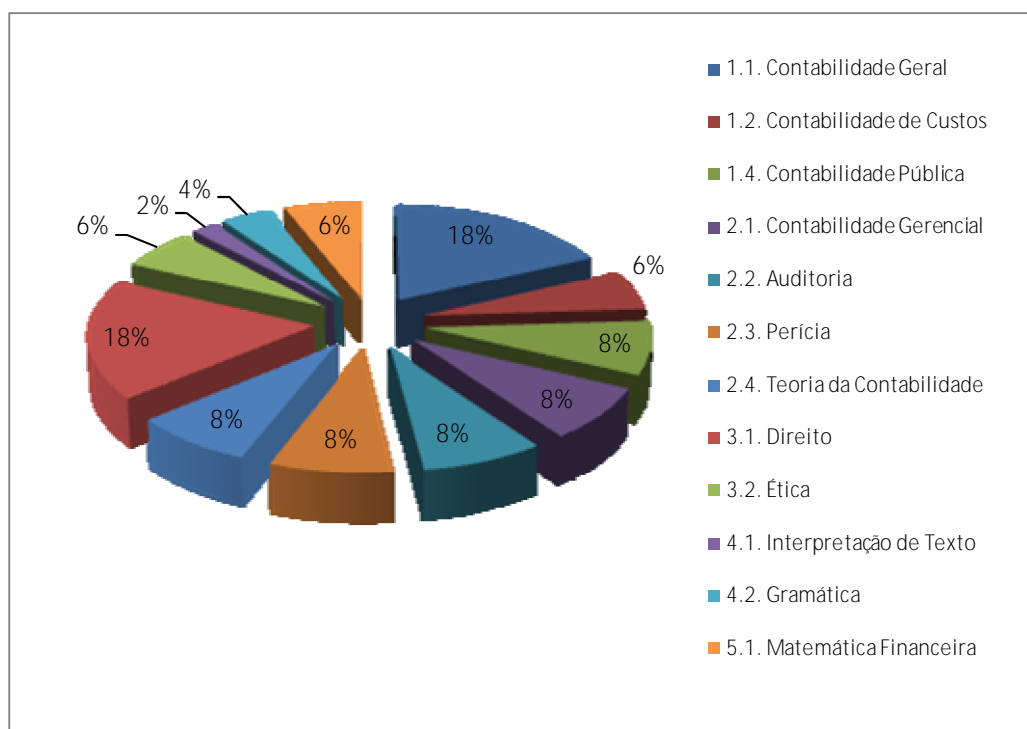


Figura 7 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2002/I
Fonte: Elaborada pela autora (2008).

O Exame realizado no segundo semestre de 2002 distribuiu as questões entre as áreas de forma diferente do exame realizado no semestre anterior, 2002/I. As questões foram distribuídas da seguinte forma: 18 questões para a área de Conhecimentos Contábeis, representando 36% da prova, havendo o aumento de duas questões com relação ao exame de 2002/I; já as áreas de Contabilidade Avançada e Conhecimentos Gerais tiveram, cada uma, a redução de uma questão, em comparação com o exame realizado no semestre 2002/I.

Contabilidade Avançada somou 15 questões, respondendo por 30% da prova; 11 questões de Conhecimentos Gerais representaram 22% da prova e mais 3 questões de Conhecimentos de Língua Portuguesa e 3 questões de Conhecimentos Matemáticos responderam por 6% da prova, cada matéria.

As questões da área de Conhecimentos Contábeis continuaram a demandar conhecimentos de Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos e Contabilidade Pública, porém em números diferentes. Contabilidade Geral agora somou 12

questões, três a mais que no semestre 2002/I, Contabilidade de Custos teve redução de uma questão, totalizando 2 questões e Contabilidade Pública permaneceu com o mesmo número, 4 questões.

Na área de Contabilidade Avançada, que compreendeu: Contabilidade Gerencial, Auditoria e Perícia, foi elaborado o mesmo número de questões apresentadas no Exame 2002/I, ou seja, 4 questões para cada matéria. Houve redução de uma questão para a matéria Teoria da Contabilidade, e não foram cobradas questões sobre Análise das Demonstrações Contábeis, ausência também constatada em 2002/I.

Quanto à área de Conhecimentos Gerais, agora com 11 questões no total, foram apresentadas 8 questões para Direito e 3 questões para Ética.

Com relação às áreas de Conhecimentos de Língua Portuguesa e Conhecimentos Matemáticos, a distribuição das questões por matéria permaneceu a mesma, isto é, três questões para cada uma.

Na figura 8 pode-se observar que as questões referentes aos assuntos Contabilidade Geral e Direito continuaram perfazendo o maior percentual de questões do exame, 24% e 16%, respectivamente.

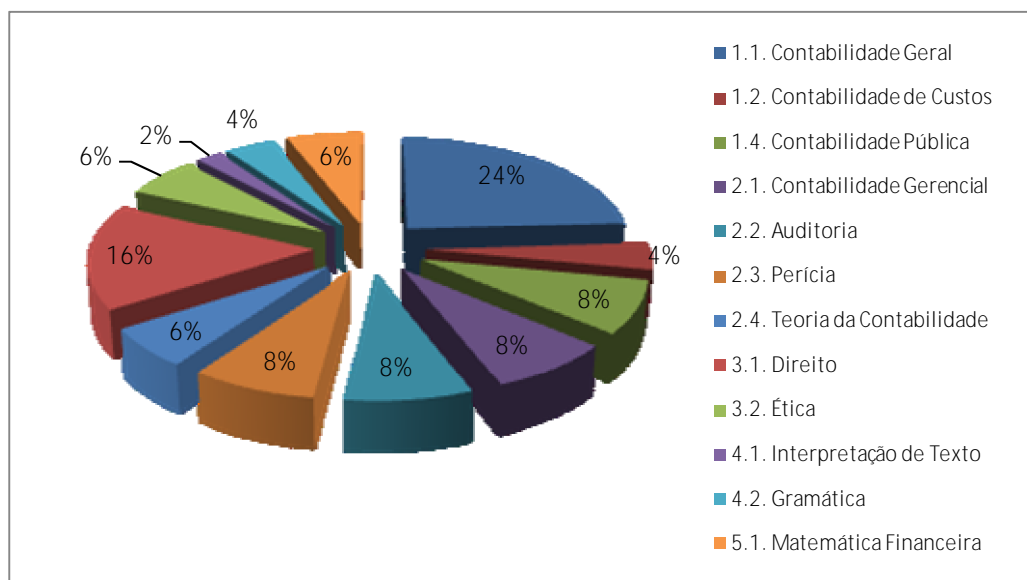


Figura 8 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2002/II
Fonte: Elaborada pela autora (2008).

Os Exames de Suficiência realizados no primeiro semestre de 2003, segundo semestre de 2003 e primeiro semestre de 2004 mantiveram a mesma distribuição das 50 questões adotada no Exame de Suficiência realizado no segundo semestre de 2002, quanto às áreas de conhecimento. Porém quanto aos assuntos das áreas,

de Conhecimentos Contábeis, de Contabilidade Avançada e de Conhecimentos Gerais, as questões foram distribuídas de forma diferente. Já as áreas de Conhecimentos de Língua Portuguesa e Conhecimentos Matemáticos mantiveram a mesma distribuição de assuntos do segundo semestre de 2002.

O Exame de Suficiência realizado no primeiro semestre de 2003, na área de Conhecimentos Contábeis, apresentou 9 questões para o assunto Contabilidade Geral, 4 questões para Contabilidade de Custos, 1 questão para Contabilidade Tributária e 4 questões para Contabilidade Pública.

Para a área de Contabilidade Avançada as 15 questões foram distribuídas por assuntos, da seguinte forma: 4 questões de Auditoria, 4 questões de Perícia, 3 questões de Teoria da Contabilidade e 4 questões de Análise das Demonstrações Contábeis.

Na área de Conhecimentos Gerais foram cobradas 5 questões de Direito, 4 questões de Ética, 1 questão de Economia e 1 questão de Atualidades.

Neste exame, o maior número de questões continuou a se concentrar em Contabilidade Geral, 18%, e Direito, 10%, porém foram elaboradas questões para assuntos que não vinham sendo cobrados nos exames anteriores, como Contabilidade Tributária, Análise das Demonstrações Contábeis, Economia e Atualidades, como se pode observar no gráfico da figura 9.

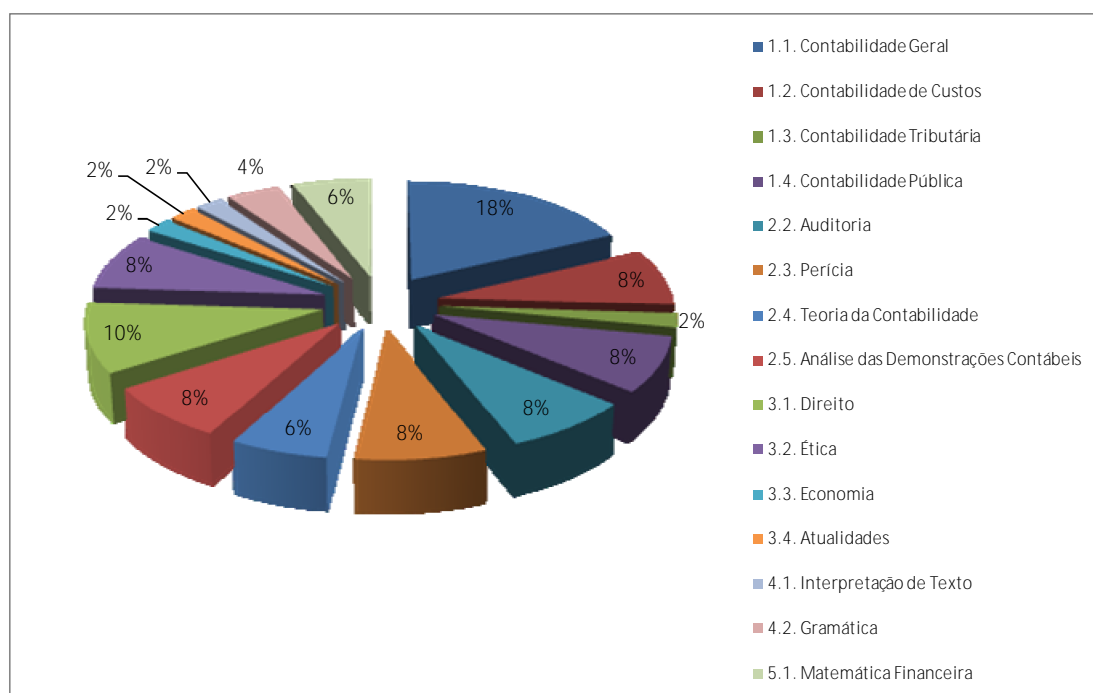


Figura 9 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2003/I
Fonte: Elaborada pela autora (2008).

No Exame 2003/II havia, na área de Conhecimentos Contábeis, 10 questões de Contabilidade Geral, 4 questões de Contabilidade de Custos e 4 questões de Contabilidade Pública.

Quanto às questões da área de Contabilidade Avançada, Contabilidade Gerencial apresentou 4 questões, Auditoria também 4 questões, assim como Perícia, 4 questões, e Teoria da Contabilidade apresentou 3 questões. Na parte da prova relativa à área de Conhecimentos Gerais foram apresentadas: 6 questões de Direito, 3 questões de Ética e 2 questões de Economia.

Analisando o gráfico da figura 10, observa-se que Contabilidade Geral e Direito continuaram mantendo o maior número de questões da prova, 20% e 12%, respectivamente. As outras áreas representam cada uma, em média, 6% das questões da prova.

Comparado com o exame do semestre anterior, este exame não apresentou questões de Contabilidade Tributária, Análise das Demonstrações Contábeis e Atualidades. Porém apresentou questões de Contabilidade Gerencial, o que não ocorreu no exame do semestre 2003/I.

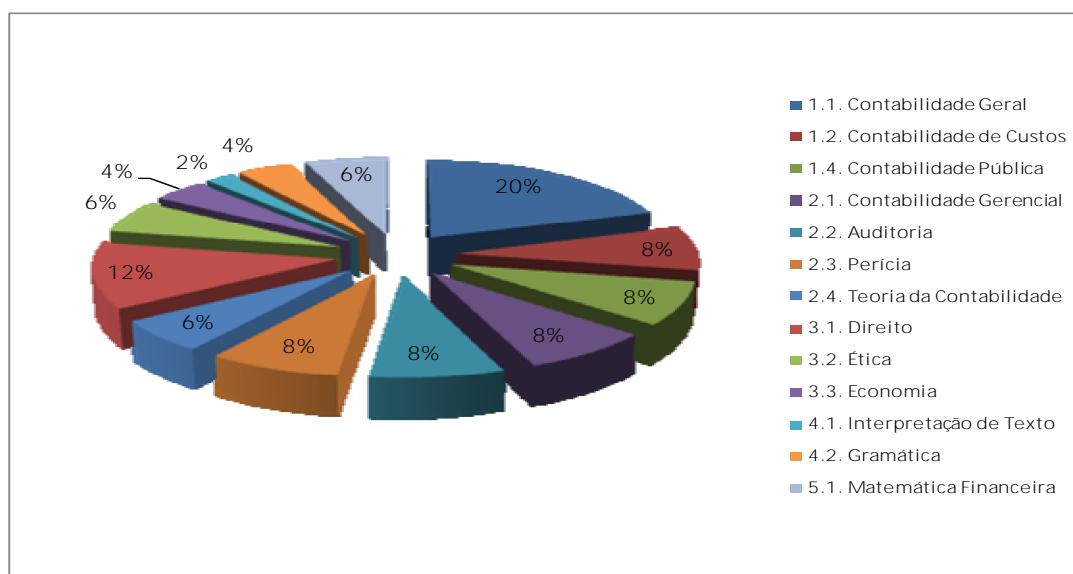


Figura 10 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2003/II
Fonte: Elaborada pela autora (2008).

O Exame de Suficiência realizado no primeiro semestre de 2004 apresentou a seguinte distribuição de assuntos para a área de Conhecimentos Contábeis: 10 relativas à Contabilidade Geral, 4 à Contabilidade de Custos e 4 à Contabilidade Pública.

Logo a seguir a aluno deveria responder a 15 questões de Conhecimentos

Contábeis Avançados. Essas 15 questões eram formadas por 4 questões de Auditoria Contábil, 4 de Perícia Contábil, 3 de Teoria da Contabilidade e 4 de Análise das Demonstrações Contábeis. Na seqüência foram apresentadas 11 questões de Conhecimentos Gerais, assim distribuídas: 8 questões de Direito e 3 de Ética Profissional.

O gráfico da figura 11 permite verificar que, como em todos os exames anteriores analisados, Contabilidade Geral e Direito compreenderam o maior número de questões do exame: 20% e 16%, respectivamente.

Comparando com o exame realizado no segundo semestre de 2003, o exame realizado em 2004/I não contemplou os assuntos: Contabilidade Gerencial, Economia e Atualidades. Os outros assuntos foram contemplados com aproximadamente o mesmo número de questões da prova realizada em 2003/II.

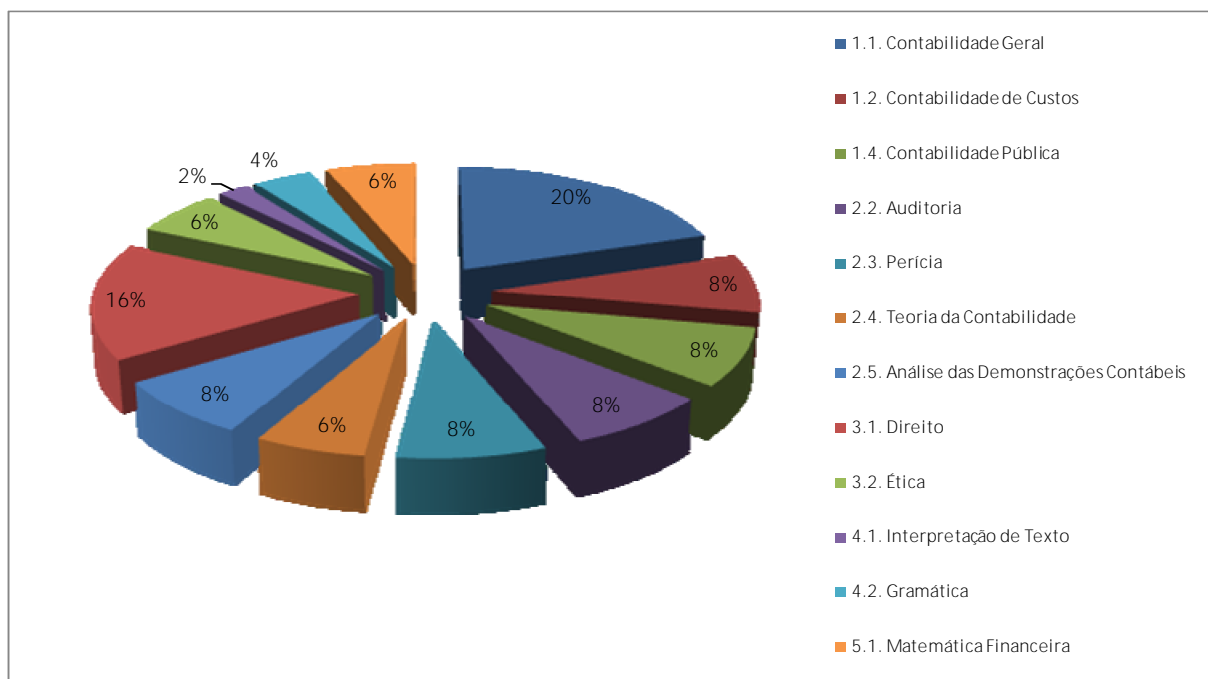


Figura 11 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2004/I
Fonte: Elaborada pela autora (2008).

O Exame de Suficiência realizado no segundo semestre de 2004 apresentou uma estrutura diferente em relação às provas anteriores, pois as questões de Conhecimentos de Língua Portuguesa encontravam-se na mesma área que Conhecimentos Gerais, não havendo uma área exclusiva para essas questões, ao contrário dos exames anteriores.

O Exame de Suficiência realizado no segundo semestre de 2004, na área de Conhecimentos Contábeis, apresentou 14 questões para Contabilidade Geral, 4

questões para Contabilidade de Custos e 4 questões para Contabilidade Pública. Observa-se a ausência de questões sobre Contabilidade Tributária neste Exame.

Para a área de Contabilidade Avançada, as 16 questões foram distribuídas da seguinte forma: 4 questões de Auditoria, 4 questões de Perícia, 4 questões de Teoria da Contabilidade e 4 questões de Contabilidade Gerencial. Observa-se aqui a ausência de questões sobre Análise das Demonstrações Contábeis.

Na área de Conhecimentos Gerais foram cobradas 2 questões de Direito, 3 questões de Ética e 1 questão de Economia.

Nas áreas de Conhecimentos de Língua Portuguesa e Conhecimentos Matemáticos foram apresentadas 3 questões por área, cada área correspondendo a 6% da prova. As questões de Conhecimentos de Língua Portuguesa se dividiram da seguinte forma: 2 questão de interpretação de texto e 1 questão de gramática. Já na área de Conhecimentos Matemáticos, todas as questões se limitaram à Matemática Financeira.

Na figura 12 pode-se observar a distribuição das questões por assunto: o maior percentual corresponde às questões de Contabilidade Geral, 28%.

Nas demais matérias, a distribuição das questões variou de 2% a 8% para cada uma.

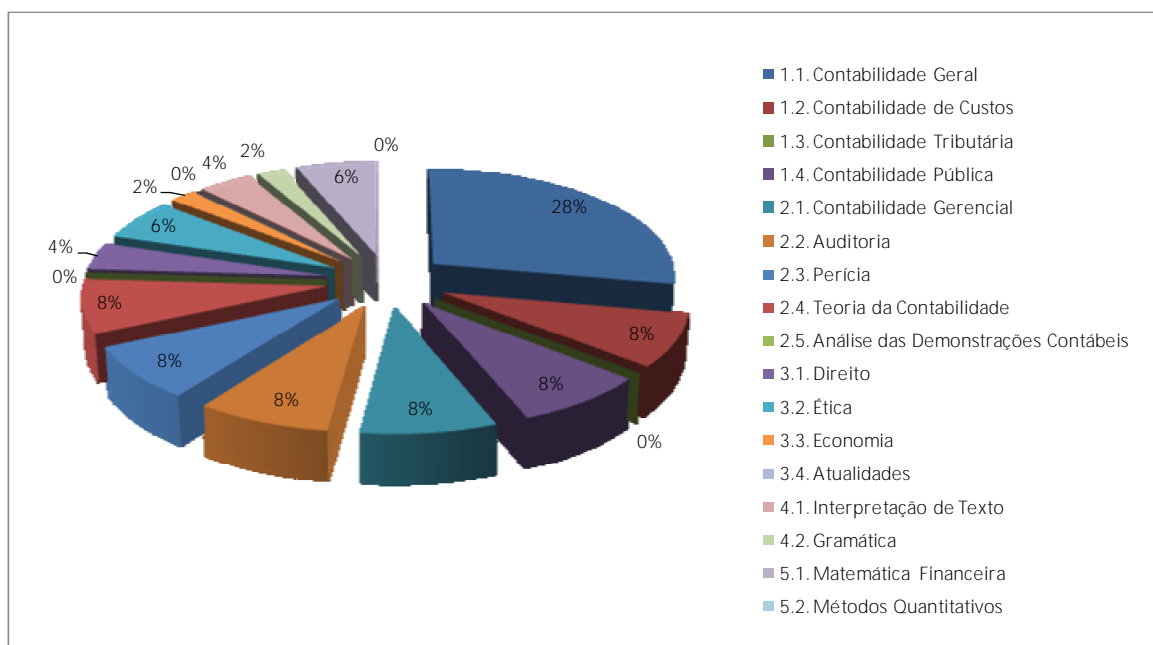


Figura 12 – Distribuição das questões do Exame de Suficiência – 2004/II
Fonte: Elaborada pela autora (2008).

Analisando as provas do CFC selecionadas para este trabalho pode-se observar que todas continham questões sobre os assuntos Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Teoria da Contabilidade, Direito, Ética, Interpretação de Texto, Gramática e Matemática Financeira.

Contabilidade Geral sempre foi aquinhoadada com o maior número de questões, comprometendo em média 20% das questões da prova. Contabilidade de Custos abrangeu, em média, 5% das questões da prova; Auditoria e Perícia Contábil mantiveram cada uma, em todas as provas, 8% das questões totais. Direito, outra matéria que comprometeu o maior número de questões, ficando atrás apenas de Contabilidade Geral, apresentou em média 11% do total das questões dos exames. Ética apresentou uma média de 6% do total das questões dos exames. E, por fim, Interpretação de Texto, Gramática e Matemática Financeira mantiveram, em todas as provas, 2%, 4% e 6%, respectivamente, do total de questões.

Observando as provas selecionadas para esta pesquisa e levando em conta o conceito do Exame, exarado pelo artigo 2º da Resolução CFC nº 853/99³, já citado anteriormente, que afirma que a prova tem o objetivo de comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso, conclui-se que este exame busca verificar se os formados nos cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, têm condições de praticar a profissão contábil.

A Resolução CFC nº 853/99, no seu artigo 3º, apresenta as áreas do conhecimento contábil exigidas nas provas, que são: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública, Contabilidade Gerencial, Noções de Direito Público e Privado, Matemática Financeira, Teoria da Contabilidade, Legislação Ética e Profissional, Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Português e Conhecimentos Sociais, Econômicos e Políticos do País.

Analisando os artigos 2º e 3º pode-se concluir que, para a elaboração do exame, foram respeitados os conteúdos desenvolvidos no curso de graduação, ou seja, mesmo que de forma involuntária, observou-se o currículo do curso de

³ Vide página 50 do presente trabalho.

graduação que se baseia nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos que, no caso dos cursos de graduação em Ciências Contábeis, é a Resolução CNE/CES 10/04.

As questões apresentadas nos Exames analisados são questões práticas, que ocorrem no dia-a-dia do profissional contábil, seja ele perito, auditor, *controller*, gestor, analista financeiro, entre outras áreas do conhecimento contábil escolhidas pelo profissional.

A partir da análise das questões das provas selecionadas para este trabalho, percebeu-se que o Exame de Suficiência concentrou-se mais em averiguar os conteúdos necessários para o exercício da profissão contábil e não em verificar conhecimentos necessários para o exercício acadêmico das Ciências Contábeis.

Conclui-se que o Exame de Suficiência visava verificar a aptidão dos bacharéis em Ciências Contábeis para o exercício da profissão contábil.

5.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS CONTEÚDOS DO ENADE E OS EXAMES DE SUFICIÊNCIA – CFC

Os Exames ENADE e Exame de Suficiência possuem um objetivo comum que é averiguar os conhecimentos obtidos nos cursos de Graduação em Ciências Contábeis. Porém esses exames possuem outras finalidades.

O ENADE é utilizado para atribuir um conceito aos alunos, examinando o desempenho e a evolução do aluno na vida acadêmica: ao fazer isso avalia também a qualidade dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Já o Exame de Suficiência é utilizado para atestar a aptidão do profissional, fornecendo-lhe um registro que o autoriza a exercer a profissão contábil, agindo como instrumento de fiscalização do exercício da profissão.

Pode-se inferir que o ENADE está mais voltado para a área acadêmica enquanto o Exame de Suficiência, para a área profissional. Tanto é assim que o percentual de questões de Conhecimentos de Língua Portuguesa e Conhecimentos Matemáticos no ENADE (27,5% do total), por exemplo, é mais do que o dobro do percentual dos Exames de Suficiência (12% do total).

Embora os dois exames se baseiem nos conteúdos programáticos previstos nos currículos do curso de graduação em Ciências Contábeis, a ênfase dada por cada um às diferentes matérias é diferente, como visto anteriormente.

Após analisar as questões de ambos os exames observou-se que os requisitos do ENADE e do Exame de Suficiência são semelhantes, embora não exatamente iguais, pois cobram os mesmos conteúdos, divergindo apenas em alguns deles. Contudo as questões de cada exame possuem características próprias, evidentemente, voltadas para a sua finalidade. As semelhanças e divergências ficam mais claras ao se observar a tabela 3.

Na coluna “CFC- Média”, da tabela 3, são apresentadas as médias aritméticas dos números de questões, por área de conhecimento, e o seu percentual, dos Exames de Suficiência analisados. E na coluna “ENADE” estão expostos o número de questões e o seu percentual.

Comparação entre a Distribuição das Questões do ENADE com a Média dos Exames de Suficiência.

Áreas	CFC - Média		ENADE	
	Nº de Questões	Percentual	Nº de Questões	Percentual
1. Conhecimentos Contábeis	17,60	35,2%	20	50,0%
1.1. Contabilidade Geral	8,33	20,0%	10	25,0%
1.2. Contabilidade de Custos	2,83	6,8%	6	15,0%
1.3. Contabilidade Tributária	0,17	0,4%	1	2,5%
1.4. Contabilidade Pública	3,33	8,0%	1	2,5%
1.5. Contabilidade e Finanças	0,00	0,0%	2	5,0%
2. Contabilidade Avançada	15,20	30,4%	6	15,0%
2.1. Contabilidade Gerencial	2,40	4,8%	0	0,0%
2.2. Auditoria	4,00	8,0%	1	2,5%
2.3. Perícia	4,00	8,0%	0	0,0%
2.4. Teoria da Contabilidade	3,20	6,4%	0	0,0%
2.5. Análise das Demonstrações Contábeis	1,60	3,2%	5	12,5%
3. Conhecimentos Gerais	11,20	22,4%	3	7,5%
3.1. Direito	7,20	14,4%	0	0,0%
3.2. Ética	3,20	6,4%	0	0,0%
3.3. Economia	0,60	1,2%	0	0,0%
3.4. Atualidades	0,20	0,4%	2	5,0%
3.5. Informática	0,00	0,0%	1	2,50%
4. Conhecimentos de Língua Portuguesa	3,00	6,0%	6	15,0%
4.1. Interpretação de Texto	1,00	2,0%	5	12,5%
4.2. Gramática	2,00	4,0%	1	2,5%
5. Conhecimentos Matemáticos	3,00	6,0%	5	12,5%
5.1. Matemática Financeira	3,00	6,0%	3	7,5%
5.2. Métodos Quantitativos	0,00	0,0%	2	5,0%
Total de Questões	50,00	100,0%	40	100,0%

Tabela 3 – Comparação entre a distribuição das questões do ENADE e a média dos Exames de Suficiência.

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

As semelhanças encontram-se nos seguintes conteúdos, embora com ênfase diferente: Contabilidade Geral, Contabilidade Avançada, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade de Custos, Matemática Financeira, Contabilidade Pública, Auditoria, Contabilidade Tributária, Atualidades e Conhecimentos de Língua

Portuguesa.

Outra semelhança encontrada nos exames diz respeito aos conteúdos mais cobrados que, em ambos, foram relativos à Contabilidade Geral (Básica ou Introdutória) e Contabilidade de Custos.

As divergências referentes a conteúdos cobrados no ENADE e que não foram cobrados nos Exames de Suficiência dizem respeito a Contabilidade e Finanças, Informática e Métodos Quantitativos.

As divergências referentes a conteúdos cobrados nos Exames de Suficiência e que não foram cobrados no ENADE dizem respeito a Contabilidade Gerencial, Perícia Contábil, Teoria da Contabilidade, Direito e Economia.

Comparando a média das questões apresentadas nos Exames de Suficiência com as questões apresentadas no ENADE pode-se verificar que o ENADE dá ênfase maior às matérias da área de Conhecimentos Contábeis, que corresponde a 50% da prova, e 15% destinou-se à área de Contabilidade Avançada. Já o Exame de Suficiência distribuiu suas questões de forma quase igual entre as áreas de Conhecimentos Contábeis e Contabilidade Avançada, 35,2% e 30,4%, respectivamente. À área de Conhecimentos Gerais o CFC deu ênfase maior que o ENADE, pois este lhe destinou 7,5% e o CFC, 22,4% das questões.

Tanto à área de Conhecimentos de Língua Portuguesa quanto à de Conhecimentos Matemáticos o ENADE deu ênfase maior que o CFC, mais que o dobro em ambas, como foi visto anteriormente.

Comparado com o ENADE, o Exame de Suficiência compreendeu um percentual menor de questões destinadas às matérias de Contabilidade Geral, 20%, ou seja, 5% a menos que o ENADE, porém nos exames analisados corresponde à parte mais relevante da prova.

Essa distribuição feita pelo CFC, dando maior ênfase às áreas de Conhecimentos Específicos de Contabilidade e distribuindo de forma uniforme entre as matérias as questões destinadas a essas áreas, evidencia a preocupação em verificar se os alunos possuem o conhecimento necessário para desempenhar as atividades ligadas ao campo profissional. O que já era de se esperar, pois o Exame de Suficiência destina-se a verificar se o profissional contábil possui conhecimentos necessários para o bom desempenho da profissão. No entanto, é intrigante a pouca ênfase dada à Contabilidade Tributária em ambos os exames.

A existência de diferenças e semelhanças entre as matérias abordadas em

ambos os exames já era esperada, de acordo com o que foi levantado nas hipóteses da pesquisa.

Outra hipótese que se confirmou parcialmente foi a questão do ENADE atender aos parâmetros curriculares estabelecidos pela Resolução 10/04 CNE/CES. Mesmo a Resolução sendo de 2004 e a prova do ENADE realizada em 2006, prazo que as Instituições de Ensino Superior tinham para começar a implantar os novos currículos, percebeu-se, através da análise do ENADE/2006, que este estava de acordo com as solicitações da referida Resolução, com algumas omissões (áreas afins, como Direito e Economia) .

5.4 COMPARAÇÃO DOS CONTEÚDOS DO ENADE COM O CURRÍCULO CCN-UFSC

Os assuntos exigidos no ENADE são contemplados sem exceção pelo currículo do curso de Ciências Contábeis CCN-UFSC.

O currículo destina seis disciplinas, das quarenta obrigatórias, aos conhecimentos de Contabilidade Geral, logo, 15% das disciplinas obrigatórias, que são: Contabilidade I, II e III, Laboratório de Prática Contábil, Contabilidade Superior e Contabilidade Avançada, sendo este o assunto com maior número de questões no ENADE, representando 50% daquela prova.

Para o assunto Contabilidade de Custos e Análise de Custos o currículo CCN-UFSC destina duas disciplinas, denominadas Contabilidade de Custos e Análise de Custos, representando 5% das disciplinas obrigatórias do currículo, sendo que no ENADE esse assunto representou 15% das questões totais da prova.

O assunto Contabilidade Tributária representou 2,5% do ENADE, apenas uma questão, porém o currículo CCN-UFSC destina três disciplinas a esse assunto.

Quanto à Contabilidade Pública, o currículo CCN-UFSC destina as disciplinas Contabilidade Pública I e II. Esse assunto foi exigido no ENADE por apenas uma questão.

Contabilidade e Finanças, que representou aproximadamente 5% das questões do ENADE, é contemplada pelo currículo CCN-UFSC com uma única disciplina.

Com relação ao assunto Contabilidade Avançada, que representou 15% das questões do ENADE, o currículo CCN-UFSC contém 9 disciplinas obrigatórias que

contemplam esse assunto, que são Contabilidade Gerencial, com 4 disciplinas, Auditoria, com 2 disciplinas, Perícia, com uma disciplina, Teoria da Contabilidade, também com 1 disciplina e Análise das Demonstrações Contábeis, com 1 disciplina. Esta área corresponde a 22,5% das disciplinas obrigatórias do currículo.

No ENADE o assunto Auditoria Contábil também foi contemplado com apenas uma questão, porém para esse assunto o currículo CCN-UFSC reservou duas disciplinas: Auditoria Contábil I e II.

À matéria Análise das Demonstrações Contábeis, que compromete 12,5% das questões totais do ENADE, o currículo CCN-UFSC destina uma disciplina, correspondente a 2,5% das disciplinas obrigatórias do currículo.

Na área de Conhecimentos Gerais os assuntos relativos a: Direito, Administração, Economia e Estatística, não foram contemplados pelo ENADE e são contemplados pelo currículo CCN-UFSC. Para o assunto Informática, o ENADE reservou uma questão. Esse assunto é contemplado no currículo CCN-UFSC com uma disciplina.

À área de Conhecimentos de Língua Portuguesa o ENADE reservou 15% das questões da prova e essa área é contemplada no currículo CCN-UFSC com a disciplina Produção Textual Acadêmica I.

Os assuntos da área de Conhecimentos Matemáticos representaram 12,5% da prova do ENADE; também são contemplados no currículo CCN-UFSC com as disciplinas: Matemática I, Matemática Financeira I e II, representando 7,5% das disciplinas obrigatórias do currículo CCN-UFSC.

5.5 COMPARAÇÃO DOS CONTEÚDOS DOS EXAMES DE SUFICIÊNCIA – CFC COM O CURRÍCULO CCN-UFSC

A análise e comparação do Currículo CCN-UFSC também com os Exames de Suficiência permite concluir que o currículo CCN-UFSC contempla todos os assuntos exigidos pelos Exames de Suficiência selecionados e analisados neste trabalho.

Respeitando a divisão das questões pelas áreas de Conhecimentos Contábeis, Contabilidade Avançada, Conhecimentos Gerais, Conhecimentos de Língua Portuguesa e Conhecimentos Matemáticos, o currículo CCN-UFSC destina para:

- a) Conhecimentos Contábeis, 11 disciplinas: Contabilidade I, II e III, Laboratório

- de Prática Contábil, Contabilidade de Custos, Contabilidade Pública I e II, Contabilidade Tributária I e II, Análise de Custos e Planejamento Tributário;
- b) Contabilidade Avançada, 13 disciplinas: Contabilidade Superior, Análise das Demonstrações Contábeis, Contabilidade e Finanças, Contabilidade Gerencial, Auditoria Contábil I e II, Contabilidade Avançada, Contabilidade Atuarial, Simulação Gerencial I e II, Teoria da Contabilidade, Perícia Contábil e Controladoria;
 - c) Conhecimentos Gerais, 6 disciplinas: Legislação Comercial e Societária, Teoria Econômica, Legislação Social e Previdenciária, Ética e Filosofia Política, Legislação Tributária e Mercado de Capitais;
 - d) Conhecimentos de Língua Portuguesa, 1 disciplina: Produção Textual Acadêmica I; e
 - e) Conhecimentos Matemáticos, 3 disciplinas: Matemática I e Matemática Financeira I e II.

Os assuntos que são contemplados no currículo CCN-UFSC que não foram contemplados no Exame de Suficiência são: Administração, representada pela disciplina Teoria das Organizações; Estatística, a que o currículo destina duas disciplinas: Métodos Estatísticos I e II; Informática, ministrada pela disciplina Sistemas de Informação Contábil, e Pesquisa Operacional, ministrada pela disciplina Pesquisa Operacional Aplicada à Contabilidade.

Comparação entre a Distribuição das questões dos Exames de Suficiência, do ENADE e as Disciplinas Obrigatórias do Currículo CCN-UFSC

Áreas	CFC - Média		ENADE		Currículo CCN-UFSC	
	Nº de Questões	Percentual	Nº de Questões	Percentual	Nº de Disciplinas Obrigatórias	Percentual
1. Conhecimentos Contábeis	17,60	35,2%	20	50,0%	14	35,0%
1.1. Contabilidade Geral	8,33	20,0%	10	25,0%	6	15,0%
1.2. Contabilidade de Custos	2,83	6,8%	6	15,0%	2	5,0%
1.3. Contabilidade Tributária	0,17	0,4%	1	2,5%	3	7,5%
1.4. Contabilidade Pública	3,33	8,0%	1	2,5%	2	5,0%
1.5. Contabilidade e Finanças	0,00	0,0%	2	5,0%	1	2,5%
2. Contabilidade Avançada	15,20	30,4%	6	15,0%	9	22,5%
2.1. Contabilidade Gerencial	2,40	4,8%	0	0,0%	4	10,0%
2.2. Auditoria	4,00	8,0%	1	2,5%	2	5,0%
2.3. Perícia	4,00	8,0%	0	0,0%	1	2,5%
2.4. Teoria da Contabilidade	3,20	6,4%	0	0,0%	1	2,5%
2.5. Análise das Demonstrações Contábeis	1,60	3,2%	5	12,5%	1	2,5%
3. Conhecimentos Gerais	11,20	22,4%	3	7,5%	6	15,0%
3.1. Direito	7,20	14,4%	0	0,0%	2	5,0%
3.2. Ética	3,20	6,4%	0	0,0%	1	2,5%
3.3. Economia	0,60	1,2%	0	0,0%	2	5,0%
3.4. Atualidades	0,20	0,4%	2	5,0%	0	0,0%
3.5. Informática	0,00	0,0%	1	2,50%	1	2,50%
4. Conhecimentos de Língua Portuguesa	3,00	6,0%	6	15,0%	1	2,5%
4.1. Interpretação de Texto	1,00	2,0%	5	12,5%	1	2,5%
4.2. Gramática	2,00	4,0%	1	2,5%	0	0,0%
5. Conhecimentos Matemáticos	3,00	6,0%	5	12,5%	3	7,5%
5.1. Matemática Financeira	3,00	6,0%	3	7,5%	2	5,0%
5.2. Métodos Quantitativos	0,00	0,0%	2	5,0%	1	2,5%
6. Outras					7	17,5%
Total	50,00	100,0%	40	100,0%	40	100,0%

Tabela 4 – Comparação entre a distribuição das questões do ENADE com as médias dos Exames de Suficiência e as Disciplinas Obrigatórias do Currículo CCN-UFSC.

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

Pode-se observar que o currículo atende aos requisitos das provas do ENADE e do CFC e que contempla proporcionalmente o conteúdo cobrado nas provas com as disciplinas obrigatórias. O currículo ainda oferece 7 disciplinas obrigatórias que não foram cobradas diretamente nas provas, expostas na área denominada “Outras” mas esses conhecimentos eram necessários para responder a algumas questões, tais como Métodos estatísticos, Pesquisa Operacional, Técnicas de Pesquisa, entre outras.

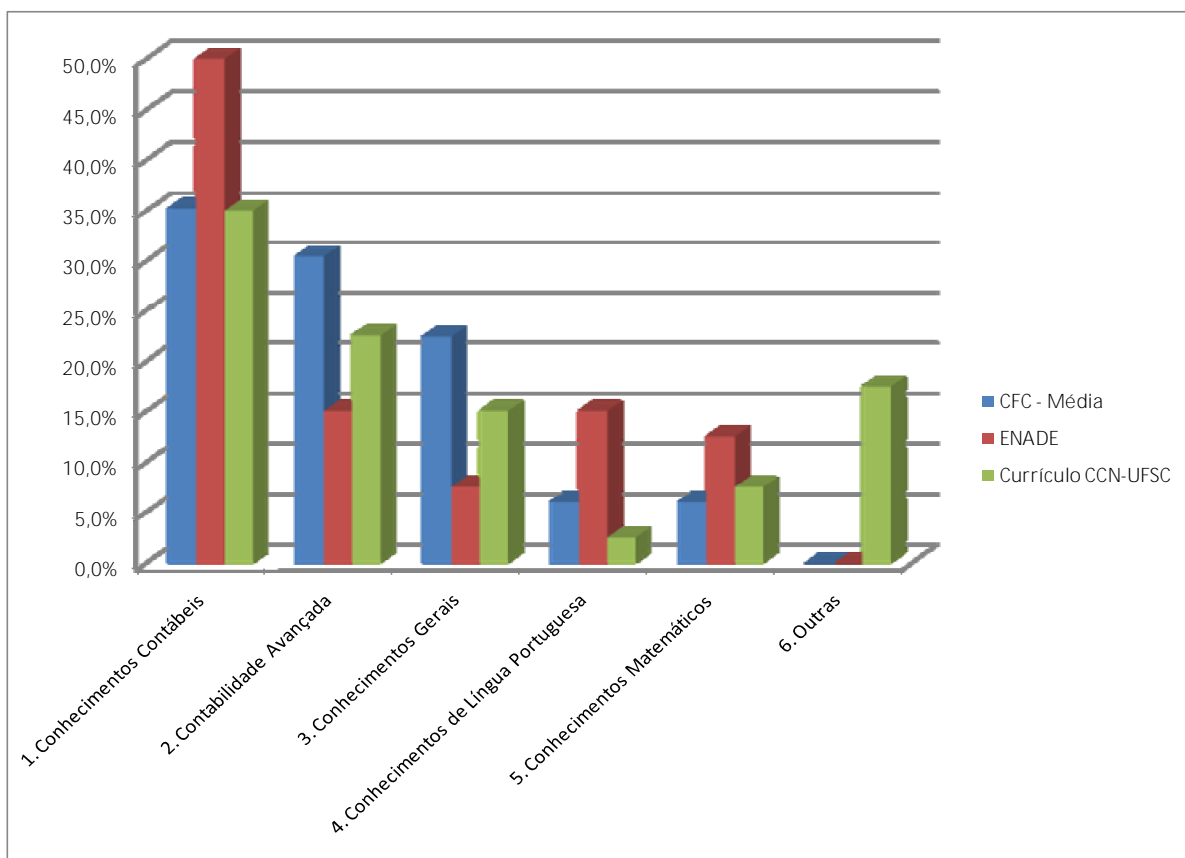


Figura 13 – Comparação da distribuição das questões dos Exames de Suficiência, do ENADE e as disciplinas obrigatórias do currículo CCN-UFSC.

Fonte: Elaborada pela autora (2008).

Observando o gráfico da figura 13, pode-se concluir que à área de Conhecimentos Contábeis o ENADE dedicou mais questões que o CFC. Porém em comparação com as demais áreas, tanto o CFC quanto o ENADE destinaram o maior número de questões para essa área. E o currículo CCN-UFSC também oferece mais disciplinas obrigatórias em Conhecimentos Contábeis que para as demais áreas. Na área de Contabilidade Avançada, o CFC destina mais questões que o ENADE, e o currículo CCN-UFSC fica na média entre os percentuais das duas provas, proporcionando disciplinas obrigatórias que atendem as duas provas. Para a área de Conhecimentos Gerais o ENADE destinou apenas 7,5% das suas questões, três vezes menos que o CFC, não se preocupando em observar se os alunos estão obtendo conhecimentos das áreas afins e não buscando, portanto, verificar se há interdisciplinaridade curricular. O currículo CCN-UFSC destina 15% das disciplinas obrigatórias a essa área. Na área de Conhecimentos de Língua Portuguesa o ENADE dedicou mais questões que o CFC, mais que o dobro, e o Currículo CCN-UFSC dedica apenas uma disciplina para essa área. Em conhecimentos

matemáticos o ENADE também destina mais questões que o CFC, e também mais que o dobro, porém o currículo CCN-UFSC lhe destina mais disciplinas que à área de Conhecimentos de Língua Portuguesa. A área, “Outras” abrange as disciplinas que o currículo CCN-UFSC oferece e que não tiveram nenhuma questão exclusiva que abordasse os conteúdos nelas, ministrados. Nenhuma área de concentração fica descoberta pelo currículo CCN-UFSC.

Faz-se necessário comentar que o currículo CCN-UFSC contempla muitas disciplinas em que são ensinados conteúdos que contribuem para o entendimento ou aprimoramento do entendimento de outros assuntos. Por exemplo, em Mercado de Capitais, que é uma disciplina da Economia, o aluno também terá a oportunidade de estudar mais sobre Análise das Demonstrações Contábeis. Assim como nas disciplinas de Estatística e Pesquisa Operacional o aluno desenvolverá também conhecimentos matemáticos.

Verificou-se que o currículo CCN-UFSC atende tanto aos requisitos de avaliação propostos pelo ENADE quanto aos propostos pelo CFC, confirmando as hipóteses de pesquisa levantadas.

5.6 RESULTADOS E RECOMENDAÇÕES DE MELHORIA

A partir da análise feita nos documentos, objetos de análise do trabalho (Exames de Suficiência, ENADE/2006, Resolução 10/04-CNE/CES, Projeto Político-Pedagógico do CCN-UFSC) pode-se concluir que o currículo CCN-UFSC foi elaborado observando, entre outras leis e normas pertinentes, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis, Resolução CNE/CES 10/04. E o currículo cumpriu todos os requisitos exigidos pelos exames e também pela Resolução 10/04-CNE/CES.

O Projeto Político-Pedagógico do CCN-UFSC observou todas as exigências estabelecidas pela Resolução 10/04-CNE/CES, preocupando-se com a revisão de sua grade curricular e com os ensinamentos oferecidos, tendo em vista as necessidades dos alunos, da sociedade e, dentro dela, das organizações.

Por meio das análises e comparações pode-se concluir que o currículo foi construído de acordo com aquilo que foi estabelecido pelo Projeto Político Pedagógico CCN-UFSC.

O currículo CCN-UFSC cumpriu todos os requisitos estabelecidos pelo

ENADE e pelos Exames de Suficiência analisados e inclusive contempla mais assuntos que aqueles exigidos nos exames.

Por meio da tabela 4, na página 122, observa-se que o Currículo sempre oferece disciplinas que abordam os assuntos cobrados nos exames e o percentual de disciplinas oferecidas, das disciplinas totais do curso acompanha de forma proporcional o percentual de questões por área do conhecimento. Por exemplo, para a área de Conhecimentos Contábeis o CFC destinou, na média das provas, 35,2% das questões, o ENADE destinou 50%, e o currículo CCN-UFSC oferece 42,4% de disciplinas obrigatórias que contemplam essa área.

Já à área de Contabilidade Avançada o CFC destinou em média 30,4% de questões, o ENADE 15% e o currículo CCN-UFSC oferece 27,3% de disciplinas obrigatórias que contemplam essa área.

À área de conhecimentos gerais o CFC destinou em média 22,4% de questões, o ENADE 7,5% e o currículo CCN-UFSC oferece 18,2% de disciplinas obrigatórias que contemplam essa área.

Com relação aos Conhecimentos de Língua Portuguesa, o CFC destinou em média 6% das questões, o ENADE 15% e o currículo CCN-UFSC oferece 3% de disciplinas obrigatórias que contemplam essa área, contemplada pela disciplina Produção Textual Acadêmica I; porém existe outra disciplina que instiga o aluno a desenvolver conhecimentos de língua portuguesa, que é a disciplina Técnicas de Pesquisa em Contabilidade, na qual o aluno deverá produzir vários materiais e um projeto de trabalho de conclusão de curso.

Para Conhecimentos Matemáticos, o CFC destinou em média 6% de questões, o ENADE 15% e o currículo CCN-UFSC oferece 9,1% de disciplinas obrigatórias que contemplam essa área. Tal como em conhecimentos de língua portuguesa ocorre com conhecimentos matemáticos, pois além das disciplinas próprias da matemática, o currículo CCN-UFSC oferece outras disciplinas que a incluem como Estatística e Pesquisa Operacional Aplicada à Contabilidade; e até mesmo as disciplinas de Contabilidade exercitam e desenvolvem nos alunos o raciocínio matemático.

O CFC buscou destinar as questões para a área de conhecimento contábil, pois tem a finalidade de verificar o conhecimento voltado para o exercício da profissão, já o ENADE, que busca verificar os conhecimentos acadêmicos dos alunos de forma geral, destina mais questões à área de conhecimentos de base, da

parte específica, e distribui o restante das questões nas demais áreas de forma uniforme.

O Currículo CCN-UFSC destina 62,5% de suas disciplinas obrigatórias para as disciplinas de conhecimentos específicos do curso, deixando o restante, 37,5%, para as demais áreas, evidenciando preocupação em preparar um bom profissional sem deixar de lado conhecimentos que devem ser inerentes a um bom cidadão.

Como recomendações de melhorias sugere-se a inclusão, talvez no rol de disciplinas optativas, de conteúdos voltados para a área de sociologia e ciências humanas, para aqueles alunos que tenham interesse em aprofundar seus conhecimentos ligados a essas áreas. É bem verdade que o currículo CCN-UFSC prevê a realização pelo aluno de 120 horas de atividade de extensão, além de 200 horas de atividades complementares, o que deveria suprir as possíveis lacunas do currículo. Sugere-se também a inclusão de mais uma disciplina obrigatória de Perícia Contábil que poderia ajudar a aprofundar um pouco mais os conhecimentos nesse assunto que comprometeu 8% das questões dos Exames de Suficiência analisados.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com o crescente surgimento de Instituições de Ensino Superior e com elas o aumento de oferta de cursos de graduação, o Ministério da Educação desenvolveu sistemas de avaliação para as Instituições de Ensino Superior, visando garantir que os cursos oferecidos estejam preparados para receber alunos e oferecer uma formação de qualidade que possibilite o desenvolvimento do indivíduo, com habilidades e competências próprias de cada profissão. A promoção da qualidade da educação é preocupação primordial do MEC.

Observou-se na pesquisa que os sistemas de avaliação buscam cercar as Instituições de Ensino Superior, por meio da denominada Avaliação Institucional, com questionamentos e investigações referentes a vários elementos. O sistema de avaliação busca investigar desde a infra-estrutura das Instituições de Ensino Superior, passando por currículo, qualificação dos docentes, desempenho dos discentes, até aspectos socioeconômicos dos estudantes.

A avaliação institucional divide-se em duas modalidades: a auto-avaliação, ou avaliação interna e a avaliação externa. De acordo com o MEC, os processos avaliativos, em conjunto, devem possibilitar avaliar todas as dimensões da realidade em estudo, permitindo alcançar os objetivos a que se propõem.

Neste trabalho pesquisou-se sobre a avaliação externa aplicada ao curso de graduação de Ciências Contábeis - UFSC, especificamente a prova do ENADE e o Exame de Suficiência.

Pode-se entender que o ENADE tem o objetivo de verificar o desempenho dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências, por meio de um exame que se divide em questões objetivas e discursivas, de conhecimento geral e de conhecimento específicos.

Os conteúdos programáticos avaliados pelo ENADE são definidos no currículo de cada curso de graduação, que foi estabelecido a partir do Projeto Político-Pedagógico e este é construído pela Coordenação de cada curso, junto com os professores e comunidade acadêmica, observando a legislação que o regulamenta.

A Legislação que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais, que deve ser observadas para a construção dos Projetos Político-Pedagógicos e que regulamenta os currículos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis é a Resolução nº

10/04 – CNE/CES.

O Exame de Suficiência, estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade, avalia os alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e objetiva verificar as habilidades e competências desenvolvidas no curso por meio dos conteúdos programáticos.

Neste trabalho foram analisados os Exames de Suficiência aplicados em 2002/I, 2002/II, 2003/I, 2003/II, 2004/I, 2004/II e o ENADE destinado ao curso de Ciências Contábeis, com o objetivo de verificar se os requisitos exigidos por ambos os exames são contemplados pelo Currículo CCN-UFSC. Também foi analisada a Resolução nº 10/04 – CNE/CES objetivando verificar se o Currículo CCN-UFSC está de acordo com a referida norma.

Por meio da análise/correlação realizada pode-se concluir que o Currículo CCN-UFSC cumpre todos os quesitos de ambas as provas e também os requisitos estabelecidos pela Resolução nº 10/04 – CNE/CES.

Analisando o Projeto Político-Pedagógico CCN-UFSC pode-se verificar que para a elaboração do currículo CCN-UFSC foram observadas não só a Resolução nº 10/04 – CNE/CES, mas uma série de normas relacionadas ao tema.

É importante ressaltar que neste trabalho foi feita uma verificação do currículo frente aos exames nacionais buscando, através da análise do currículo e dos exames nacionais, verificar a aderência do currículo aos exames, porém em nenhum momento deste trabalho o currículo foi subestimado. Até porque o currículo é muito mais relevante que os exames.

Foi possível observar, através da análise/correlação entre o currículo CCN-UFSC e a Resolução nº 10/04 – CNE/CES, a preocupação com todas as exigências quanto ao currículo e ao projeto político-pedagógico contidas na Resolução nº 10/04 – CNE/CES e também a preocupação quanto ao advento da globalização e inovação tecnológica, ética e responsabilidade social, o que se espera de uma universidade.

6.1 RECOMENDAÇÕES

Como recomendação para futuros trabalhos pode-se sugerir a análise do ENADE com a finalidade de estabelecer relação entre o desempenho dos alunos naquele exame e o currículo do curso.

Outra sugestão seria analisar os próximos ENADEs e procurar verificar se à medida que passam os anos a mudança curricular proporcionou melhor desempenho dos alunos ou não.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: UNIVILLE, 2003.

BERBEL; Aparecida Navas...[et al.] Avaliação da aprendizagem no ensino superior. Londrina: UEL, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 25 abril de 2007.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 19 de abril de 2008.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>>. Acesso em: 18 de setembro de 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 24 de setembro de 2007.

BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9131.htm#art9>. Acesso em: 27 de setembro de 2007.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm>. Acesso em: 27 de setembro de 2007.

BRASIL. Parecer CNE/CES nº 8/2007, aprovado em 31 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces008_07.pdf>. Acesso em: 21 de abril de 2008.

BRASIL. Portaria nº. 2.051, de 09 de julho de 2004. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/superior/sinaes/Portaria_reg_sinaes.doc>. Acesso em: 27 de setembro de 2007.

BRASIL. Portaria Normativa nº. 5, de 20 de março de 2007. Disponível em: <

http://www.inep.gov.br/download/imprensa/2007/Port_050307.pdf>. Acesso em: 27 de setembro de 2007.

BRASIL. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Aprova o currículo 2006.1 do curso de Graduação em Ciências Contábeis, diurno e noturno. Portaria n. 163, de 13 de outubro de 2005. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, out, 2. Sem. 2005.

BRASIL. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Cria e inclui as disciplinas no currículo 2006/1 do curso de Graduação em Ciências Contábeis, diurno e noturno. Portaria n. 326, de 19 de dezembro de 2007. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, dez, 2. Sem. 2007.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2008.

CIMADON, Aristides. Ensino aprendizagem na universidade: um roteiro de estudos. Joaçaba: IRAE/UNOESC, 1998.

Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 25 abril de 2007.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. Disponível em: <<http://www.ccn.ufsc.br/>>. Acesso em: 21 de abril de 2008.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DONATONI, Alaíde Rita; LEMES, Maria Cleusa Santos. Avaliação Docente: que semente é essa? Disponível em: <<http://www.uniube.br/institucional/proreitoria/propep/mestrado/educacao/revista/vol03/08/art03.htm>>. Acesso em: 21 de setembro de 2007. v. 03 n. 08.

HADJI, Charles. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed, 2001.

IGARASHI, Deisy Cristina Corrêa; ENSSLIN, Sandra Rolim; IGARASHI, Wagner; TODESCO, José Leomar; ENSSLIN, Leonardo. Avaliação/Ensino/Pós-graduação no contexto brasileiro: uma investigação sobre a produção científica constante na

scientific electronic library online, no período entre 1974 e 2007.

INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 18 de setembro de 2007.

INEP. Relatório Síntese de Ciências Contábeis. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/enade/2006/relatorios/Ciencias_Contabeis_RelatorioFinal.pdf>. Acesso em: 24 de abril de 2008.

LEWY, Arie. Avaliação de currículo. São Paulo: EPU: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979.

LEITE, D., TUTIKIAN, J., HOLZ, N. (org.) Avaliação & Compromisso: Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

LIMONGI, Bernadete. Avaliação da aprendizagem. Curso de Metodologia do Ensino Superior. Curso de Mestrado em Ciências Contábeis – UFSC. 2006. (apostila não publicada).

MASETTO, Marcos Tarciso. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior: Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Instrumento de Avaliação Externa de Universidades. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Superior. Departamento de Política do Ensino Superior. Coordenação-Geral de Avaliação do Ensino Superior. Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC: Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: Diretrizes para Elaboração. 2002.

MORALES, Ronaldo Etchechury. A avaliação institucional da UFSM na percepção dos seus docentes. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

POLIDORI, Marlis M... (et al.). SINAES, perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14,

n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. Universidade em foco: reflexões sobre educação superior. Florianópolis: Insular, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Departamento de Ciências Contábeis. Projeto Político Pedagógico, 2005.

VERHINE, Robert Evan; DANTAS, Lus Maria Vinhaes; SOARES, José Francisco. Do provão ao ENADE: uma análise comparativa dos exames nacionais utilizados no ensino superior brasileiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000300002&script=sci_arttext&tlng=d_0100-6916#nt04>. Acesso em: 27 de setembro de 2007.

VERSIEUX, Rogério Evaristo. Avaliação Institucional: conceitos teóricos básicos para o campo. Disponível em: <http://www.unianhanguera.edu.br/avaliacao/artigos/AI-conceitos-teoricos-campo.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção a regulamentação. 2 ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: Instrumento de avaliação externa de universidades. Versão preliminar, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, mar-2005.

TYLER, Ralph Winfred. Princípios básicos de currículo e ensino. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1978.

ZAPELINI, Marcello B. Métodos e técnicas de pesquisa em administração: Núcleo Teórico. Florianópolis: UDESC, 1997, unidade I, p. 2-3.

ANEXO 1: ENADE 2006

ANEXO 2: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2002/I

ANEXO 3: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2002/II

ANEXO 4: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2003/I

ANEXO 5: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2003/II

ANEXO 6: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2004/I

ANEXO 7: EXAME DE SUFICIÊNCIA 2004/II



ENADE 2006

EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

01 - Você está recebendo o seguinte material:

a) este caderno com as **questões de múltipla escolha e discursivas, das partes de formação geral e componente específico da área**, e das questões relativas à sua **percepção sobre a prova**, assim distribuídas:

Partes	Número das questões	Número das páginas neste caderno	Peso de cada parte
Formação geral/Múltipla escolha	1 a 8	2 a 5	60 %
Formação geral/Discursivas	9 e 10	6 e 7	40 %
Componente específico/Múltipla escolha	11 a 36	8 a 16	80 %
Componente específico/Discursivas	37 a 40	17 a 23	20 %
Percepção sobre a prova	41 a 49	24	—

b) Caderno de Respostas em cuja capa existe, na parte inferior, um cartão destinado às respostas das questões de múltipla escolha e de percepção sobre a prova. As respostas às questões discursivas deverão ser escritas a caneta esferográfica de tinta preta nos espaços especificados no Caderno de Respostas.

02 - Verifique se este material está completo e se o seu nome no Cartão-Resposta está correto. Caso contrário, notifique imediatamente a um dos responsáveis pela sala. Após a conferência de seu nome no Cartão-Resposta, você deverá assiná-lo no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta preta.

03 - Observe, no Cartão-Resposta, as instruções sobre a marcação das respostas às questões de múltipla escolha (apenas uma resposta por questão).

04 - Tenha muito cuidado com o Cartão-Resposta, para não dobrar, amassar ou manchar. Esse Cartão somente poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens - área de reconhecimento para leitura ótica.

05 - Esta prova é individual. São vedados o uso de calculadora, qualquer comunicação e troca de material entre os presentes, consultas a material bibliográfico, cadernos ou anotações de qualquer espécie.

06 - Quando terminar, entregue a um dos responsáveis pela sala o Cartão-Resposta grampeado ao Caderno de Respostas e assine a Lista de Presença. Cabe esclarecer que você só poderá sair levando este Caderno de Questões, decorridos 90 (noventa) minutos do início do Exame.

07 - Você terá 04 (quatro) horas para responder as questões de múltipla escolha, discursivas e de percepção sobre a prova.

FORMAÇÃO GERAL

QUESTÃO 1

INDICADORES DE FRACASSO ESCOLAR NO BRASIL

ATÉ OS ANOS 90	DADOS DE 2002
Mais da metade (52%) dos que iniciavam não conseguiam concluir o Ensino Fundamental na idade correta.	Já está em 60% a taxa dos que concluem o Ensino Fundamental na idade certa.
Quando conseguiam, o tempo médio era de 12 anos.	Tempo médio atual é de 9.7 anos.
Por isso não iam para o Ensino Médio, iam direto para o mercado de trabalho.	Ensino Médio - 1 milhão de novos alunos por ano e idade média de ingresso caiu de 17 para 15, indicador indireto de que os concluintes do Fundamental estão indo para o Médio.
A escolaridade média da força de trabalho era de 5.3 anos.	A escolaridade média da força de trabalho subiu para 6.4 anos.
No Ensino Médio, o atendimento à população na série correta (35%) era metade do observado em países de desenvolvimento semelhante, como Argentina, Chile e México.	No Ensino Médio, o atendimento à população na série correta é de 45%.

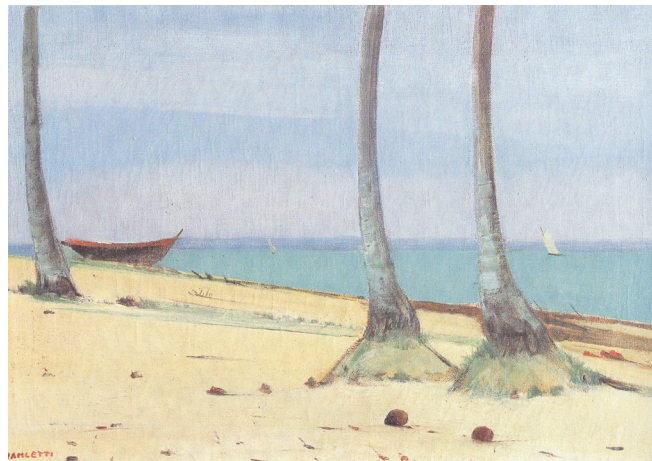
(Disponível em

http://revistaescola.abril.com.br/edicoes/0173/aberto/fala_exclusivo.pdf)

Observando os dados fornecidos no quadro, percebe-se

- (A) um avanço nos índices gerais da educação no País, graças ao investimento aplicado nas escolas.
- (B) um crescimento do Ensino Médio, com índices superiores aos de países com desenvolvimento semelhante.
- (C) um aumento da evasão escolar, devido à necessidade de inserção profissional no mercado de trabalho.
- (D) um incremento do tempo médio de formação, sustentado pelo índice de aprovação no Ensino Fundamental.
- (E) uma melhoria na qualificação da força de trabalho, incentivada pelo aumento da escolaridade média.

QUESTÃO 2



José Pancetti

O tema que domina os fragmentos poéticos abaixo é o mar. Identifique, entre eles, aquele que mais se aproxima do quadro de Pancetti.

- (A) Os homens e as mulheres adormecidos na praia que nuvens procuram agarrar?

(MELO NETO, João Cabral de. *Marinha. Os melhores poemas*. São Paulo: Global, 1985. p. 14.)

- (B) Um barco singra o peito rosado do mar. A manhã sacode as ondas e os coqueiros.

(ESPINOLA, Adriano. *Pesca. Beira-sol*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1997. p. 13.)

- (C) Na melancolia de teus olhos Eu sinto a noite se inclinar E ouço as cantigas antigas Do mar.

(MORAES, Vinícius de. *Mar. Antologia poética*. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984. p. 93.)

- (D) E olhamos a ilha assinalada pelo gosto de abril que o mar trazia e galgamos nosso sono sobre a areia num barco só de vento e maresia.

(SECCHIN, Antônio Carlos. *A ilha. Todos os ventos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. p. 148.)

- (E) As ondas vêm deitar-se no estertor da praia larga... No vento a vir do mar ouvem-se avisos naufragados... Cabeças coroadas de algas magras e de estrados... Gargantas engolindo grossos goles de água amarga...

(BUENO, Alexei. *Maresia. Poesia reunida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003. p. 19.)

QUESTÃO 3

MANO A MANO



Jornal do Brasil, 3 ago. 2005.

Tendo em vista a construção da idéia de nação no Brasil, o argumento da personagem expressa

- (A) a afirmação da identidade regional.
- (B) a fragilização do multiculturalismo global.
- (C) o ressurgimento do fundamentalismo local.
- (D) o esfacelamento da unidade do território nacional.
- (E) o fortalecimento do separatismo estadual.

QUESTÃO 4

A formação da consciência ética, baseada na promoção dos valores éticos, envolve a identificação de alguns conceitos como: “consciência moral”, “senso moral”, “juízo de fato” e “juízo de valor”.

A esse respeito, leia os quadros a seguir.

Quadro I - Situação

Helena está na fila de um banco, quando, de repente, um indivíduo, atrás na fila, se sente mal. Devido à experiência com seu marido cardíaco, tem a impressão de que o homem está tendo um enfarto. Em sua bolsa há uma cartela com medicamento que poderia evitar o perigo de acontecer o pior.

Helena pensa: “Não sou médica – devo ou não devo medicar o doente? Caso não seja problema cardíaco – o que acho difícil –, ele poderia piorar? Piorando, alguém poderá dizer que foi por minha causa – uma curiosa que tem a pretensão de agir como médica. Dou ou não dou o remédio? O que fazer?”

Quadro II - Afirmativas

- 1-O “senso moral” relaciona-se à maneira como avaliamos nossa situação e a de nossos semelhantes, nosso comportamento, a conduta e a ação de outras pessoas segundo idéias como as de justiça e injustiça, certo e errado.
- 2-A “consciência moral” refere-se a avaliações de conduta que nos levam a tomar decisões por nós mesmos, a agir em conformidade com elas e a responder por elas perante os outros.

Qual afirmativa e respectiva razão fazem uma associação mais adequada com a situação apresentada?

- (A) Afirmativa 1- porque o “senso moral” se manifesta como consequência da “consciência moral”, que revela sentimentos associados às situações da vida.
- (B) Afirmativa 1- porque o “senso moral” pressupõe um “juízo de fato”, que é um ato normativo enunciativo de normas segundo critérios de correto e incorreto.
- (C) Afirmativa 1- porque o “senso moral” revela a indignação diante de fatos que julgamos ter feito errado provocando sofrimento alheio.
- (D) Afirmativa 2- porque a “consciência moral” se manifesta na capacidade de deliberar diante de alternativas possíveis que são avaliadas segundo valores éticos.
- (E) Afirmativa 2- porque a “consciência moral” indica um “juízo de valor” que define o que as coisas são, como são e por que são.

QUESTÃO 5

Samba do Approach

Venha provar meu brunch
Saiba que eu tenho approach
Na hora do lunch
Eu ando de ferryboat

Eu tenho savoir-faire
Meu temperamento é light
Minha casa é hi-tech
Toda hora rola um insight
Já fui fã do Jethro Tull
Hoje me amarro no Slash
Minha vida agora é cool
Meu passado é que foi trash

Fica ligada no link
Que eu vou confessar, my love
Depois do décimo drink
Só um bom e velho engov
Eu tirei o meu green card
E fui pra Miami Beach
Possó não ser pop star
Mas já sou um nouveau riche

Eu tenho sex-appeal
Saca só meu background
Veloz como Damon Hill
Tenaz como Fittipaldi
Não dispenso um happy end
Quero jogar no dream team
De dia um macho man
E de noite uma drag queen.

(Zeca Baleiro)

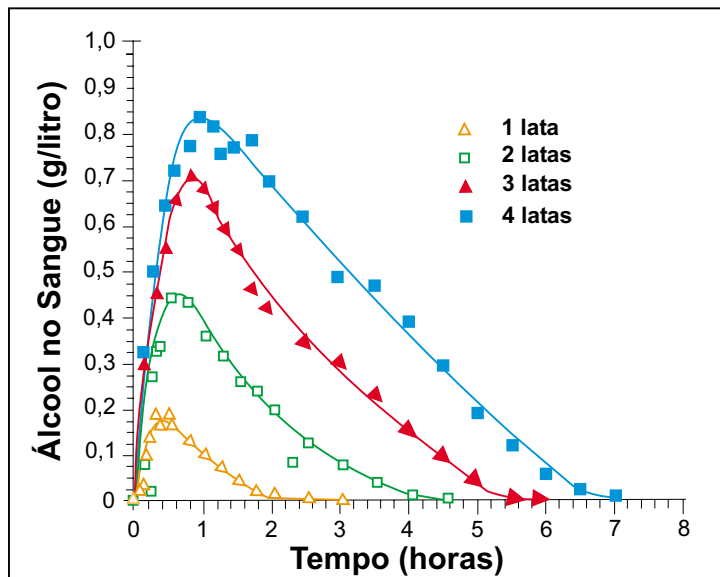
- I - “(...) Assim, nenhum verbo importado é defectivo ou simplesmente irregular, e todos são da primeira conjugação e se conjugam como os verbos regulares da classe.”
(POSSENTI, Sírio. *Revista Língua*. Ano I, n.3, 2006.)
- II - “O estrangeirismo lexical é válido quando há incorporação de informação nova, que não existia em português.”
(SECCHIN, Antonio Carlos. *Revista Língua*, Ano I, n.3, 2006.)
- III - “O problema do empréstimo lingüístico não se resolve com atitudes reacionárias, com estabelecer barreiras ou cordões de isolamento à entrada de palavras e expressões de outros idiomas. Resolve-se com o dinamismo cultural, com o gênio inventivo do povo. Povo que não forja cultura dispensa-se de criar palavras com energia irradiadora e tem de conformar-se, queiram ou não queiram os seus gramáticos, à condição de mero usuário de criações alheias.”
(CUNHA, Celso. *A língua portuguesa e a realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.)
- IV - “Para cada palavra estrangeira que adotamos, deixa-se de criar ou desaparece uma já existente.”
(PILLA, Éda Heloisa. *Os neologismos do português e a face social da língua*. Porto Alegre: AGE, 2002.)

O Samba do Approach, de autoria do maranhense Zeca Baleiro, ironiza a mania brasileira de ter especial apego a palavras e a modismos estrangeiros. As assertivas que se confirmam na letra da música são, apenas,

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

QUESTÃO 6

A legislação de trânsito brasileira considera que o condutor de um veículo está dirigindo alcoolizado quando o teor alcoólico de seu sangue excede 0,6 gramas de álcool por litro de sangue. O gráfico abaixo mostra o processo de absorção e eliminação do álcool quando um indivíduo bebe, em um curto espaço de tempo, de 1 a 4 latas de cerveja.



(Fonte: National Health Institute, Estados Unidos)

Considere as afirmativas a seguir.

- I - O álcool é absorvido pelo organismo muito mais lentamente do que é eliminado.
- II - Uma pessoa que vá dirigir imediatamente após a ingestão da bebida pode consumir, no máximo, duas latas de cerveja.
- III - Se uma pessoa toma rapidamente quatro latas de cerveja, o álcool contido na bebida só é completamente eliminado após se passarem cerca de 7 horas da ingestão.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 7

A tabela abaixo mostra como se distribui o tipo de ocupação dos jovens de 16 a 24 anos que trabalham em 5 Regiões Metropolitanas e no Distrito Federal.

**Distribuição dos jovens ocupados, de 16 a 24 anos, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005**

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Assalariados					Autônomos				
	Total	Setor privado			Setor público	Total	Trabalha para o público	Trabalha para empresas	Empregado Doméstico	Outros
		Total	Com carteira assinada	Sem carteira assinada						
Belo Horizonte	79,0	72,9	53,2	19,7	6,1	12,5	7,9	4,6	7,4	(1)
Distrito Federal	80,0	69,8	49,0	20,8	10,2	9,8	5,2	4,6	7,1	(1)
Porto Alegre	86,0	78,0	58,4	19,6	8,0	7,7	4,5	3,2	3,0	(1)
Recife	69,8	61,2	36,9	24,3	8,6	17,5	8,4	9,1	7,1	(1)
Salvador	71,6	64,5	39,8	24,7	7,1	18,6	14,3	4,3	7,2	(1)
São Paulo	80,4	76,9	49,3	27,6	3,5	11,3	4,0	7,4	5,3	(1)

(Fonte: Convênio DIEESE / Seade, MTE / FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego Elaboração: DIEESE)

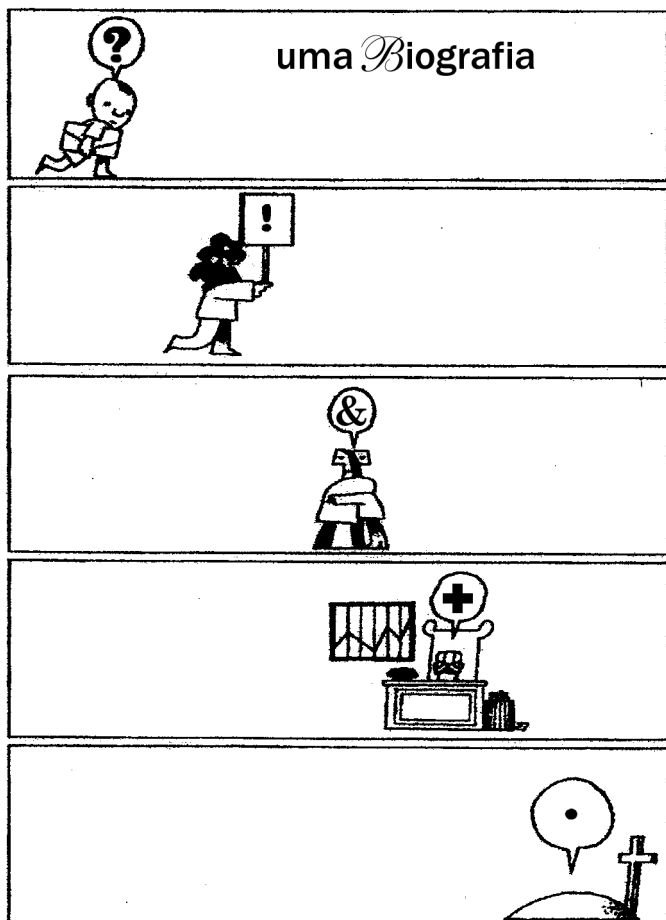
Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Das regiões estudadas, aquela que apresenta o maior percentual de jovens sem carteira assinada, dentre os jovens que são assalariados do setor privado, é

- (A) Belo Horizonte.
- (B) Distrito Federal.
- (C) Recife.
- (D) Salvador.
- (E) São Paulo.

QUESTÃO 8

Observe as composições a seguir.



(CAULOS. *Só dói quando eu respiro*. Porto Alegre: L & PM, 2001.)

QUESTÃO DE PONTUAÇÃO

Todo mundo aceita que ao homem
cabe pontuar a própria vida:
que viva em ponto de exclamação
(dizem: tem alma dionisíaca);

viva em ponto de interrogação
(foi filosofia, ora é poesia);
viva equilibrando-se entre vírgulas
e sem pontuação (na política):

o homem só não aceita do homem
que use a só pontuação fatal:
que use, na frase que ele vive
o inevitável ponto final.

(MELO NETO, João Cabral de. *Museu de tudo e depois*.
Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.)

Os dois textos acima relacionam a vida a sinais de pontuação, utilizando estes como metáforas do comportamento do ser humano e das suas atitudes.

A exata correspondência entre a estrofe da poesia e o quadro do texto "Uma Biografia" é

- (A) a primeira estrofe e o quarto quadro.
- (B) a segunda estrofe e o terceiro quadro.
- (C) a segunda estrofe e o quarto quadro.
- (D) a segunda estrofe e o quinto quadro.
- (E) a terceira estrofe e o quinto quadro.

QUESTÃO 9 - DISCURSIVA

Sobre a implantação de “políticas afirmativas” relacionadas à adoção de “sistemas de cotas” por meio de Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional, leia os dois textos a seguir.

Texto I

“Representantes do Movimento Negro Socialista entregaram ontem no Congresso um manifesto contra a votação dos projetos que propõem o estabelecimento de cotas para negros em Universidades Federais e a criação do Estatuto de Igualdade Racial. As duas propostas estão prontas para serem votadas na Câmara, mas o movimento quer que os projetos sejam retirados da pauta. (...) Entre os integrantes do movimento estava a professora titular de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Yvonne Maggie. ‘É preciso fazer o debate. Por isso ter vindo aqui já foi um avanço’, disse.”

(Folha de S.Paulo – Cotidiano, 30 jun. 2006 com adaptação.)

Texto II

“Desde a última quinta-feira, quando um grupo de intelectuais entregou ao Congresso Nacional um manifesto contrário à adoção de cotas raciais no Brasil, a polêmica foi reacesa. (...) O diretor executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), frei David Raimundo dos Santos, acredita que hoje o quadro do país é injusto com os negros e defende a adoção do sistema de cotas.”

(Agência Estado-Brasil, 03 jul. 2006.)

Ampliando ainda mais o debate sobre todas essas políticas afirmativas, há também os que adotam a posição de que o critério para cotas nas Universidades Públicas não deva ser restritivo, mas que considere também a condição social dos candidatos ao ingresso.

Analisando a polêmica sobre o sistema de cotas “raciais”, identifique, no atual debate social,

- a) um argumento coerente utilizado por aqueles que o criticam;
b) um argumento coerente utilizado por aqueles que o defendem.

(valor: 5,0 pontos)

(valor: 5,0 pontos)

Item a)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

Item b)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	

QUESTÃO 10 - DISCURSIVA

Leia com atenção os textos abaixo.

Duas das feridas do Brasil de hoje, sobretudo nos grandes centros urbanos, são a banalidade do crime e a violência praticada no trânsito. Ao se clamar por solução, surge a pergunta: de quem é a responsabilidade?



São cerca de 50 mil brasileiros assassinados a cada ano, número muito superior ao de civis mortos em países atravessados por guerras. Por que se mata tanto? Por que os governantes não se sensibilizam e só no discurso tratam a segurança como prioridade? Por que recorrer a chavões como endurecer as leis, quando já existe legislação contra a impunidade? Por que deixar tantos jovens morrerem, tantas mães chorarem a falta dos filhos?

(O Globo, Caderno Especial, 2 set. 2006.)



Diante de uma tragédia urbana, qualquer reação das pessoas diretamente envolvidas é permitida. Podem sofrer, revoltar-se, chorar, não fazer nada. Cabe a quem está de fora a atitude. Cabe à sociedade perceber que o drama que naquela hora é de três ou cinco famílias é, na verdade, de todos nós. E a nós não é reservado o direito da omissão. Não podemos seguir vendo a vida dos nossos jovens escorrer pelas mãos. Não podemos achar que evoluir é aceitar crianças de 11 anos consumindo bebidas alcoólicas e, mais tarde, juntando esse hábito ao de dirigir, sem a menor noção de responsabilidade. (...) Queremos diálogo com nossos meninos. Queremos campanhas que os alertem. Queremos leis que os protejam. Queremos mantê-los no mundo para o qual os trouxemos. Queremos – e precisamos – ficar vivos para que eles fiquem vivos.

(O Dia, Caderno Especial, Rio de Janeiro, 10 set. 2006.)

Com base nas idéias contidas nos textos acima, responda à seguinte pergunta, fundamentando o seu ponto de vista com argumentos.

Como o Brasil pode enfrentar a violência social e a violência no trânsito?

(valor: 10,0 pontos)

Observações:

- Seu texto deve ser dissertativo-argumentativo (não deve, portanto, ser escrito em forma de poema ou de narração).
- O seu ponto de vista deve estar apoiado em argumentos.
- Seu texto deve ser redigido na modalidade escrita padrão da Língua Portuguesa.
- O texto deve ter entre 8 e 12 linhas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	

COMPONENTE ESPECÍFICO

QUESTÃO 11

A observância dos Princípios Fundamentais de Contabilidade emanadas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão e constitui condição de legitimidade das Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Norma Contábil que determina a inclusão das receitas e despesas na apuração do resultado do período a que pertencerem, de forma simultânea quando se correlacionarem, independentemente de ter havido recebimento no caso de receita, ou pagamento, no caso de despesa, está contida no Princípio Fundamental de Contabilidade da

- (A) Competência.
- (B) Continuidade.
- (C) Oportunidade.
- (D) Tempestividade.
- (E) Uniformidade.

QUESTÃO 12

Saldos finais das contas patrimoniais da Cia. Colibri em 31.12.2005:

Caixa	R\$ 1.000,00
Capital Social	R\$ 1.000,00
Contas a Pagar até 90 dias	R\$ 1.000,00
Contas a Receber até 360 dias	R\$ 2.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 500,00
Financiamentos a Longo Prazo	R\$ 1.200,00
Imobilizado	R\$ 2.000,00
Lucro Acumulado	R\$ 700,00
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	R\$ 300,00
Salários a Pagar	R\$ 300,00

Os valores totais do Ativo e do Patrimônio Líquido são, respectivamente,

- (A) R\$ 2.800,00 e R\$ 3.600,00
- (B) R\$ 4.200,00 e R\$ 1.700,00
- (C) R\$ 4.200,00 e R\$ 2.800,00
- (D) R\$ 4.300,00 e R\$ 1.200,00
- (E) R\$ 5.000,00 e R\$ 1.000,00

QUESTÃO 13

A renovação anual dos contratos de seguros do ativo operacional da Empresa Organizadinha ocorre sistematicamente no primeiro dia do mês de junho e o pagamento do contrato é sempre efetuado à vista em uma única parcela. Foram pagos R\$ 2.400,00 em cada um dos exercícios de 2004 e 2005. Com base nessas informações, os saldos finais das contas Despesas Pagas Antecipadamente e Despesas de Seguros, nessa ordem, em 31.12.2005, são:

- (A) R\$ 1.000,00 e R\$ 2.400,00
- (B) R\$ 1.000,00 e R\$ 1.200,00
- (C) R\$ 1.000,00 e R\$ 1.000,00
- (D) R\$ 1.200,00 e R\$ 1.200,00
- (E) R\$ 1.200,00 e R\$ 2.400,00

QUESTÃO 14

A Lei nº 6.404/76, ao dispor sobre as características e natureza das Sociedades por Ações, estabelece a classificação das contas segundo os elementos do patrimônio, agrupando-as de modo a facilitar a evidenciação e a análise financeira das companhias. Assim, se uma empresa adquire o controle acionário de outra, esse evento é registrado no Ativo

- (A) Permanente Imobilizado.
- (B) Circulante.
- (C) Permanente Diferido.
- (D) Realizável a Longo Prazo.
- (E) Permanente Investimento.

QUESTÃO 15

A diretoria financeira da Cia. Itamaracá estabelece como política: manter o Capital Circulante Líquido da empresa sempre positivo e acompanhar continuamente o desempenho dos seus Índices de Liquidez. Para colocar em prática essa determinação, a empresa efetua a quitação de 50% do saldo da conta de fornecedores, que venceria em até 120 dias. Quais as alterações que o registro desse evento produz no CCL – Capital Circulante Líquido e no Índice de Liquidez Corrente?

	<u>C.C.L.</u>	<u>Índice de Liquidez Corrente</u>
(A)	Não altera	Não altera
(B)	Não Altera	Aumenta
(C)	Aumenta	Diminui
(D)	Diminui	Diminui
(E)	Aumenta	Aumenta

QUESTÃO 16

A Empresa CustaKaro Ltda. apresentou, em determinado momento, os dados abaixo:

	Produto Alpha	Produto Beta
Margem de Contribuição (considerando somente os custos variáveis)	R\$ 380,00	R\$ 420,00
Matéria-Prima	R\$ 240,00	R\$ 360,00
Preço de Venda (líquido dos impostos)	R\$ 860,00	R\$ 900,00

De acordo com esses dados, qual o percentual de participação da matéria-prima em relação ao custo variável total dos produtos Alpha e Beta, nessa ordem?

- (A) 25% e 50%
- (B) 44% e 46%
- (C) 50% e 25%
- (D) 50% e 75%
- (E) 75% e 50%

QUESTÃO 17

A diretoria da Cia. Aroeira quer que seus gerentes se concentrem em melhorar a rentabilidade de cada uma das divisões sob sua responsabilidade. Quais as medidas de avaliação de desempenho que mais possibilidades têm de estimular esse comportamento?

- (A) Dividendo por ação, retorno sobre o Patrimônio Líquido e índice de endividamento.
- (B) Rotatividade dos Ativos Operacionais, margem bruta e retorno sobre o patrimônio.
- (C) Retorno sobre Ativos Operacionais, índice de liquidez geral e índice de endividamento.
- (D) Rotatividade dos Ativos Operacionais, dividendos por ação e participação do capital de terceiros.
- (E) Retorno sobre o Patrimônio Líquido, margem bruta de lucro e índice de endividamento.

QUESTÃO 18

O diretor financeiro da InvestNew Ltda., em reunião de executivos da empresa para definir a estratégia de atuação para o próximo triênio, apresenta, para discussão e análise, a viabilidade de implantação de um novo projeto já no próximo ano. Após as justificativas da necessidade técnica do referido projeto, a discussão concentra-se em relação ao retorno que o projeto geraria. O diretor financeiro informa, então, os seguintes valores:

Valor no início do mês	Juros incorridos	Receita líquida de impostos recebida ao final do mês	Valor do investimento no fim do mês
R\$ 20.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 21.500,00

Com base nesses dados, qual é a taxa de retorno do projeto no mês?

- (A) 4,65%
- (B) 5,00%
- (C) 7,50%
- (D) 10,00%
- (E) 12,50%

QUESTÃO 19

Por ocasião da aprovação da LOA – Lei de Orçamento Anual, a previsão das Receitas e a fixação das Despesas de uma determinada entidade governamental foram as seguintes:

Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receita da Dívida Ativa	R\$ 300.000,00	Aquisição de Material de Consumo	R\$ 300.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 400.000,00	Outras Despesas Correntes	R\$ 400.000,00
Receitas de Capital		Despesas de Capital	
Alienação de Bens Móveis	R\$ 200.000,00	Aquisição de Bens Móveis	R\$ 200.000,00
Transferências de Capital	R\$ 200.000,00	Empréstimos Concedidos	R\$ 200.000,00
Operações de Crédito	R\$ 400.000,00	Amortização da Dívida	R\$ 400.000,00

Ao final do período orçamentário aprovado, os saldos contábeis indicavam um total executado de Receitas e Despesas conforme os valores a seguir:

Receitas Correntes		Despesas Correntes	
Receita da Dívida Ativa	R\$ 260.000,00	Aquisição de Material de Consumo	R\$ 260.000,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 340.000,00	Outras Despesas Correntes	R\$ 330.000,00
Receitas de Capital		Despesas de Capital	
Alienação de Bens Móveis	R\$ 200.000,00	Aquisição de Bens Móveis	R\$ 204.000,00
Transferências de Capital	R\$ 190.000,00	Empréstimos Concedidos	R\$ 205.000,00
Operações de Crédito	R\$ 340.000,00	Amortização da Dívida	R\$ 402.000,00

Com base nessas informações, qual foi o resultado orçamentário?

- (A) Superávit corrente de R\$ 99.000,00
- (B) Superávit de capital de R\$ 89.000,00
- (C) Déficit orçamentário de R\$ 71.000,00
- (D) Déficit corrente de R\$ 81.000,00
- (E) Déficit corrente de R\$ 10.000,00

QUESTÃO 20

Um auditor externo, em procedimento para confirmação dos passivos tributários e trabalhistas, solicita à empresa auditada que envie carta aos escritórios de advocacia contratados para confirmar a existência de processos, classificando-os de acordo com o risco e a probabilidade de êxito em “possíveis, prováveis e remotos”. Qual a denominação desse procedimento?

- (A) Constituição.
- (B) Certificação.
- (C) Constatação.
- (D) Conciliação.
- (E) Circularização.

QUESTÃO 21

O Departamento responsável pelo controle de tributos da Cia. Amazônia, ao final do exercício de 2005, elabora um relatório contendo os dados constantes na tabela abaixo:

Contas	Valores
Capital Social	R\$ 100.000,00
Reserva de Reavaliação	R\$ 50.000,00
Reserva Especial Artigo 460 RIR	R\$ 10.000,00
Lucros Acumulados até 2004	R\$ 22.000,00
Lucro Líquido do Ano de 2005 (ajustado para cálculo do limite)	R\$ 13.000,00
TJLP no Ano	5%

Com base nas informações, considerando que não será efetuado nenhum ajuste no Lucro Real, qual é o valor máximo permitido pela Legislação do Imposto de Renda, a ser pago ou creditado a título de Juros Sobre o Capital Próprio, dedutíveis na base do Lucro Real da empresa?

- (A) R\$ 11.000,00
- (B) R\$ 9.100,00
- (C) R\$ 7.250,00
- (D) R\$ 6.750,00
- (E) R\$ 6.500,00

QUESTÃO 22

Uma empresa contratou assessores especializados para examinar o desempenho do seu lucro operacional para o próximo ano em função do cenário econômico.

A diretoria, orientada por esses especialistas, estabeleceu diversos cenários possíveis e suas respectivas probabilidades de ocorrência. Dentro de cada um desses cenários, as áreas de contabilidade e controladoria, com os dados históricos disponíveis e sua tendência, fazem a previsão do lucro operacional anual.

O resultado do trabalho é a seguinte distribuição de probabilidade:

Eventos	Lucro Operacional Previsto	Probabilidade do Evento
Economia em Crescimento Acelerado	R\$ 110 milhões	0,10
Economia em Crescimento Moderado	R\$ 80 milhões	0,15
Economia em Crescimento Estável	R\$ 50 milhões	0,40
Economia em Recessão Moderada	R\$ 40 milhões	0,25
Economia em Recessão Profunda	R\$ 20 milhões	0,10

Nessas condições, qual será o lucro operacional esperado para o próximo ano?

- (A) R\$ 80 milhões.
- (B) R\$ 60 milhões.
- (C) R\$ 55 milhões.
- (D) R\$ 50 milhões.
- (E) R\$ 45 milhões.

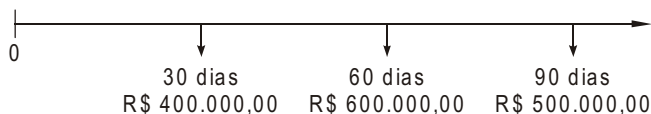
QUESTÃO 23

A diretoria da Cia. Itacolomy, empresa do comércio varejista, com filiais em todo o Brasil, preocupada com a guarda e segurança de seus arquivos de dados, das informações que envolvem o Processamento Eletrônico e da perfeita reconstituição de relatórios e demonstrações contábeis, reúne-se com a área responsável para estabelecer as normas e os procedimentos de segurança que deverão ser adotados em relação ao assunto. Qual é o procedimento que a empresa deve adotar para assegurar a recuperação de seus dados?

- (A) Cuidar para que existam cópias de segurança e centros de contingências de processamento de dados.
- (B) Determinar que os procedimentos sistêmicos e os controles do sistema sejam de conhecimento restrito do departamento de informática da empresa.
- (C) Criar um setor de armazenamento, de modo que todos os arquivos de dados estejam na sede da empresa.
- (D) Permitir que os funcionários tenham acesso ilimitado aos sistemas e dados da empresa.
- (E) Exigir que todos os documentos sejam guardados durante a existência da empresa.

QUESTÃO 24

A Empresa Comercial Aurora Ltda. negociou, em 31.12.2005, uma operação de Desconto de Duplicatas no valor total de R\$ 1.500.000,00 distribuídos conforme o fluxo de vencimento das duplicatas a seguir:



Nessa operação, a instituição financeira cobrou e recebeu juros antecipados no valor de R\$ 155.000,00, calculados à taxa de 5% ao mês (juros simples), e taxas de serviços de R\$ 500,00.

Se a empresa encerra o seu exercício contábil ao final de dezembro, qual foi o efeito do registro dessa operação nas Demonstrações Contábeis da empresa?

- (A) Diminuição no Resultado do Exercício no valor de R\$ 155.500,00.
- (B) Diminuição no Ativo no valor de R\$ 155.500,00.
- (C) Diminuição no Ativo Circulante no valor de R\$ 500,00.
- (D) Aumento de Despesas Financeiras no valor de R\$ 155.000,00.
- (E) Aumento do Passivo Circulante no valor de R\$ 500,00.

QUESTÃO 25

A Cia. Manufatura Guaracy adquiriu um equipamento, em outubro de 2005, colocando-o em funcionamento em 01.12.2005. Do custo de aquisição desse bem, no valor de R\$ 63.000,00, foi paga uma parcela de R\$ 30.000,00 e o restante financiado com incidência de juros de 12% ao ano. Além desse valor, no mês de novembro, a empresa incorreu nos seguintes desembolsos:

Itens Pagos	Valor
Transporte do Equipamento	R\$ 2.500,00
Instalação e Adequação Física do Equipamento	R\$ 3.000,00
Testes de Funcionamento do Equipamento	R\$ 3.000,00
Juros sobre Empréstimos	R\$ 330,00

Qual é o valor a ser contabilizado no Ativo Permanente da empresa, em 30.11.2005, em relação a esse equipamento?

- (A) R\$ 63.000,00
- (B) R\$ 65.500,00
- (C) R\$ 69.500,00
- (D) R\$ 71.500,00
- (E) R\$ 71.830,00

QUESTÃO 26

A empresa Itaiçi Indústria e Comércio Ltda. vem acumulando prejuízos constantes nos últimos 4 anos. Após várias reuniões, a direção identificou algumas razões que justificavam esses resultados, tais como:

- As decisões de preços são tomadas erroneamente em função de falha no fluxo de informações.
- Produção de itens gerando alto grau de rejeitos no processo.
- A Diretoria toma decisões baseadas em informações não atualizadas.
- Itens de Despesas com valores altamente crescentes e sem controle.

Em vista dos fatos, a direção da empresa decidiu investir em uma reorganização nas áreas de vendas, produção e financeira. Para isso, contratou profissionais que propuseram, além de uma completa modificação no fluxo de informações da empresa, alterações no processo produtivo.

Que tipo de tratamento contábil devem receber os gastos incorridos com esta assessoria e os advindos das alterações propostas pelos consultores no fluxo de informações?

- (A) Lançar para Resultado no momento em que ocorrerem, em virtude de a empresa já estar em funcionamento.
- (B) Registrar no Patrimônio Líquido na conta Lucros/ Prejuízos Acumulados, como Ajustes de Exercícios Anteriores.
- (C) Contabilizar no grupo Ativo Permanente Diferido e amortizá-los segundo a expectativa de geração dos benefícios futuros.
- (D) Apropriar como Resultado de Exercícios Futuros e transferi-los para o resultado em 10 anos.
- (E) Registrar como gastos antecipados e amortizá-los como Custos dos Produtos Vendidos no exercício em que ocorrerem.

QUESTÃO 27

A Cia. Alterosa, seguindo seu planejamento estratégico, terceiriza os serviços de limpeza e segurança de suas unidades administrativas e comerciais. Em 01.07.2005, após minuciosa cotação de preços, contrata a empresa Serviços Limpinha & Segura Ltda., por 3 anos, pagando, na ocasião da assinatura do contrato, o valor de R\$ 1.200.000,00 correspondente ao montante total dos serviços contratados.

Na empresa prestadora de serviços, no momento da assinatura e recebimento total do contrato, qual o procedimento contábil para o registro dessa operação?

- (A) Reconhecer como Receita Operacional do período o valor total recebido.
- (B) Registrar como conta de Passivo o valor contratado.
- (C) Lançar o valor do contrato em conta do Ativo Diferido.
- (D) Registrar o total contratado como Resultado de Exercícios Futuros.
- (E) Contabilizar o valor total contratado como Receita Não Operacional.

QUESTÃO 28

A Cia. Alfa, principal empresa do grupo GRECCO, possui aplicações em participações societárias em diversas empresas, desde janeiro de 2002. Em 31.12.2005, ocasião da elaboração de suas demonstrações contábeis, identifica suas participações acionárias diretas e indiretas, formadas por ações ordinárias e preferenciais, todas com valor nominal de R\$ 1,00, conforme o quadro a seguir:

Quadro de Participações Acionárias (quantidade de ações)				
Investidas	Investidores			Total de ações
	Cia. Alfa	Cia. Beta	Outros	
Cia. Beta	30.000.000	—	10.000.000	40.000.000
Cia. Celta	100.000	200.000	19.700.000	20.000.000
Cia. Delta	25.000.000	5.000.000	20.000.000	50.000.000

O Departamento de Controle informa que:

- os acionistas externos possuem apenas o controle do capital ordinário da Cia. Celta; nas demais empresas, esse tipo de capital está sob o controle direto ou indireto da Cia. Alfa.
- Os valores corretamente ajustados para a elaboração da avaliação dos investimentos são os apresentados no quadro a seguir:

Investidas	Patrimônio Líquido Base para a Avaliação da Participação Societária	Valor Contábil dos Investimentos da Cia. Alfa	Valor Contábil das Participações da Cia. Beta
Cia. Beta	R\$ 58.500.000,00	R\$ 42.075.000,00	—
Cia. Celta	R\$ 25.000.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 200.000,00
Cia. Delta	R\$ 51.000.000,00	R\$ 25.500.000,00	R\$ 5.060.000,00

No início de dezembro de 2005, a Cia. Delta realizou uma venda a prazo de produtos para a Cia. Beta no valor de R\$ 500.000,00, dos quais R\$ 300.000,00 já foram repassados a terceiros. O lucro total obtido nessa operação pela Cia. Delta foi de 20%.

Com base nos dados fornecidos é correto afirmar:

- (A) O resultado do cálculo da equivalência patrimonial referente à participação da Cia. Beta na Cia. Delta é zero.
- (B) Todas as participações societárias das empresas do grupo devem ser avaliadas por equivalência patrimonial.
- (C) Todos os dividendos recebidos pela Cia. Alfa referentes às suas participações societárias devem ser registrados como Receitas Operacionais.
- (D) A empresa Beta deve reconhecer como Resultado Não Operacional o valor da equivalência patrimonial calculado sobre a Cia. Delta.
- (E) A empresa Alfa deve reconhecer uma Despesa Operacional com relação à avaliação de sua participação societária na Cia. Beta.

QUESTÃO 29

O Grupo empresarial Sideral é formado por três empresas das quais a Cia. Lua é a controladora, participando com 70% da Cia. Marte e 50% da Cia. Terra. Em 31.12.2005 o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, já ajustados, de cada uma dessas empresas, eram os apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais (ajustados para efeito de consolidação)			
Ativo	Cia. Lua	Cia. Marte	Cia. Terra
Disponibilidades	5.000,00	4.000,00	1.000,00
Clientes	25.000,00	70.000,00	20.000,00
(-) PDD (Provisão para Devedores Duvidosos)	(1.200,00)	(1.500,00)	(4.000,00)
Estoques	38.200,00	34.000,00	10.000,00
Dividendos a Receber	26.000,00	0	0
Participações Societárias	164.000,00	0	3.000,00
Imobilizado Líquido	184.000,00	168.500,00	90.000,00
Total Ativo	441.000,00	275.000,00	120.000,00
Passivo + Patrimônio Líquido	Cia. Lua	Cia. Marte	Cia. Terra
Contas a Pagar	14.000,00	12.000,00	6.000,00
Fornecedores	51.000,00	38.000,00	34.000,00
Dividendos a Pagar	40.000,00	24.000,00	2.000,00
Impostos e Contribuições	21.000,00	21.000,00	2.000,00
Capital Social	110.000,00	100.000,00	50.000,00
Reservas	20.000,00	5.000,00	1.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	185.000,00	75.000,00	25.000,00
Total do Passivo + PL	441.000,00	275.000,00	120.000,00

Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31.12.2005			
Contas	Cia. Lua	Cia. Marte	Cia. Terra
Vendas	400.000,00	300.000,00	100.000,00
(-) CMV - Custos das Mercadorias Vendidas	(200.000,00)	(150.000,00)	(70.000,00)
Resultado Bruto	200.000,00	150.000,00	30.000,00
(-) Despesas Operacionais	(64.000,00)	(45.000,00)	(20.000,00)
Resultado Equivalência Patrimonial	95.000,00	0	0
Resultado do Exercício	231.000,00	105.000,00	10.000,00
(-) Impostos e Contribuições provisionados	(21.000,00)	(21.000,00)	(2.000,00)
Resultado Líquido	210.000,00	84.000,00	8.000,00

Além dos dados fornecidos anteriormente, as informações contábeis evidenciaram vendas de mercadorias a prazo, feitas pela Cia. Marte para a controladora. Essa operação correspondeu a 50% do total das receitas de vendas da investida e, ao final do período, esses estoques da controladora foram integralmente repassados a terceiros.

Com base nesses dados, é correto afirmar que o valor

- (A) consolidado do Ativo Total é R\$ 239.000,00 e o das obrigações é R\$ 92.000,00.
- (B) consolidado do resultado do grupo é R\$ 302.000,00 e do Ativo Total é R\$ 836.000,00.
- (C) total das receitas auferidas pelo grupo é de R\$ 800.000,00.
- (D) da participação dos minoritários é R\$ 92.000,00 e o do Permanente consolidado é R\$ 445.500,00.
- (E) consolidado do Passivo Total é R\$ 315.000,00 e o do Patrimônio Líquido é R\$ 110.000,00.

QUESTÃO 30

A Cia. Eficiência fabrica equipamentos de irrigação agrícola modular. Em um determinado mês, produz e vende 450 unidades ao preço unitário de R\$ 3.500,00. A estrutura de custos e despesas da empresa é a seguinte:

1. Custos e Despesas Variáveis	R\$ 2.500,00 por mês
2. Custos e Despesas Fixas	R\$ 360.000,00 por mês

Com base nos dados apresentados e considerando o conceito de alavancagem operacional é correto afirmar:

- (A) A empresa opera com uma margem de segurança de 20%.
- (B) A empresa nestas condições obtém um lucro de R\$ 60.000,00.
- (C) O ponto de equilíbrio da empresa se dá após a venda de 380 unidades.
- (D) A empresa apura, no período, um prejuízo de R\$ 100.000,00.
- (E) O resultado da empresa é nulo.

QUESTÃO 31

A Indústria Laguna S.A. planeja fabricar e vender 100.000 unidades de um único produto durante o exercício fiscal de 2005, com um custo variável de R\$ 4,00 por unidade e um custo fixo de R\$ 2,00 por unidade.

Se nesse mesmo período a empresa não alcançar o planejado e fabricar e vender somente 80.000 unidades, incorrendo em um custo total de R\$ 515.000,00, qual será a variação de custo de manufatura nesse período?

- (A) R\$ 85.000,00 favorável.
- (B) R\$ 85.000,00 desfavorável.
- (C) R\$ 80.000,00 desfavorável.
- (D) R\$ 5.000,00 favorável.
- (E) R\$ 5.000,00 desfavorável.

QUESTÃO 32

Ao analisar os registros contábeis da Cia. Pintassilgo, o contador orienta a diretoria a tomar uma importante decisão que melhora sensivelmente a Taxa de Retorno sobre Investimentos, calculada sobre o Ativo Operacional da empresa. Qual das orientações abaixo contribuiu para essa melhora?

- (A) Diminuir o elevado valor do saldo do Passivo Circulante pagando dívida de significativo montante aos fornecedores.
- (B) A obtenção de um financiamento em um Banco de Desenvolvimento, com juros subsidiados e carência de 4 anos.
- (C) A aquisição de estoques em quantidade um pouco acima do normal para que a empresa venha a obter ganho com a inflação.
- (D) Providenciar a demissão de 5 funcionários, que percebiam salários médios, nos Departamentos Administrativo e Comercial, com o objetivo de reduzir despesas.
- (E) A reclassificação como Bens Não de Uso de um terreno de elevado valor, registrado no Ativo Imobilizado, já que o mesmo não está sendo utilizado pela empresa em suas operações e não há perspectiva dessa utilização nos próximos 10 anos.

QUESTÃO 33

A Irmãos Anhangá é uma empresa de manufatura que produziu e comercializou, no exercício social de 2005, um único produto. A fábrica entrou em operação nesse ano, não havendo, portanto, qualquer tipo de estoque no início do exercício fiscal de 2005.

Durante este período a contabilidade reporta dados da produção e das despesas incorridas:

- 200 unidades produzidas e acabadas
- Custo variável de fabricação: R\$ 30,00 por unidade
- Custos fixos de fabricação: R\$ 600,00
- Despesas operacionais de administração e vendas: R\$ 400,00
- 120 unidades vendidas
- Preço líquido de venda por unidade: R\$ 40,00

Com base nas informações, é correto afirmar que os resultados finais apurados pelo método de custeio por absorção e pelo método de custeio variável são, respectivamente,

- (A) R\$ 200,00 e R\$ 200,00
- (B) R\$ 440,00 e R\$ 200,00
- (C) R\$ 440,00 e R\$ 600,00
- (D) R\$ 600,00 e R\$ 800,00
- (E) R\$ 840,00 e R\$ 600,00

QUESTÃO 34

A Indústria Laboriosa fabrica apenas um produto, gastando 12 minutos de hora/máquina para produzir cada unidade. Em um determinado mês sua estrutura de custos e despesas é a seguinte:

Dados	Valor
Custos Fixos Mensais	R\$ 1.920.000,00
Custos Variáveis	R\$ 1.260.000,00
Despesas Fixas Mensais	R\$ 1.200.000,00
Despesas Variáveis de Vendas	R\$ 0,20 para cada R\$ 1,00 das Vendas
Horas Máquinas Totais/Mês Aplicadas	2.000 Horas

Nessas condições, para a empresa vender toda a sua produção e obter um resultado, antes do Imposto de Renda e Contribuições, no valor de R\$ 1.400.000,00, qual a margem de contribuição unitária?

- (A) R\$ 140,00
- (B) R\$ 318,50
- (C) R\$ 452,00
- (D) R\$ 578,00
- (E) R\$ 722,50

QUESTÃO 35

A Empresa Percapita Ltda. apresenta um Patrimônio Líquido de R\$ 50.000,00. Considerando que o Capital Circulante Líquido foi de R\$ 120.000,00, o Ativo Circulante foi de R\$ 200.000,00 e o Ativo Total foi de R\$ 300.000,00, qual o Índice de Participação do Capital de Terceiros, em relação ao Capital Próprio?

- (A) 500%
- (B) 160%
- (C) 75%
- (D) 60%
- (E) 47%

QUESTÃO 36

A empresa Giro Alto Ltda. pretende aumentar suas vendas a prazo para manter suas vendas totais de 2005, iguais às de 2004. Em 2004, o valor total das vendas foi de R\$ 1.800.000,00, considerando um ano comercial de 360 dias e que a empresa operou com um prazo médio de recebimento de vendas de 30 dias.

Para alcançar esse objetivo, a empresa terá que ampliar para 32 dias o prazo médio de recebimento de vendas. Desse modo, o valor das Duplicatas a Receber, em 30 de dezembro de 2.005, deve ser

- (A) R\$ 56.250,00
- (B) R\$ 60.000,00
- (C) R\$ 116.250,00
- (D) R\$150.000,00
- (E) R\$160.000,00

QUESTÃO 37 – DISCURSIVA

O Controler José Avalista Maior recebeu de uma das empresas do Grupo, via fax, o Balanço Patrimonial dos anos 2004 e 2005, abaixo evidenciado. Por problemas na transmissão do fax, alguns dados da Demonstração não saíram.

Balanço Patrimonial

Ativo	2004	2005	Passivo + PL	2004	2005
Circulante	70.000,00		Circulante		
Disponibilidade	25.000,00		Contas a Pagar		
Clientes	40.000,00	60.000,00	Fornecedores	25.000,00	38.000,00
(-) Provisão para Devedores Dividuosos	(1.200,00)		Dividendos a Pagar	1.000,00	3.000,00
Estoques	1.200,00	4.300,00	Notas Promissórias a Pagar	8.000,00	20.000,00
Títulos a Receber	5.000,00				
Realizável a Longo Prazo	15.000,00		Exigível a Longo Prazo	16.000,00	25.000,00
Títulos a Receber	15.000,00		Financiamentos	16.000,00	25.000,00
Permanente			Patrimônio Líquido		
Participações Societárias	6.000,00	6.000,00	Capital Social	36.000,00	37.500,00
Imóveis		12.000,00	Lucros/Prejuízos Acumulados		
Equipamentos	15.000,00	15.000,00			
Veículos	20.000,00	20.000,00			
(-) Depreciação Acumulada	(2.500,00)				
Total Geral			Total Geral		

Dados Complementares:

- I. A análise horizontal de 2005 apresentou uma evolução de 40% das disponibilidades.
- II. O contador não efetuou a reclassificação de 50% dos Títulos a Receber de Longo Prazo. Não ocorreram transações: de vendas (Curto ou Longo Prazo) e recebimentos (Curto ou Longo Prazo).
- III. Foram Adquiridos em 2005 imóveis no valor de R\$ 5.000,00.
- IV. A depreciação anual de Equipamentos é de 10% e a de Veículos é de 20%.
- V. A média de perdas de Clientes permaneceu constante e equivalente à dos anos anteriores.
- VI. O Índice de Liquidez Corrente foi de:

2004	2005
2,00	1,10

- VI. O Índice de Liquidez Geral foi de:

2005
0,94

Para que o *Controler* possa complementar os dados no Balanço e avaliar o desempenho das empresas, solicita-se:

- a) Elaborar corretamente os balanços, ajustando os dados. **(valor 3,0 pontos)**
- b) Apurar os valores das Contas a Pagar e do Passivo Circulante do Exercício 2004. **(valor 1,0 pontos)**
- c) Apurar os valores dos Lucros Acumulados e do Passivo Circulante do Exercício 2005. **(valor 1,0 pontos)**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 38 – DISCURSIVA

Na teoria contábil um dos aspectos intensamente discutido é o momento de reconhecimento das receitas. Para isto existem vários critérios que podem ser aplicados a uma ou a outra empresa, dependendo do tipo produto/serviço que vende. A importância deste assunto é ressaltada, pois o correto reconhecimento das receitas influencia diretamente no retorno do investimento do acionista.

Pede-se:

- a) Indicar, no mínimo, três formas de reconhecimento das receitas.

(valor 3,0 pontos)

- b) Justificar dois dos métodos apontados.

(valor 2,0 pontos)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 39 – DISCURSIVA

A diretoria da Cia. Altamira tem como meta abrir o capital da empresa em 2006, para isso resolve ajustar suas demonstrações contábeis a partir de 2004, de acordo com as exigências da CVM – Comissão de Valores Mobiliários. Ocorre que por um problema em seus arquivos eletrônicos perdeu as demonstrações finais dos exercícios de 2004/2005 já padronizadas conforme as exigências daquele órgão.

Após intenso esforço de recuperação dos dados obteve as seguintes listagens:

I. Saldos finais dos itens patrimoniais após a apuração do Resultado Líquido de 2005:

Saldo do Razão das Contas de Ativo	2004	2005
Bens de Uso	R\$ 46.000,00	R\$ 50.000,00
Clientes	R\$ 12.000,00	R\$ 20.500,00
Depreciação Acumulada	(R\$ 5.000,00)	(R\$ 10.000,00)
Disponibilidades	R\$ 5.000,00	R\$ 13.500,00
Estoques	R\$ 20.000,00	R\$ 24.600,00
Imóveis	R\$ 14.000,00	R\$ 22.000,00
Participações Societárias	R\$ 4.000,00	R\$ 5.500,00
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	(R\$ 300,00)	(R\$ 600,00)
Total dos Saldos das Contas de Ativo	R\$ 95.700,00	R\$ 125.500,00

Saldo do Razão das Contas de Passivo e Patrimônio Líquido	2004	2005
Capital Social	R\$ 50.000,00	R\$ 70.000,00
Contas a Pagar	R\$ 3.450,00	R\$ 1.600,00
Dividendos a Pagar	R\$ 3.500,00	—
Empréstimos de Longo Prazo	R\$ 9.000,00	R\$ 10.700,00
Fornecedores	R\$ 5.050,00	R\$ 6.000,00
IPI e ICMS a Pagar	R\$ 2.000,00	R\$ 2.500,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	R\$ 16.200,00	R\$ 26.200,00
Provisão para Pagamento do Imposto de Renda e Contribuições	R\$ 3.000,00	R\$ 5.000,00
Reserva Legal	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
Total dos Saldos das Contas do Passivo e de Patrimônio Líquido	R\$ 95.700,00	R\$ 125.500,00

II. Listagem das contas de resultados de apuração do Resultado Líquido do exercício:

Demonstração do Resultado	2004	2005
Receitas de Vendas	R\$ 340.300,00	R\$ 400.000,00
Impostos Diretos sobre Vendas	(R\$ 12.000,00)	(R\$ 15.000,00)
CMV - Custo da Mercadorias Vendidas	(R\$ 200.400,00)	(R\$ 220.000,00)
Despesas com Créditos de Liquidação Duvidosas	(R\$ 300,00)	(R\$ 600,00)
Despesas de Depreciação	(R\$ 3.000,00)	(R\$ 5.000,00)
Despesas Administrativas	(R\$ 63.600,00)	(R\$ 79.900,00)
Despesas de Vendas	(R\$ 49.000,00)	(R\$ 56.000,00)
Resultado de Equivalência Patrimonial	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00
Imposto de Renda e Contribuições	(R\$ 3.000,00)	(R\$ 5.000,00)
Resultado Líquido do Exercício	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00

III. Dados sobre as distribuições dos Resultados Líquidos recuperados:

Distribuição do Resultado	2004	2005
Resultado Líquido do Exercício	R\$ 10.000,00	R\$ 20.000,00
Reserva Legal	(R\$ 500,00)	(R\$ 1.000,00)
Dividendos	(R\$ 3.500,00)	(R\$ 9.000,00)
Lucros Acumulados	R\$ 6.000,00	R\$ 10.000,00

IV. Informações sobre a movimentação da conta Capital Social:

Ao final de junho de 2005 ocorreu um aumento do Capital Social em R\$ 20.000,00, sendo 50% com aporte de recursos dos sócios e o restante com incorporação de lucros retidos.

V. A Composição do Patrimônio Líquido ao final do Exercício de 2003:

Contas do Patrimônio Líquido	Capital	Reservas	Lucros Acumulados	Total
Saldos Finais em 31.12.2003	R\$ 50.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 10.200,00	R\$ 63.200,00

Com base nos dados recuperados, pede-se:

Elaborar as seguintes Demonstrações Contábeis:

- | | |
|---|--------------------------|
| a) Balanço Patrimonial (2004/2005). | (valor 1,0 ponto) |
| b) Demonstração do Resultado de Exercício (2004/2005). | (valor 0,5 ponto) |
| c) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (2004/2005). | (valor 1,0 ponto) |
| d) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (2005). | (valor 1,0 ponto) |
| e) Fluxo de Caixa (Modelo Indireto) (2005). | (valor 1,5 ponto) |

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

QUESTÃO 40 – DISCURSIVA

A Cia. Malta é uma indústria eletrônica que produz dois produtos: gravadores de “CD” e gravadores de “DVD”. A empresa possui na área de produção departamentos de serviços e departamentos produtivos. Os departamentos da área fabril são considerados como centros de resultado, logo, seus gerentes são responsáveis por gerar lucro nos departamentos sob sua responsabilidade e, para tanto, utilizam o conceito de preço de transferência para transferir o produto de uma área para outra. O preço de transferência é calculado tomando como base o custo do departamento, acrescido de uma margem de 10%.

Até o ano de 2005, a Cia. tinha uma participação de mercado de 60% e era lucrativa. Recentemente, as análises econômico-financeiras mostraram que a Malta vem perdendo participação no mercado em razão da falta de competitividade de seus preços.

Um novo presidente foi contratado e, ao marcar a primeira reunião com todos os executivos da empresa, solicita aos departamentos de finanças/custos, a preparação de um relatório constando, de forma detalhada, definições, conceitos e exemplos da composição dos custos da empresa.

Em atendimento à solicitação do presidente, pede-se:

a) Conceituar e exemplificar os itens a seguir listados: **(valor 3,0 pontos)**

- Custos primários dos produtos da empresa
- Custos de conversão dos produtos
- Custos comuns exemplificando na estrutura de custos e quais os itens componentes
- Custos diretos e indiretos
- Custos periódicos, variáveis e fixos

b) Especificar a aplicabilidade, os pontos positivos e negativos e a forma de cálculo do preço de transferência.

(valor 2,0 pontos)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO SOBRE A PROVA

As questões abaixo visam a levantar sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes à sua opinião, nos espaços próprios (parte inferior) do Cartão-Resposta. Agradecemos sua colaboração.

QUESTÃO 41

Qual o grau de dificuldade desta prova na parte de Formação Geral?

- (A) Muito fácil.
- (B) Fácil.
- (C) Médio.
- (D) Difícil.
- (E) Muito difícil.

QUESTÃO 42

Qual o grau de dificuldade desta prova na parte de Componente Específico?

- (A) Muito fácil.
- (B) Fácil.
- (C) Médio.
- (D) Difícil.
- (E) Muito difícil.

QUESTÃO 43

Considerando a extensão da prova, em relação ao tempo total, você considera que a prova foi:

- (A) muito longa.
- (B) longa.
- (C) adequada.
- (D) curta.
- (E) muito curta.

QUESTÃO 44

Os enunciados das questões da prova na parte de Formação Geral estavam claros e objetivos?

- (A) Sim, todos.
- (B) Sim, a maioria.
- (C) Apenas cerca da metade.
- (D) Poucos.
- (E) Não, nenhum.

QUESTÃO 45

Os enunciados das questões da prova na parte de Componente Específico estavam claros e objetivos?

- (A) Sim, todos.
- (B) Sim, a maioria.
- (C) Apenas cerca da metade.
- (D) Poucos.
- (E) Não, nenhum.

QUESTÃO 46

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

- (A) Sim, até excessivas.
- (B) Sim, em todas elas.
- (C) Sim, na maioria delas.
- (D) Sim, somente em algumas.
- (E) Não, em nenhuma delas.

QUESTÃO 47

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova. Qual?

- (A) Desconhecimento do conteúdo.
- (B) Forma diferente de abordagem do conteúdo.
- (C) Espaço insuficiente para responder às questões.
- (D) Falta de motivação para fazer a prova.
- (E) Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

QUESTÃO 48

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que:

- (A) não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
- (B) estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- (C) estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
- (D) estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
- (E) estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

QUESTÃO 49

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

- (A) Menos de uma hora.
- (B) Entre uma e duas horas.
- (C) Entre duas e três horas.
- (D) Entre três e quatro horas.
- (E) Quatro horas e não consegui terminar.